



REDE EDUCAMISSAMI  
**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**  
ALAGOINHAS-BA

## PLANOS DE ENSINO



ALAGOINHAS-BA

2023



**1º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO - TGE	DIR – 002	Obrigatória	1º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	54 horas		06 horas		60 horas
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Prof. Me. Leandro Carvalho Sanson</b>					
<b>EMENTA</b>					
<p>Conceito de Ciência Política. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Pensamento político contemporâneo. Ciência Política e Teoria do Estado. Relações com a teoria constitucional e o direito em geral. Origem e evolução do estado moderno. Estado moderno. Estado contemporâneo. Função social do Estado. Elementos do Estado. Regimes de Governo.</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situar a Ciência Política e a Teoria Geral do Estado no quadro do saber, definindo o seu objeto e sua metodologia específica.</li> <li>- Relacionar, do ponto de vista epistemológico, a matéria com as disciplinas afins.</li> </ul>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					



- Delimitar o conceito de Estado, abordando a origem, a natureza, os fins e as funções desempenhadas pelo ente estatal;
- Estudar as diversas conformações históricas do Estado, desde a Antiguidade greco-latina até a época contemporânea;
- Analisar as principais formulações teóricas acerca do Estado.
- Analisar, de modo pormenorizado, os elementos constitutivos do Estado.
- Sistematizar as tipologias de Estado e de Governo.
- Evidenciar os mecanismos de investidura dos governantes, versando sobre as formas de representação.
- Demonstrar a importância da compreensão dos novos desafios do Estado, em face das vicissitudes da globalização.
- Fomentar a realização de pesquisa e trabalhos científicos sobre temas da disciplina, com o intuito de encorajar o aprofundamento do conhecimento científico sobre a Ciência Política e a Teoria Geral do Estado.

### **METODOLOGIA**

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, gloop class, drive etc.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

##### **1. ESTUDO DA CIÊNCIA POLÍTICA**

- 1.1. Conceito de Ciência Política
- 1.2. Ciência Política e Teoria do Estado.
- 1.3. O objeto da Teoria do Estado
- 1.4. As relações entre Ciência Política, Teoria Constitucional e o Direito Público em geral

##### **2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO POLÍTICO:**

- 2.1. Antiguidade Clássica. Grécia e Roma.
- 2.2. O pensamento de Aristóteles e Platão.
- 2.3. A Idade Média e a Modernidade. Maquiavel
- 2.4. O Pensamento político contemporâneo.
- 2.5. Escola Francesa e o Organicismo.

##### **3. O ESTADO**

- 3.1. A sociedade como substrato da realidade política do Estado
- 3.1.1. Conceito de sociedade
- 3.1.2. Elementos caracterizadores da sociedade



3.2. Origem do Estado.

3.2.1. Os contratualistas:

- a) Hobbes: the Leviathan o poder coercitivo
- b) Rousseau: la volonté générale como expressão das leis
- c) Locke: o poder civil da commonwelth

3.2.2. Aristóteles e a teoria naturalista.

3.4. Novos paradigmas para o conceito de Estado

3.5. Natureza do Estado.

3.6. O problema da personalidade jurídica do Estado.

3.7. Fins e funções do Estado.

3.8. Concentração, divisão e colaboração de poderes.

3.9. O pensamento de Montesquieu: l'esprit des lois e o sistema de freios e contrapesos na separação de funções

4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO

4.1. O Estado antigo.

4.2. A cidade-estado grega.

4.3. O estado romano.

4.4. O estado medieval.

4.5. O estado nacional. Absolutismo monárquico.

5. PROBLEMAS DO ESTADO CONTEMPORÂNEO

5.1. O capitalismo . " O Terceiro Estado".

5.2. O socialismo e o nazi-fascismo

5.3. O Estado e o subdesenvolvimento.

5.4. Intervencionismo e neoliberalismo.

5.5. Democracia social

## II UNIDADE:

1. OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO ESTADO

1.1. Povo (evolução histórica da noção de povo, noção jurídica de povo, legado grego-romano de cidadania)

1.2. Território (espécies e fronteiras)

1.3. O Poder:

- a) soberania;
- b) legalidade e legitimidade;
- c) modalidades de poder constituinte;
- d) natureza jurídica;



e) titularidade e exercício. Escola Francesa.

1.4. Organicistas e Contratualistas.

## 2. FORMAS DE ESTADO

2.1. Estados simples (ou unitário) e compostos.

2.2. Centralização e descentralização.

2.3. O princípio da subsidiariedade local.

2.4. União de Estados: união pessoal, união real e união incorporada.

2.5. Confederação e federação.

2.5. Formas históricas de Estado na perspectiva do Estado moderno

2.6. A comunitarização: o espaço comunitário europeu.

## 3. FORMAS DE GOVERNO

3.1. Classificações antigas e modernas.

3.2. Monarquia e república

3.3. Modalidades de monarquia e de república

3.4. Governo direto, representativo e misto.

3.5. O sistema representativo . Montesquieu, Locke, Rousseau, organicistas e Escola Francesa.

3.6. Unicameralismo e bicameralismo

3.7. Parlamentarismo, presidencialismo e diretorial.

## III UNIDADE:

### 1. INVESTIDURA DOS GOVERNANTES

1.1. Mudanças no Estado. Revolução e Golpe de Estado.

1.2. Processo de escolha (os políticos: o sufrágio, o voto) e espécies de investidura.

1.3. Eleição (direta e indireta)

1.4. Sistemas eleitorais. Eleições majoritárias e proporcionais.

Sistema eleitoral misto

1.5. O mandato. Conceito. Natureza Jurídica

1.6. Tipologia. Mandato representativo e imperativo

1.7. Peculiaridades ou prerrogativas do mandato representativo:

imunidades e inviolabilidade

1.8. Da perda do mandato

### 2. O SISTEMA DE PARTIDOS POLÍTICOS

2.1. Origem. A contribuição de Duverger.

2.2. Conceito. Natureza Jurídica e tipologia.

2.3. Partido de Quadro e partido de massas.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 2.4. Monopartidarismo. Bipartidarismo. Pluripartidarismo.
- 2.5. A representação profissional, classes sociais, os grupos de pressão e os partidos políticos.
- 2.6. Partidos políticos no Brasil.
- 3. REGIMES POLÍTICOS
- 3.2. Conceito de democracia. Norberto Bobbio.
- 3.3. Democracia: demokratia grega ou direta, indireta ou representativa e semidireta.
- 3.4. Mecanismos da democracia mista ou semidireta.
- 3.5. Plebiscito, referendo, iniciativa popular, veto.
- 3.6. Democracia e ditadura (revolucionária e conservadora).
- 3.7. Idéia atual de democracia.
- 3.8. Atribuição de novo significado aos princípios da democracia clássica.
- 3.9. A concretização do princípio democrático
- 3.10. O princípio democrático como substrato do princípio da representação
- 3.11. A regra da maioria e seus limites democráticos
- 3.12. A democracia na Constituição brasileira
- 4. FUNÇÃO DO ESTADO EM FACE DA GLOBALIZAÇÃO
- 4.1. A crise da racionalidade do Estado ocidental
- 4.2. A gênese e os efeitos da globalização
- 4.3. A refundação do Estado e a global governance

## AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) elaboração e participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) reescrita dos textos;
- h) produção escrita individual e coletiva;
- i) debates e rodas de conversa;

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CICCIO, Claudio de. GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 7ª Ed. São Paulo: RT, 2016.

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. São Paulo: Malheiros, 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2017.

MALUF, S. Teoria Geral do Estado. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818447> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. São Paulo: Globo, 2008.

BOBBIO, Norberto. Teoria das formas de governo: na história do pensamento político. São Paulo: EDIPRO, 2017.

REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. São Paulo: Saraiva, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

CUNHA, P. F. D. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/630372> (Biblioteca Virtual)



## PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 5, v.17, out-dez. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA	DIR-003		PRIMEIRO	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>ATIVIDADE EXTENSÃO</b>	<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>	<b>CH TOTAL SEMESTRAL</b>
	54	0	6	0	60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS LISBOA</b>					
<b>EMENTA</b>					
Economia e Economia Política; Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulado das propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento Econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Possibilitar aos estudantes de Direito a compreensão crítica do contexto de gênese e desenvolvimento da Economia Política como ciência particular e suas relações com a transição para a construção do Direito Positivo; desenvolver uma compreensão panorâmica das principais escolas do pensamento econômico desde suas origens, passado pelos Clássicos às principais escolas: em especial, o pensamento mercantilista, da fisiocracia, dos clássicos, dos marxistas, dos neoclássicos, dos Keynesianos. Introduzi-los no debate dos grandes temas da economia Contemporânea.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
Apresentar a Ciência Econômica e suas variáveis: macro e micro economias; Fundamentar o histórico e o desenvolvimento econômico da humanidade; Embasar os discentes nas principais teorias e pensadores relacionados, como Marx, Smith, Keynes, dentre outros; Relacionar teoria e prática, com a inserção de temas relevantes atuais e suas particularidades com a ciência econômica;					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Introduzir uma síntese do pensamento em atividades cotidianas, apresentadas às comunidades locais do estudante, mediante atividades de extensão.

### **METODOLOGIA**

As aulas serão ministradas de forma presencial, expositiva, e interativa, com utilização de recursos audiovisuais, debates, dinâmicas, discussões e estudos de caso. A disciplina incentivará a aprendizagem autônoma, onde o aluno assume a responsabilidade pelo aprendizado e o professor assume o papel de direcionador dessa postura. A ideia central do método é de que os estudantes tornar-se-ão pensadores críticos, para tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico. O desenvolvimento de auto iniciativa e de descobrimento promoverá o crescimento na vida pessoal e profissional. Para tanto terá indicação de leituras como livros ou capítulos de livros, reportagens de revistas, informativos, artigos científicos, sempre relacionados com a matéria com debate em sala de aula; resumindo-se em:

- ✓ Aulas teóricas expositivas e participadas. Vídeo aulas complementares;
- ✓ Projeção de slides; e utilização de outros recursos visuais e da plataforma google clasroom, prioritariamente;
- ✓ Leituras, interpretações de textos e artigos temáticos;
- ✓ Planejamento e interação com as comunidades pertencentes à realidade do discente, através de atividades expositivas, supervisionadas pelo docente (10% da carga horária);
- ✓ Utilização de livros indicados na bibliografia, apostilas, artigos e legislação correlata;
- ✓ Estudo de casos e produção textual.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- Histórico e Evolução do Pensamento Econômico;
- Teóricos (Marx, Smith, Keynes, dentre outros);
- Teorias principais;
- Noções de Micro e Macroeconomia;
- O Iluminismo e as Novas Teorias Sociais: Estado, Direito e Economia;
- Economia Natural e Direito Natural;
- Economia Política e Direito Positivo: As Bases do Liberalismo Econômico e da Democracia;
- Mercantilismo e Fisiocracia;
- Estado e Mercado - Estado e Sociedade Civil;
- Liberalismo Econômico e Liberalismo Político;
- A Economia Mundial: Mundialização/Globalização;



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Balanço Geral da Economia Política nos Séculos XX e XXI: Crise Mundial e Economias Emergentes Políticas de "Ajuste" Econômico Organismos Internacionais e Ajustes de Economias Emergentes.

#### AVALIAÇÃO

##### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Aulas, pesquisas e vídeo aulas de Fundamentação	3,0
Prova Escrita Subjetiva	7,0

##### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividades de Pesquisa e Escrita Científica	3,0
Prova Escrita Subjetiva	7,0

##### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividades de Pesquisa e Escrita Científica	3,0
Atividades de Extensão	7,0

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ROSSETI, José Paschoal. Introdução a economia.. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia micro e macro. São Paulo: Atlas, 2007.

VICECONTI, Paulo E.V. ; NEVES, Silvério das. Introdução à economia. São Paulo: Frase, 2007.

TIMM, Luciano Benetti et al. Direito e Economia no Brasil: Estudos Sobre a Análise Econômica do Direito.

5. ed. Indaiatuba: Foco, 2023. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210437> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2015.

MANKIWI, Gregory. Introdução à Economia: princípios de Micro e Macroeconomia. 2ª ed. São Paulo: Campus, 2018.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

CARMO, Edgar Cândido do, MARIANO, Jefferson. Economia internacional. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

WESSELS, Walter J. Economia. São Paulo: Saraiva, 2010.

GARCIA, M. E.; VASCONCELLOS, M. A. S. D. Fundamentos de Economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/644900> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 83, jan-mar. 2022.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Introdução ao Estudo do Direito	DIR – 006	Obrigatória	1º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	54	X	6	X	60
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Bárbara Moraes Mendes da Silva					
EMENTA					
<p>Direito, sociedade e Estado. Conceito de Direito. Epistemologia jurídica. Direito e Moral. Direito, equidade e justiça. Fontes do Direito Estatais e não Estatais. Divisões do Direito: direito objetivo e direito subjetivo; direito positivo e direito natural. Relação jurídica. Sujeitos de Direito. Direito público e direito privado. Fundamentos do Direito: principais doutrinas idealistas, positivistas e críticas. Eficácia das Leis no tempo e no espaço. Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Relação Jurídica. Sujeito de direito. Fato e ato jurídico. A Ciência do Direito: Os “novos” direitos subjetivos. Direito Alternativo. Tendências do Direito brasileiro contemporâneo.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar ao estudante uma visão do Direito, enquanto objeto de estudo científico, situando-o no ambiente acadêmico jurídico.</li> <li>- Propiciar o conhecimento crítico do estudo e aplicação do Direito, procurando desenvolver no aluno a capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa.</li> </ul>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fazer conhecido do aluno de IED os postulados e conceitos essenciais do universo jurídico, habilitando-o a manejar os conhecimentos basilares relativos ao fenômeno jurídico;</li> <li>- Preparar o aluno para a realidade do Direito, consubstanciada no enfrentamento das questões essenciais da propedêutica jurídica.</li> <li>- Fomentar a realização de pesquisa e trabalhos científicos sobre temas da disciplina, com o intuito de encorajar o aprofundamento do conhecimento científico incentivando a procura de soluções jurídicas criativas e éticas para os problemas sociais.</li> </ul>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos. Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- d) aulas expositivas e dialogadas;
- e) seminários;
- f) análise de casos e debates;
- g) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

- 1.1. Caracterização da disciplina Introdução ao Estudo do Direito
- 1.2. Epistemologia e epistemologia jurídica
- 1.3. Caracterização da ciência do direito
- 1.4. Função social da ciência do direito.

#### 2. O DIREITO E OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL:

- 2.1. Conceito de Direito (etimologia, denominação).
- 2.2. A Universalidade do Fenômeno Jurídico
- 2.3. Do Direito e da Moral:
  - 2.3.1. Teoria do mínimo ético
  - 2.3.2. Direito e coação
  - 2.3.3. Direito e heteronomia
- 2.4. Direito e sociedade:
  - 2.4.1. Direito e estruturas sociais
  - 2.4.2. Direito e instituições sociais
- 2.5. Instrumentos de controle social

#### 3. A CIÊNCIA DO DIREITO

- 3.1. Direito Positivo
- 3.2. Direito subjetivo
- 3.3. Relação jurídica
- 3.4. Situação jurídica.
- 3.5. Ramos do Direito Público
- 3.6. Ramos do Direito Privado
- 3.7. A Superação da dicotomia do Direito
- 3.8. Fontes materiais do Direito
- 3.9. Fontes formais do Direito

#### 4. METODOLOGIA DO DIREITO

- 4.1. Objeto e método

### II UNIDADE:

#### 5. FUNDAMENTOS DO DIREITO

- 5.1. Fundamentos do Direito
- 5.2. Direito e fundamento
- 5.3. Direito e justiça
- 5.4. Conceito de justiça



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

5.5. Direito e moral

6. NORMAS JURÍDICAS

- 6.1. Noção de norma e de ordenação Normativa
- 6.2. A natureza condicional da norma
- 6.3. Normas sociais
- 6.4. As leis físicas e teoria da causalidade
- 6.5. O Direito como norma
- 6.6. A imperatividade jurídica e teoria da imputação
- 6.7. Conceito de norma jurídica
- 6.8. Os conteúdos normativos
- 6.9. Da estrutura da norma Jurídica
- 6.10. Classificação das Normas Jurídicas

**III UNIDADE:**

7. TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

- 7.1. Ordenamento Jurídico: conceito e caracterização.
- 7.2. Unidade do Ordenamento Jurídico: teoria da norma fundamental
- 7.3. Consistência do Ordenamento Jurídico: teoria da antinomia
- 7.4. Completude do Ordenamento Jurídico: teoria das lacunas
- 7.5. Ordenamento jurídico e dinâmica social

8. DA APLICAÇÃO DO DIREITO

- 8.1. Aplicação e os métodos de integração do Direito
- 8.2. Aplicação do Direito
- 8.3. Aplicação de normas no tempo
- 8.4. Aplicação de normas no espaço
- 8.5. Solução de conflitos entre princípios e regras

9. TÉCNICA LEGISLATIVA DE ELABORAÇÃO DAS LEIS.

- 10. Os novos direitos subjetivos.
- 10.1 A corrente do Direito Alternativo.
- 10.2 Tendências do Direito brasileiro contemporâneo.

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	8
Estudo de Casos e Jurisprudência	2

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- NADER, Paulo. Introdução ao estudo do Direito. 40 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A ciência do direito*. São Paulo: Atlas, 1980
- GUSMÃO, Paulo Dourado. *Introdução ao estudo do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- BITTAR, E. C. B. Introdução ao Estudo do Direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785253> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2004.
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Elementos de Teoria Geral do Direito. São Paulo: Saraiva. 2017.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as Coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- MELLO, Cleyson de Moraes. Introdução ao estudo do Direito. 2 ed. Editora Freitas Bastos, 2014. (Biblioteca Virtual)
- BETIOLI, A. B. Introdução ao Direito. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818244> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 83, jan-mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 84, abr-jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 85, jul-set. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 87, jan-mar. 2023.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Português Jurídico	DIR – 001	Obrigatória	Primeiro	2023-2	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36		04		40
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Dra. Aurea da Silva Pereira</b>					
<b>EMENTA</b>					
Língua e linguagem. Fonética e fonologia. Ortografia. Pontuação. Estrutura. Categorias gramaticais. Vícios gramaticais. Sintaxe analítica. Significação. Comunicação. Noções metodológicas de leitura e interpretação de texto. O léxico. Estruturas frasais. Parágrafo. Formas de composição do texto. Linguagem e comunicação jurídica. Estruturas: Parecer. Resumo, Fichamento, Artigos científicos, Monografia, Teses.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Capacitar o aluno para compreender interpretar os gêneros textuais jurídicos e acadêmicos, sua tipologia textual, observando a coesão e coerência e os fatores pragmáticos da textualidade, buscando, sempre, a linguagem correta.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
Ressaltar a importância da comunicação correta. - Estudar o código linguístico da língua portuguesa aplicado no contexto jurídico. - Permitir a compreensão da estrutura da frase, com seus elementos, e sua importância para o entendimento na linguagem. - Aprimorar a redação, com enfoque para a coesão e a coerência. - Enriquecer o vocabulário, com ênfase no vocabulário jurídico, oferecendo ao aluno o instrumento indispensável para o sucesso do seu exercício profissional. - Desenvolver a habilidade de ler, sintetizar e criticar textos.					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

## METODOLOGIA

- Aulas discursivas e participativas.
- Leituras direcionadas e produção de textos jurídicos.
- Apresentação de seminários.
- Atividades com emprego de técnicas de dinâmica de grupo.
- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO E FUNÇÕES

- 1.1. O texto com seus elementos comunicativos de persuasão.
- 1.2. Denotação e Conotação.
- 1.3. Signo linguístico.
- 1.4. Funções da linguagem na leitura.
- 1.5. Coesão e coerência na leitura.

#### 2. LÍNGUA, LINGUAGEM E FALA.

#### 2. RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS DO TEXTO

- 2.1. Estrutura do texto.
- 2.2. Estudo do parágrafo e suas unidades.

#### 3. PROCESSO DE COMPOSIÇÃO.

- 3.1. Narração.
- 3.2. Descrição.
- 3.3. Dissertação.

#### 4. O DISCURSO

- 4.1. Estudo do discurso.
- 4.2. Tipos de discurso
- 4.3. Discurso informal.

### II UNIDADE:

#### 5. COMUNICAÇÃO JURÍDICA

- 5.1. Conceito
- 5.2. Elementos
- 5.3. Funções
- 5.4. Produção de textos

#### 6. VOCABULÁRIO JURÍDICO

- 6.1. Léxico e vocabulário
- 6.2. As conotações próprias no contexto jurídico
- 6.3. Brocardos e expressões jurídicas latinas de utilização mais freqüente na prática forense
- 6.4. A terminologia jurídica
- 6.5. Locuções e brocardos jurídicos
- 6.6. Linguagem forense

#### 7. A ESTRUTURA BÁSICA NA LINGUAGEM JURÍDICA

- 7.1. A estrutura da frase
- 7.2. A ordem dos termos

### III UNIDADE:

#### 8. DISCURSO JURÍDICO

- 8.1. O discurso formal jurídico
- 8.2. A eloquência jurídica
- 8.4. A retórica e a teoria da argumentação jurídica



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 8.5. A oratória forense
- 8.6. Recursos de expressão oral
- 9. A REDAÇÃO JURÍDICA
  - 9.1. A redação
  - 9.2. A estrutura do texto
  - 9.3. A sequência lógica do texto formal jurídico
  - 9.3. Raciocínio e argumentação
- 10. ESTILÍSTICA JURÍDICA
  - 10.1. A importância da estilística jurídica na produção de textos jurídicos

### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Laboratórios de leitura e escrita.	2,0
Resumos e resenhas	2,0
Avaliação escrita individual	6,0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Laboratórios de leitura e escrita	2,0
Resenha crítica	2,0
Avaliação escrita individual	6,0

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Seminários	2,0
Oficinas de extensão	2,0
Avaliação escrita individual	6,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- KASPARY, Adalberto J. Hábeas Verba. *Português para juristas*. Porto Alegre: livraria do Advogado, 2007.
- AQUINO, Renato. DOUGLAS, William. *Manual de Português e Redação Jurídica*. Niteroi, RJ: Impetus, 2017.
- DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. *Curso de português jurídico*. São Paulo: Atlas, 2007.
- SABBAG, E. *Manual de Português Jurídico*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818256> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, Victor Gabriel. Argumentação Jurídica: técnicas de persuasão e lógica informal. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2015.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2ª ed. Brasília, 2002. Disponível no site: <http://www.planalto.gov.br/>

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

AZEVEDO, R. Português. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580407> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito do Trabalho. São Paulo, Thomson Reuters, n. 187, março. 2018.

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 83, jan-mar. 2022.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
<b>SOCIOLOGIA GERAL E CONTEMPORÂNEA</b>	DIR – 004	Obrigatória	1º Semestre	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	54 horas		06 horas		60 horas
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Profa. Ma. Olandiara de Aragão dos Santos</b>					
<b>EMENTA</b>					
<p>Evolução do pensamento social: a ideia social desde Platão a Comte. Razões sociais do aparecimento da sociologia. Conceitos sociológicos fundamentais. Clássicos da Sociologia: Durkheim e o funcionalismo; Weber e o estruturalismo; Marx e o materialismo histórico. O objetivo das ciências sociais. Os olhares diferenciados sobre o objetivo das ciências sociais: sociedade, cultura e poder. A interpolação entre as disciplinas das ciências sociais e arestas com as demais ciências humanas.</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<p>Conhecer os pressupostos teóricos, métodos e conceitos das principais correntes sociológicas, proporcionando ao aluno uma visão sociológica da sociedade onde vive e principalmente, na qual irá atuar.</p>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar e discutir propostas interpretativas da relação sociedade e indivíduo em contextos contemporâneos;</li> <li>• Analisar os fundamentos sociológicos de escolas e metodologias contemporâneas;</li> <li>• Articular conceitos que indiquem interpretações e comportamento da sociedade contemporânea.</li> </ul>					
<b>METODOLOGIA</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Para o estudo de Sociologia aplicada ao Direito, teremos como preocupação dinamizar e concretizar os conteúdos teóricos, trazendo os fatos sociais mais atuais para o espaço da sala de aula e levando o aluno a construir articulações entre conceitos e pensamento crítico acerca do comportamento social contemporâneo. A disciplina será trabalhada com aulas expositivas- participativa, trabalhos de grupos, exibição de filmes, estudos dirigidos e estudos de caso. Para melhora constante da qualidade do ensino e da aprendizagem da classe; as aulas expositivas serão dialogadas, os textos debatidos e discutidos e os filmes e temas de seminários escolhidos com a participação da turma.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### CONCEITOS SOCIOLÓGICOS

- O quê; como; para quê; e para que serve a disciplina Sociologia?
- Condições históricas que propiciaram o aparecimento da Sociologia;
- Desenvolvimento do capitalismo: revolução comercial e industrial; revolução francesa; questões relativas ao conhecimento em Ciências Sociais:

### II UNIDADE:

#### CORRENTES SOCIOLÓGICAS

- Émile Durkheim: seu contexto, o método sociológico e a objetividade dos fatos sociais;
- Max Weber: seu contexto, método compreensivo, a racionalidade: conceitos centrais de sua teoria;
- Karl Marx: seu contexto, materialismo dialético: alienação, conceitos centrais de sua teoria; principais desafios contemporâneos da teoria sociológica e seus desdobramentos.
- “A revolução dos bichos”

### III UNIDADE

#### DISCURSOS E DISPOSITIVOS DE PODER E CONTROLE NA SOCIEDADE

- Vigilância, controle e punição;
- Dispositivos de poder;

## AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação do processo de aprendizagem será subdividida em três etapas:

I UNIDADE: atividades avaliativas e participação individual;

II UNIDADE: prova e fichamento;

III UNIDADE: prova e participação individual.

- Em todas as etapas serão levadas em consideração a frequência: assiduidade e pontualidade.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOTTOMORE, T.B. Introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC.

COSTA, Cristina. Sociologia. Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2016.

LAMUNDO, Eduardo. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOARES, R. M. F. Sociologia e Antropologia do Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/790094> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LEPARGNEUR, Hubert. Bioética, Novo Conceito: A caminho do consenso. São Paulo: Loyola, 2004.

MANN, Michael. As fontes do poder social: impérios globais e revolução, 1890-1945. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204490> (Biblioteca Virtual)



### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.  
REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 87, jan-mar. 2023.

### PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Metodologia da Pesquisa Científica	DIR – 005	Obrigatória	1º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	54 h		06 h		60 horas

#### PROFESSOR RESPONSÁVEL

**Prof. Dra. Anna Paula Oliveira**

#### EMENTA

Introdução ao conhecimento científico. Ciências naturais e ciências sociais. Neutralidade científica. Objetividade científica. Sujeito e objeto do conhecimento. O paradigma positivista e as ciências sociais. A epistemologia histórica e a epistemologia genealógica. Os tipos de pesquisa. Métodos de Pesquisa. O projeto de pesquisa e suas partes. Delimitação do tema. Formulação de problemas e hipóteses. Uso de referências bibliográficas. O pesquisador e o objeto da pesquisa. Normas da ABNT.

#### OBJETIVO GERAL

- Compreender as ferramentas teórico-metodológicas de investigação científica, em função da construção do conhecimento científico.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS



- Identificar os Tipos de Conhecimentos existentes e suas características;
- Compreender o papel da Ciência e seus pressupostos;
- Conhecer instrumentos necessários e fatores condicionantes para um Método de Estudo eficiente;
- Reconhecer os passos importantes para a Leitura, Análise e Compreensão de Textos;
- Utilizar corretamente as normas e técnicas para Sistematização e Registro de Textos (esquema, resumo, fichamento);
- Elaborar de forma crítica a resenha de um texto;
- Conhecer e realizar corretamente as atividades acadêmicas.

### **METODOLOGIA**

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) apresentação de seminários;
- c) aulas dialogadas;
- d) análise de casos, debates e exercícios;
- e) leituras orientadas e fichamento;
- f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE**

1. Metodologia Científica: conceitos e fundamentos
2. Ciência e Conhecimento científico
3. O homem, a sociedade e o conhecimento
4. A descoberta da racionalidade.
5. Caminhos para compreensão da ciência hoje.
6. Ciências naturais e ciências sociais.
7. Neutralidade científica.
8. Objetividade científica.
9. Sujeito e objeto do conhecimento.

#### **II UNIDADE**

1. O paradigma positivista e as ciências sociais.
2. A epistemologia histórica e a epistemologia genealógica.
3. Os tipos de pesquisa. Métodos de Pesquisa.
4. A produção do conhecimento: procedimentos didáticos
5. Fichamentos
6. Esquema
7. Resumo

#### **III UNIDADE**

1. O projeto de pesquisa e suas partes.
2. Delimitação do tema. Formulação de problemas e hipóteses.
3. Uso de referências bibliográficas.
4. Normas da ABNT



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### AVALIAÇÃO

**A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.**

Para que isso ocorra, os seguintes critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem, são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) auto-avaliação;

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ECO, Umberto. Como se faz uma tese? São Paulo: Perspectiva, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de Andrade. Fundamentos de Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2017.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONTEIRO, C. S.; MONTEIRO, C. S.; MEZZAROBBA, O. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818254> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CERVO, Amado L.; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, Maria Cecília M. Construindo o saber. Metodologia científica fundamentos e técnicas. São Paulo: Papirus, 2003.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.



BARBOSA, C. V. Metodologia da Pesquisa Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794314> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 279, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 280, junho. 2018.



**2º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Antropologia Jurídica	DIR - 008	Obrigatória	2º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	45		15		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>MSc. Jorge Ubiratan de Almeida Silva Junior</b>					
<b>EMENTA</b>					
Introdução à Antropologia Cultural e Social (ou Etnologia). Cultura: um conceito antropológico. Antropologia Jurídica – como área de conhecimento da Antropologia Cultural. A Antropologia Jurídica – o papel da lei nas diferentes sociedades. Antropologia Jurídica e suas principais questões. A constituição do campo de análise e pesquisa da antropologia jurídica – olhar sob a questão Jurídica. Horizontes Antropológicos: diversidade cultural e cidadania. A relação entre costumes sociais e significados jurídicos. O homem em suas várias dimensões culturais e as relações que desenvolve com o fenômeno de regulação jurídica. A constituição dos direitos cidadãos e o impacto da escravidão, imigração e estratificação social no Brasil.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Compreender a diversidade cultural humana, sob o ponto de vista antropológico, enquanto fator fundamental de composição das relações sociais e os seus desdobramentos no âmbito jurídico.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Analisar categorias como: Etnocentrismo, Relativismo Cultural, Ideologia e Direito.  
Discutir e criticar a relação da construção da cultura com a aculturação e a reprodução cultural.  
Interpretar as várias relações entre os diversos padrões culturais e os sistemas jurídicos no mundo e no Brasil.  
Relacionar o sistema jurídico brasileiro com os aspectos culturais e identitários do Brasil

### **METODOLOGIA**

A disciplina será trabalhada com aulas remotas expositivas participadas, trabalhos em grupos, exibição de filmes, estudos dirigidos, avaliações escritas e seminários. As aulas expositivas serão dialogadas, os textos debatidos e discutidos e os filmes e temas de seminários relacionados constantemente a realidade social.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. O surgimento da antropologia;
2. Objeto e método da ciência antropológica;
3. A prática antropológica e os modelos explicativos da antropologia;
4. A construção do saber e a invenção do homem e suas diferenças;
5. O homem, a cultura e as Leis: Produto e produtor  
Cultura,  
Cultura Popular  
Industria Cultural  
Etnia  
Identidade Social, Migração e Consequências Culturais
6. Saber antropológico e a alteridade;
7. Etnocentrismo e relativismo cultural;
8. Diversidade cultural /multiculturalismo;
9. Cultura e Dimensão Jurídica

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação Escrita	8,0
Atividade Complementar	2,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação Escrita	8,0
Extensão	2,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação Escrita	6,0
Seminário	4,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSIS, Olney Queiroz; KUMPEL, Vitor Frederico, Manual de Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2014.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

PALMA, R. F.; PALMA, R. F. Antropologia Jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818276> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DAMATTA, Roberto. Relativizando: Uma introdução “a Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

LARIAIA, R. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SOARES, R. M. F. Sociologia e Antropologia do Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/790094> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI  
**Faculdade**  
**Santíssimo Sacramento**  
ALAGOINHAS-BA

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Filosofia Geral e Jurídica	DIR – 010	obrigatória	2º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>ATIVIDADE EXTENSÃO</b>	<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>	<b>CH TOTAL SEMESTRAL</b>
	54		6H		60H
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>HELEN KEILA GONÇALVES TEIXEIRA</b>					
<b>EMENTA</b>					
Filosofia, Direito e Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito. Clássicos da Filosofia do Direito: idealistas, materialistas e críticos. Direito e Moral. Teoria da Justiça. Tendências filosóficas atuais em Filosofia do Direito.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Contribuir na formação do pensamento crítico, contribuindo para a autonomia e a emancipação do acadêmico, construindo o conhecimento a partir de matrizes clássicas do pensamento humano, caracterizando os elementos estruturais que compõem a filosofia demarcando historicamente e apresentando os conceitos fundamentais que se relacionam com a filosofia no âmbito da produção do conhecimento e utilizando-se da filosofia do direito como instrumento capaz de perceber o fenômeno jurídico através das várias teorias epistemológico-jurídicas, identificando os problemas antropológicos, ontológicos e axiológicos do direito, relacionando com a realidade e encontrando soluções possíveis e devidamente fundamentadas para os casos concretos.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
•-Situar os problemas e sistemas filosóficos; - Compreender os elementos básicos do raciocínio lógico e introduzir a investigação lógica na reflexão sobre racionalidade e enunciação; - Estruturar o pensamento dos clássicos modernos da filosofia jurídica; - Identificar a crítica da experiência jurídica, no sentido de determinar as suas condições que servem de fundamento à experiência, tornando-a possível; - Buscar os pressupostos, as condições últimas da realidade jurídica, procurando partir de verdades evidentes no processar-se da experiência histórico-cultural. - Estimular a pesquisa e a elaboração de trabalhos científicos, a fim de despertar no discente o espírito ético, científico e criativo.					
<b>METODOLOGIA</b>					
Aulas discursivas e participativas. - Estudo da teoria de forma individual. - Estudo casos práticos em grupo. - Pesquisa sobre temas propostos. Apresentação oral e escrita de pesquisa. - Apresentação do conteúdo por meio de aulas expositivas, com a utilização do projetor multimídia. - Orientação de leituras dirigidas de textos e promoção de debates. - Trabalhos em pequenos grupos. - Apresentação de vídeos, com discussão crítica.					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### **I UNIDADE:**

#### **1. FILOSOFIA DO DIREITO**

- 1.1. Objeto
- 1.2. Divisão

- 1.3. Conceito de Direito na visão das doutrinas empíricas
- 1.4. A concepção do Direito na doutrina de Stammler
- 1.5. A concepção do Direito na doutrina de Del Vecchio
- 1.8. Epistemologia jurídica
- 2. O MORALISMO JURÍDICO E A NATUREZA DA NORMA DE DIREITO**
  - 2.1. Direito e moral na idade média
  - 2.2. Direito e moral na época moderna. O contratualismo
- 3. AXIOLOGIA JURÍDICA**
  - 3.1. O Direito e os objetos ideais
  - 3.3. O conteúdo axiológico do Direito
  - 3.4. A investigação histórico-axiológica e o Direito
  - 3.5. Os valores e o mundo do dever ser
  - 3.6. Características do valor
  - 3.7. Os valores e o Direito

### **UNIDADE II:**

- 1. O NORMATIVISMO LÓGICO DE HANS KELSEN**
  - 1.1. A eficácia do Direito
  - 1.2. O normativismo lógico como teoria formal ou estrutural do conhecimento científico do Direito
  - 1.3. Purificação axiológica e fática: norma como dever-ser lógico
  - 1.4. Teses básicas da teoria pura do direito
  - 1.5. Crítica da teoria pura do direito
- 2. A FILOSOFIA DO DIREITO DE KANT**
  - 2.1. Direito e moralidade
  - 2.2. O contratualismo kantiano
  - 2.3. O direito das gentes e o direito cosmopolita
  - 2.4. Direito, história e paz perpétua
- A FILOSOFIA DE HABERMAS**
  - 4.1. O agir comunitivo
  - 4.2. O direito e a democracia

### **III UNIDADE:**

- 1. AS FILOSOFIAS DO DIREITO JUSPOSITIVISTAS**
  - 1.1. Correntes dos pensamentos juspositivistas
  - 1.2. Os juspositivismos éticos
- 2. O DIREITO E O TRIDIMENSIONALISMO**
  - 2.1. O tridimensionalismo abstrato ou genérico
  - 2.2. O tridimensionalismo específico
- 4. HORIZONTES FILOSÓFICOS CONTEMPORÂNEOS**

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1ª UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
atividades de leitura e produção de textos, análises críticas, interpretação e a aplicação da Filosofia do Direito a casos concretos;	2,0
uma prova escrita com questões baseadas nas aulas	8,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
uma prova escrita (individual) com questões baseadas nas aulas	10

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Projeto de extensão visando a integração do curso, com conteúdo vistos durante o semestre, <b>através de eventos, workshops ou palestras abertas ao público</b>	6,0
atividades de leitura e produção de textos, análises críticas, interpretação e a aplicação da Filosofia do Direito a casos concretos;	4,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2002.

BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CRETELLA JUNIOR, José. Curso de Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CASTILHO, R. Filosofia Geral e Jurídica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820236> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

REALE, Miguel. Nova Fase do direito moderno. São Paulo: Saraiva, 1998.

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico. Lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone.

NADER, Paulo. Filosofia do Direito. 19. Ed. São Paulo: Forense, 2010.

NUNES, Rizzatto. Manual de Filosofia do Direito. 3. Ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

FRATESCHI, Y.; RAMOS, F. C.; MELO, R. Manual de Filosofia Política. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/754583> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018

ISSN: 2358-1433

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.

ISSN: 0034-9275



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
História do Direito	DIR - 012	obrigatória	2°	2023.2	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>					
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
----	32h	4h	4h		40h
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Juliane Costa Silva					
<b>EMENTA</b>					
<p>Conceituação e objeto da história do Direito. Direito e Justiça na Antiguidade. Instituições greco-romanas: família, cidade, leis. Direito medieval e dogmática canônica. Estado moderno e ordem normativa burguesa. Justiça e burocracia no Brasil Colonial. Elites e magistrados na sociedade imperial. A academia, o formalismo e o bacharelismo liberal. Tradição legal e instituições políticas nacionais. História Crítica das instituições jurídicas.</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<p>O conhecimento da evolução do Direito no mundo ocidental para compreender os componentes históricos do Direito atual e tentar localizar a história do Direito num quadro geográfico e cronológico mais vasto, analisando historicamente as instituições que surgiram e que deram o alicerce do Direito que vivemos nos nossos dias.</p>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					



- Compreender como é que o Direito atual foi formado e como foi desenvolvido.
- Entender o Direito, enquanto produto histórico é fruto das sociedades em seus diferentes contextos históricos.
- Estudar como evoluíram os sistemas jurídicos no decurso dos séculos.
- Adquirir conhecimentos básicos de História do Direito e debater alguns de seus problemas atuais neste momento histórico que se convencionou chamar de pós-modernidade.
- Desenvolver a pesquisa e a elaboração de monografia nessa área.

### **METODOLOGIA**

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão utilizados, inicialmente, os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala;
- b) leitura e produção textual;
- c) análise de casos;
- d) pesquisas;
- e) seminários;
- f) aulas expositivas;
- g) apresentação de vídeos, com discussão crítica.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **UNIDADE I:**

#### **HISTÓRIA E HISTÓRIA DO DIREITO**

- 1.1. História
- 1.2. Direito
- 1.3. História do Direito
- 1.4. Objetivos do estudo da História do Direito
- 1.5. Paradigmas da historiografia jurídica tradicional e da “Nova” história do Direito.

#### **2. O DIREITO DOS POVOS**

- 2.1. Noções gerais
- 2.2. Fontes
- 2.3. O Direito como origem familiar.

#### **3. DIREITO ANTIGO**

##### **3.1. ATENAS**

- 3.1.2. Noções de história
- 3.1.3. Características do direito
- 3.1.4. Princípios institutivos.

##### **4.2. ROMA E O DIREITO ROMANO**

- 4.2.1. História da Roma: divisão política
- 4.2.2. Direito Romano
- 4.2.3. Definições e características



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 4.2.4. Princípios institutivos
- 4.2.5. Fontes do Direito Romano
- 4.2.6. Divisão do Direito Romano
  
- 4.2.7. Estudo do Direito e os Advogados em Roma

### **UNIDADE II:**

- 1. A FORMAÇÃO DO DIREITO COMUM NA EUROPA CONTINENTAL
  - 1.1. Direito Germânico
  - 1.2. Direito Canônico
  - 1.3. Direito Medieval
  - 1.4. Costumes.
  
- 2. O DIREITO ROMANO
  - 2.1. O retorno às compilações de Justiniano
  - 2.2. Escolástica
  - 2.3. Os humanistas
  - 2.4. A pessoa natural:
    - b) status civitatis;
    - c) status familiae.
  
- 3. DA MONARQUIA ABSOLUTA AO ILUMINISMO
  - 3.1. O absolutismo monárquico
  - 3.2. O iluminismo e as críticas ao Estado Absolutista
  - 3.3. Cesare Beccaria
  - 3.4. Outros pensadores – criminalistas do Iluminismo.
  
- 4. A REVOLUÇÃO FRANCESA
  - 4.1. Conjuntura político-econômica pré-revolucionária
  - 4.2. A Assembléia Constituinte e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
  - 4.3. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã
  - 4.4. As Constituições Revolucionárias
  - 4.5. Era Napoleônica e o Código Civil

### **UNIDADE III:**

- 1. LEIS PORTUGUESAS
    - 1.1. Os primeiros habitantes e a romanização
    - 2.1. Os muçulmanos na Península
    - 2.2 O nascimento de Portugal
    - 2.3 A era das Ordenações
    - 2.4. O período Pombalino
  - 3. As Constituições portuguesas.
- 
- 2. ESCOLAS DO PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO E SUAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA PARTICIPATIVA
  
  - 3. O DIREITO NO BRASIL

BRASIL COLÔNIA

Noções da história

Constituição do Império de 1824



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Código Comercial de 1830

O regulamento n. 737.

#### 4. A REPÚBLICA

A República velha e o Direito

A Revolução de 30 e a “nova” ordem jurídico-política

A Constituição de 1937

A Constituição de 1946

A Constituição de 1967 e a Emenda n. 1 de 1969

A Constituição de 1988 e a democracia

### AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Assim, serão utilizados para averiguação contínua do ensino-aprendizagem, os seguintes critérios:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- q) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) auto avaliação;
- h) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS



NASCIMENTO VIEIRA, Walter. Lições de história do direito. São Paulo: Forense, 2007.

CASTRO, Flávia Lages. História do direito. Lúmen Júris, 2007.

AGUIAR, R.; MACIEL, J. F. R. Manual de História do Direito. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/798446> (Biblioteca Virtual)

PALMA, R. F. História do Direito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794072> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ÀVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 18 ed. São Paulo: 2018.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da história do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

NEVES, José Roberto de Castro. Como os advogados salvaram o mundo: a história da advocacia e sua contribuição para a humanidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

REALE, M. Horizontes do Direito e da História. 3. ed. São Paulo: SARAIVA, 2009. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/581033> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES). Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes>  
ISSN 2318-8081

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, maio. 2019.



PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Psicologia Aplicada ao Direito	DIR 007	Obrigatória	2º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-	54		6	-	60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Dr. Moacir Lira de Oliveira					
EMENTA					
Conceito de Psicologia e sua aplicação ao Direito. Tópicos em psicologia Social: percepção social; comunicação; identidade; subjetividade e gênero. Processos psicológicos de ajustamento: conflito e frustração. Inteligência emocional. Aspectos psicológicos das relações interpessoais.					
OBJETIVO GERAL					
Conhecer a origem e desenvolvimento da Psicologia, numa perspectiva evolutiva e interdisciplinar, possibilitando a atuação ética, crítica e reflexiva dos profissionais de Direito e desenvolvendo uma visão científica e geral da Psicologia e sua aplicabilidade na área jurídica.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					



- Compreender os problemas humanos de ordem comportamental, cognitiva e afetiva em diversos espaços comunicativos: grupal, social e institucional;
- Identificar e compreender a motivação e a emoção humana, dentre outros processos psicológicos básicos;
- Ter uma visão científica da origem e desenvolvimento da personalidade humana e da formação da moral, levando em consideração as principais teorias clássicas da Psicologia: Psicanálise, Comportamentalismo e Humanismo;
- Analisar a interferência dos tipos de caráter nas questões jurídicas da área civil e penal;
- Compreender a psicopatologia e as questões jurídicas;
- Despertar o interesse do aluno para pesquisa nessa área, no intuito precípua de proporcionar-lhe uma visão plural e integrada do Direito com a Psicologia.

#### METODOLOGIA

As atividades didático-pedagógicas serão desenvolvidas a partir das seguintes estratégias:

- a) debates;
- b) estudos dirigidos;
- c) seminários;
- d) aulas expositivas e dialogadas;
- e) leituras atualizadas e fichamentos de textos;
- f) Apresentação de vídeos, com discussão crítica.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

1. DOS FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA
  - 1.1. Primórdios da psicologia
    - 1.1.1. Idade Média e o século XVIII
  - 1.2. Objeto de estudo
  - 1.3. Divisão e campo da Psicologia
    - 1.3. Conceito de Psicologia
  - 1.4. A formação da Psicologia como disciplina autônoma



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 1.5. O psicólogo enquanto profissional
2. A FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PSIQUISMO
  - 2.2. Teorias do psiquismo
  - 2.3. Fases do desenvolvimento
  - 2.4. Mecanismo de defesa
  - 2.5. Formação moral
  - 2.6. Tipos de caráter
3. PERCEPÇÃO, SENSAÇÃO, MOTIVAÇÃO E EMOÇÃO
  - 3.1. Percepção
  - 3.2. Definições básicas
  - 3.3. Sensação, percepção
  - 3.4. Ajustamento do indivíduo

#### UNIDADE II

1. PSICOLOGIA E DIREITO
  - 1.1. Breve histórico da Psicologia Jurídica
  - 1.2. A interface entre Psicologia e Direito
  - 1.4. Conceito
  - 1.3. Psicologia Jurídica e interdisciplinaridade
  - 1.4. O uso dos recursos da Psicologia no âmbito do Direito
2. PSICOPATOLOGIA FORENSE
  - 2.1. Transtornos cognitivos. Disfunções. Aspectos jurídicos
  - 2.2. Transtornos afetivos. Aspectos jurídicos
  - 2.3. Transtornos de ansiedade.
  - 2.4. Transtorno da personalidade antissocial.
3. A INTERLOCUÇÃO COM O DIREITO À LUZ DAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO DIREITO

CIVIL



- 3.1. Psicologia do litígio
- 3.2. A Psicologia Jurídica e a relação familiar
  - 3.2.1. A importância da Psicologia Jurídica no divórcio, na mediação, na guarda, na adoção.
  - 3.2.2. Psicologia Jurídica e Infância e Juventude.
  - 3.2.3. Juizado da Infância e Juventude: Estatuto da Criança e delinquência juvenil

UNIDADE III:

- 4. A INTERLOCUÇÃO COM O DIREITO À LUZ DAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO DIREITO PENAL
  - 4.1. (Des) constituindo a ‘menoridade’: uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria “menor”
  - 4.2. Técnicas de abordagem a testemunhas
  - 4.3. O papel da perícia psicológica na execução penal
  - 4.4. A criminalidade urbana
  - 4.5. Toxicodependências e a violência urbana.
  - 4.5. Mulheres e idosos em situação de violência doméstica: limites e possibilidade de enfrentamento
  - 4.6. A capacidade de imputação do agente criminal portador de transtorno mental
  - 4.7. Provas periciais, perícias e avaliações psicológicas e sua importância no processo penal.

**AVALIAÇÃO**



### 1º UNIDADE

Prova escrita individual	8,0
Produção de Quadro Comparativo das Principais Teorias Psicológicas	2,0

### 2º UNIDADE

Seminários	7,0
Produção de texto escrito sobre o seminário	3,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita individual	7,0
Resolução de questionários relativos à leitura de um livro sobre Psicologia Aplicada ao Direito	3,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A P. Psicologia das relações interpessoais. Petrópolis: Vozes, 2004.

RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREITAS, A. C. P.; MACIEL, J. F. R.; MACIEL, J. F. R. Manual de Psicologia Jurídica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/799377> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



DIAS, M. B. Incesto e alienação parental: realidades que a justiça insiste em não ver. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Psicologia Jurídica no Brasil. Bonsucesso, RJ: Nau Editora, 2011.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FIORILLE, José Osmir. Psicologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2017.

PAULO, B. M. Psicologia na Prática Jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/600019> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

[www.ser.ufpr.br/psicologia](http://www.ser.ufpr.br/psicologia)

<http://www.puc-campinas.edu.br/centros/ccv/revistas/estudospsicologia.htm>

<http://www.revistaptp.unb.br/index.php/ptp>

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia>

[http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=539](http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=539)

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/issue/archive>

<http://openjournal.konradlorenz.edu.co/index.php/rlpsi/issue/archive>

[http://www.unifor.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=506&Itemid=1021](http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=506&Itemid=1021)

<http://www.psicologia.ufrj.br/teoriapsicanalitica/revista-agora/volumes/>

<http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/todos.htm>

<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/issue/archive>

<http://seer.ufrgs.br/Movimento/issue/archive>



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Seminário de Pesquisa Interdisciplinar I	DIR - 011	Ob.	2º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36		04		40
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Professor Me. Marcio Santos da Conceição					
EMENTA					
A disciplina aborda o significado da interdisciplinaridade frente a fragmentação do saber elaborado no âmbito do positivismo; o planejamento, a realização de pesquisa bibliográfica, a organização do conhecimento e a comunicação dos resultados da pesquisa como forma de exercício interdisciplinar. As contribuições do Letramento Digital e Jurídico. Propõe inserir o aluno no universo da pesquisa com abordagem interdisciplinar.					
OBJETIVO GERAL					
Oportunizar a construção do conhecimento de modo interdisciplinar, por meio de elaboração de trabalhos científicos e seminários.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"><li>• Auxiliar a formação de um profissional analítico de situações e problemas, decisório reflexivo e crítico, capaz de construir, mediante uma atitude colaborativa, um saber de experiência em evolução.</li><li>• Proporcionar ao aluno o envolvimento em projetos de pesquisa e intervenção, de modo a facilitar o seu próprio desenvolvimento pessoal, profissional e ético.</li><li>• Realizar um projeto de investigação-ação sobre uma problemática oriunda da sociedade.</li><li>• Promover com o aluno uma consciência profissional inacabada, pedagogicamente inquieta, em aprendizagem constante.</li><li>• Possibilitar a integração entre os diversos cursos da área de Humanas, através de ações conjuntas dos processos de ensino-aprendizagem.</li><li>• Oportunizar o intercâmbio de princípios, ideias e valores interdisciplinares nos diversos campos do conhecimento.</li><li>• Promover meios para a divulgação de ações, trabalhos e estudos interdisciplinares junto à comunidade acadêmica.</li></ul>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) apresentação de seminários;
- c) aulas dialogadas;
- d) análise de casos, debates e exercícios;
- e) leituras orientadas e fichamento;
- f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### **I UNIDADE:**

1. Princípios metodológicos, epistemológicos e teóricos da interdisciplinaridade.
2. A investigação interdisciplinar e o trabalho em equipe.
3. As ciências e a Interdisciplinaridade;
4. A crise do modelo cartesiano;
5. A construção dos saberes.
6. Letramento Digital

##### **II UNIDADE:**

1. A formação e o trabalho de equipes.
2. Articulação de projetos disciplinares e o diálogo interdisciplinar na compreensão de sentido.
3. A oratória

##### **III UNIDADE:**

1. Organização e representação do conhecimento e da pesquisa a partir de seminários interdisciplinares.
2. Instrumentos para a construção, organização e apresentação de seminário.

#### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

**1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova Escrita Individual	10,0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Seminários Interdisciplinares (Equipe)	10,0

**3º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Produção Textual	5,0
Atividade de Extensão	5,0

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

FAZENDA, Ivani. Práticas interdisciplinares na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013

FAZENDA, Ivani. Didática e interdisciplinaridade. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (ORG). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GHIRARDI, J. G.; VANZELLA, R. D. F. Ensino Jurídico Participativo Construção de Programas, Experiências Didáticas. São Paulo: Saraiva, 2009. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/583088> (Biblioteca Virtual)

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

SARTORI, Vitor Bartoletti. Lukács e a crítica Ontológica ao Direito. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BERGEL, Jean Louis. Teoria geral do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEFF, Enrique. Aventuras da epistemologia ambiental - da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

NUNES, Manual de introdução ao estudo do direito. São Paulo: Saraiva, 2018

SOUZA, Alexandre Augusto Cals e; TAVARES, Francinei Bentes (org.). Políticas públicas em educação e meio ambiente: visões interdisciplinares. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206813> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

## PERIÓDICOS

Revista Direitos Fundamentais Democracia

<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd>

Direito & Justiça

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir>

Juris Revista do Departamento de Ciências Jurídicas

<http://www.seer.furg.br/juris>

Panóptica – Revista Eletrônica Acadêmica de Direito

<http://www.panoptica.org/seer/index.php/op>

REJUR – Revista Eletrônica Jurídica do Curso de Direito

<http://revistas.facecla.com.br/index.php/redirect>



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Sociologia Jurídica e Ambiental	DIR – 009	Obrigatória	2º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	54 horas		06 horas		60 horas
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>Prof. Me. Matheus Arruda Gomes</b>					
EMENTA					
<p>Sociologia e Sociologia jurídica. Conceito, metodologia e histórico da Sociologia jurídica. Sociologia jurídica como ciência. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito/Sociedade. A perspectiva formal e a perspectiva científico social do Direito. Direito e Ideologia. Relação entre sociedade e poder. Processos sociais e direito. Controle social. Sociologia do Direito Natural. Abordagem marxista do direito; abordagem de Emile Durkheim; abordagem Weberiana. A teoria sistêmica. Sociologia Ambiental; Responsabilidade Ambiental. Riscos e Danos Ambientais. Desenvolvimento Econômico Sustentável. As crises contemporâneas.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>- Compreender o papel da sociologia como instrumento teórico para a formação intelectual do Bacharel em Direito.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecer e analisar o surgimento da Sociologia como ciência.</li> <li>✓ Estudar conceitos básicos da Sociologia.</li> <li>✓ Estudar as particularidades da Sociologia jurídica, informando ao aluno o surgimento e sua evolução e, principalmente, as tendências atuais.</li> <li>✓ Contribuir para a formação social e política do discente.</li> </ul>					



- ✓ Desenvolver a pesquisa sobre temas relacionados à Sociologia e o Direito, a fim de contribuir, de maneira criativa e ética, para a compreensão do fenômeno jurídico.

## METODOLOGIA

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, google class, drive etc.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. SOCIOLOGIA E DIREITO

1.1. Objeto da Sociologia do Direito

1.2. Características da Sociologia do Direito

1.3. Direito e fato social

1.4. Sociologia Jurídica no Brasil

1.5. Objeto da Sociologia Jurídica

1.6. Características da Sociologia Jurídica

1.7. Abordagem marxista do direito; abordagem de Emile Durkheim; abordagem Weberiana.

#### 2. O DIREITO COMO FATO SOCIAL

2.1. O Direito como instrumento de organização social

2.2. O Direito como fenômeno observável

2.3. O destinatário da norma jurídica

2.4. O Direito como fenômeno valorativo

#### 3. A IDEOLOGIA E A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO DIREITO

### II UNIDADE:

#### 1. DIREITO, LEGITIMIDADE E PODER

1.1. Direito e poder

1.2. Legitimidade e alienação



- 1.3. Legitimidade e consciência
- 1.4. Direito e legitimidade
2. OS PROBLEMAS ATUAIS DA SOCIOLOGIA JURÍDICA
  - 2.1. Agentes do direito positivo, sistema social e desvio de comportamento.
  - 2.2. Valores humanos e sistema social
  - 2.3. Poder e mudança social
  - 2.4. As consequências das desigualdades e da pobreza.
3. A SOCIOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL E O SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO
  - 3.1. Inclusão e exclusão na ordem jurídica, econômica e social
  - 3.2. Processos de exclusão social
  - 3.5. Os mecanismos de inclusão social: o acesso à justiça.

### **III UNIDADE**

1. SOCIOLOGIA AMBIENTAL
  - 1.1 Sociologia Ambiental: aspectos teórico-metodológicos
  - 1.2 objeto, contexto histórico, desenvolvimento e abordagens principais.
  - 1.3 clivagens teóricas e interdisciplinares
  - 1.4 a questão ambiental como objeto de investigação e problema social
2. Meio Ambiente e Desenvolvimento
  - 2.1 o papel da ciência no campo do desenvolvimentismo
  - 2.2 reflexividade e irrupção da política ambiental
  - 2.3 justiça ambiental, movimento ambientalista e sub-política
3. Crise do paradigma e Controvérsias científicas: desafios para novos campos de pesquisas.
  - 3.1 mudanças globais e sociais
  - 3.2 trabalho, caráter, consumo e controvérsias
  - 3.3 abrindo as ciências e reconectando saberes
  - 3.4 análise de problemas socioambientais.
4. Responsabilidade Ambiental.
  - 4.1 Riscos e Danos Ambientais.
5. Desenvolvimento Econômico Sustentável.
6. As crises contemporâneas.

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) elaboração e participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) reescrita dos textos;
- h) produção escrita individual e coletiva;
- i) debates e rodas de conversa;

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

SOUTO, Cláudio; SOUTO, Solange. Sociologia do direito: uma visão substantiva. Porto Alegre: Fabris, 2003.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro. Sociologia do Direito. São Paulo: Atlas, 2003.

PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira. Sociologia Ambiental do Direito - Análise Socio-jurídica, Complexidade Ambiental e Intersubjetividade. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2015.

SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. Manual de Sociologia Jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/803383> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, R.J., Ed, Vozes, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (ORG). Educação ambiental - dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MILLER, G. Tyler; SPOLLMAN, Scott E. Ciência Ambiental. 14 de. São Paulo: cengage Learning, 2015.

NETO, P. S. Sociologia Geral e Jurídica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/649733> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI  
**Faculdade**  
**Santíssimo Sacramento**  
ALAGOINHAS-BA

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES). Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes>  
ISSN 2318-8081

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, maio. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Teologia	DIR - 013	OBRIGATÓRIA	2º	2023.2	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	30	---	10	-	40h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. <sup>a</sup> Mestra Rita de Cassia de Freitas					
EMENTA					
Conceitos e definições de Teologia. Teologia e Filosofia – uma relação primária. Teologia como ciência. Teologia e Ciências da Religião. Teologia da Espiritualidade. Teologia e Antropologia. Compreensão das relações entre Teologia e saúde, e suas implicações no universo da religião, da educação e da cultura. Bases Teológicas da Psicologia. A atividade teológica e a sua função social. Religião, Ética e Moral: tentativas de diálogo entre fé e a vida. A Teologia no Brasil e sua influência na sociedade moderna. Ética da Sexualidade e Bioética. Teologia nas Organizações.					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Despertar e mostrar a importância da teologia e da espiritualidade para a atualidade despertando no aluno o interesse pela vida e da luta pelo bem comum e pela justiça à luz da Revelação de Deus na história humana e Teologia da Espiritualidade.</li></ul>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Demonstrar a importância do estudo da Teologia;</li><li>✓ Despertar no aluno a consciência ética e moral;</li><li>✓ Compreender o pluralismo religioso existente no mundo;</li><li>✓ Habilitar o aluno a buscar um conhecimento de fé na relação “fé e vida”;</li><li>✓ Proporcionar ao aluno a capacidade de no seu processo de ensino-aprendizagem fazer leitura de sua realidade psicossocial a partir da revelação de Deus na história, capacitando-o a perceber os apelos e orientações éticas.</li><li>✓ Repudiar qualquer tipo de discriminação que envolvam etnia, deficiências, síndromes e orientação sexual.</li><li>✓ Orientar sobre as premissas das religiões e sua dicotomia na atualidade.</li><li>✓ Investigar casos que envolvam discriminação e intolerância religiosa nas organizações e quais as consequências legais.</li><li>✓ Implementar lições explícitas sobre intolerância, discriminação, racismo e resolução desses conflitos.</li></ul>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Os conteúdos serão trabalhados, privilegiando:

- Levantamento do conhecimento prévio dos estudantes.
- Motivação com leituras, charges, situações problemas ou pequenos vídeos.
- Exposição oral/dialogada
- Discussões, debates e questionamentos.
- Leituras e estudos dirigidos.
- Atividades escritas individuais e em grupos.
- Apresentações por parte dos alunos de: plenárias, painéis, mini aulas, seminários etc.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### I UNIDADE

- ✚ Definições de Teologia.
- ✚ Definição e caracterização das Religiões.
- ✚ Credo e Ritos.
- ✚ O Sagrado e o Profano.
- ✚ Teologia da Espiritualidade.
- ✚ A essência da Moralidade, Normas Morais e Virtudes.
- ✚ Introdução à meditação sobre Deus no mundo contemporâneo.

#### II UNIDADE

- ✚ Jesus Cristo: verdadeira imagem do ser humano.
- ✚ As causas e o surgimento Reforma (Luterana, Calvinista e Anglicana).
- ✚ A Relação da fé cristã e a ciência.
- ✚ A questão Social, e econômica e cultural na contemporaneidade.
- ✚ Noções: liberdade, identidade, tolerância e dialogo religioso.
- ✚ Intolerância Religiosa no Brasil e no Mundo.

#### III UNIDADE

- ✚ A dignidade da Pessoa Humana.
- ✚ As dimensões da Pessoa Humana.
- ✚ Psicologia, Psicoterapia e Religião.
- ✚ Ética da Sexualidade e Contemporaneidade.
- ✚ Bioética surgimento e seus desdobramentos conceituais.
- ✚ O que dizem as religiões do Brasil e do mundo sobre a comunidade LGBTQIA+ .
- ✚ O que dizem as religiões do Brasil e do mundo sobre a Eutanásia.
- ✚ O que dizem as religiões do Brasil e do mundo sobre o aborto.
- ✚ O que dizem as religiões do Brasil e do mundo sobre a transfusão de sangue.

### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita – <b>Individual</b>	8,0
Atividades em sala, participação, Fóruns - <b>Individual Individual</b>	2,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Proposta “campanha” Contra a Intolerância Religiosa na Sociedade (vídeo). <b>Grupos</b>	5,0
Proposta “campanha” Contra a Intolerância Religiosa na Sociedade (debate-exposição oral da temática). <b>Grupos</b>	5,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Seminários (Folder-Slides-resumo individual do tema) - <b>Grupos</b>	6,0
Artigo (Diário de Bordo) - <b>Individual</b>	4,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

RAUSCH, Thomas P. (org.). Introdução á Teologia. São Paulo: Paulus, 2004.

FISICHELLA, Rino (aut) Introdução à teologia. São Pauklo: Edições Loyola, 2006.

FORTE, Bruno. Teologia em diálogo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MÜLLER, Ivo. Direito Canônico - O povo de Deus e a vivência dos sacramentos. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201726> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOFF, Leonardo. Como fazer teologia da libertação. São Paulo: Vozes, 2001.

MARCONI, Momolina. Prelúdio, à história das Religiões. São Paulo: Paulus, 2008.

CHALLIES, Tim. Teologia Visual. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2016.

MAC ARTHUR, John. Como estudar a Bíblia. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2016.

VICENTE, José Armando. O futuro da criação e da humanidade: leituras científico-teológicas a partir da crise ecológico-humana. 1. ed. Porto Alegre, RS: ediPUCRS, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208641> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

✚ Revista de Estudos da Religião – REVER

✚ Debates do NER – Núcleo de Estudos da Religião

✚ <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2335>

✚ Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Jan/mar; abr/jun; jul/set; 2022.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Jan/mar 2023.



**3º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
BIOÉTICA E BIODIREITO	DIR -019	Obrigatória	3º semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
XXXXXXXXXXXXX	36h	0	4h		40h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Me. Débora Carvalho Reis					
EMENTA					
<p>Conceito e evolução da bioética. Bioética e ética médica. Direito e bioética. Princípios da bioética. O direito a vida: inseminação artificial e inseminação "in vitro"; procriação assistida. Sexualidade humana. Transplante de órgãos e tecidos. Aborto eugênico e direitos do nascituro. Esterilização e doentes com anomalias. Eutanásia e direito de morrer. Clonagem humana. O projeto genoma e os direitos humanos.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Familiarizar o aluno com a existência de uma nova compreensão da Ciência Jurídica, a partir da correlação necessária com a ciência da vida humana. Assim, formar profissionais não apenas com uma perspectiva atualizada do Direito, mas também alicerçada na ética e na reflexão sobre os dilemas contemporâneos da sociedade com uma nova perspectiva do Direito, realçando a importância da proteção integral da vida humana com melhor visualização do enfrentando aos desafios complexos que envolvem questões éticas e jurídicas no contexto das ciências biomédicas e da biotecnologia.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					



- ✓ Discutir as principais teorias e escolas acerca da Bioética e do Biodireito.
- ✓ Apresentar ao aluno a importância do direito à dignidade humana e as suas mais diversas implicações no campo ético e jurídico, a partir das novas descobertas da ciência médica e das diversas possibilidades decorrentes das transformações científicas.
- ✓ Dotar o discente do instrumental necessário para afirmar a proteção avançada e privilegiada do ser humano, buscando conferir solução aos casos difíceis (hard cases) que podem decorrer das inúmeras situações descortinadas pela ciência no mundo contemporâneo (pós-moderno).
- ✓ Correlacionar o Biodireito com os mais diferentes ramos da ciência jurídica.

### **METODOLOGIA**

- ✓ Aulas discursivas e participativas.
- ✓ Estudo de casos práticos em grupo.
- ✓ Apresentação de seminários.
- ✓ Análise de casos concretos.
- ✓ Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa orientada.
- ✓ Apresentação de vídeos, com discussão crítica.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

1. A influência constitucional sobre a pessoa humana
2. Ética x moral: breve discussão
3. A Bioética e o Biodireito: distinções relevantes
4. Os princípios da Bioética e a sua aplicação ao Direito
5. Bioética e a ética médica
- 5.1 Confidencialidade e privacidade médica: a relação médico X paciente e o direito à informação e à intimidade pessoal, profissional e doméstica.
- 5.2 O direito à intimidade e ao segredo
6. Bioética e a dignidade humana
- 6.1 Experiências científicas com pessoas humanas: limites à engenharia genética e a biossegurança os avanços com o Código de Nuremberg
7. A bioética de situações emergentes e a bioética de situações persistentes
8. A questão dos tratamentos cirúrgicos e a autonomia da vontade. A questão dos valores religiosos. O caso: Testemunha de Jeová
9. Direitos da personalidade e a personalidade/direitos do nascituro

#### **II UNIDADE:**

10. Direito à vida e a dignidade da pessoa humana: fundamentos constitucionais
11. Início da vida e a tutela jurídica do embrião – teorias natalista e concepcionista



12. Pesquisas com células tronco embrionárias
13. Procriação assistida e seus efeitos jurídicos
  - 13.1 Inseminação artificial
  - 13.2 Inseminação “in vitro”
14. Gestação por substituição
15. Aborto: seus efeitos jurídicos e a tutela do estado
  - 15.1 o direito de nascer
  - 15.2 Aborto eugênico
  - 15.3 Aborto por anencefalia
16. Paternidade responsável e planejamento familiar

### **III UNIDADE:**

17. Sexualidade Humana
  - 17.1 distinção: sexo do indivíduo, Identidade de gênero e orientação sexual
  - 17.2. Direito à identidade sexual e a possibilidade de redesignação do estado sexual. O transexualismo e os limites e possibilidades. O intersexual (hermafrodita), o homossexual, o bissexual e o heterossexual
18. Direito à integridade psíquica do ser humano
19. Transplante de órgãos e tecidos (Lei nº9.434/97)
  - 19.1 Direito ao corpo e às suas partes. Direito ao próprio corpo e direito ao corpo de outrem. Alcance e limitações
  - 19.2 Estética humana e os limites das cirurgias plásticas. A responsabilidade civil do médico, inclusive à luz do Código de Defesa do Consumidor
20. Esterilização e doentes com anomalias
  - 20.1 Esterilização artificial humana
  - 20.2. Esterilização científica
21. Eutanásia e direito de morrer
  - 22.1 Distinção e repercussões: eutanásia, distanásia, mistanásia, ortotanásia e destino do cadáver
23. Clonagem humana
  - 23.1 O projeto Genoma Humano e os direitos humanos
24. Estatuto Ético e Jurídico dos Animais.

## **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA MISTA (ESCRITA E MULTIPLA ESCOLHA)	VALOR: 10 (dez pontos)
ATIVIDADE EXTRA	VALOR: 0,6 (seis décimos)

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA MISTA (ESCRITA E MULTIPLA ESCOLHA)	VALOR: 8,0 (oito pontos)
ATIVIDADE PONTUDA	VALOR: 2,0 (dois pontos)

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
SEMINÁRIO	VALOR: 8,0 (oito pontos)
ATIVIDADE PONTUDA	VALOR: 2,0 (dois pontos)

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do Biodireito, São Paulo: Saraiva, 2017.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de Bioética e Biodireito. São Paulo: Atlas, 2015.

ANJOS, Márcio Fabri dos; SIQUEIRA, José Eduardo de. (ORG) Bioética no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. Bioética e biodireito. 6. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208911> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MOSER, Antônio. Biotecnologia e bioética. Petrópolis: Vozes, 2004.

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

GRACIA, Diego. Pensar a Bioética: metas e desafios. São Paulo: Loyola / São Camilo, 2010.

FELLET, A. Regras e Princípios, Valores e Normas. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. Disponível em:



<https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/581030> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 5, v.16, jul-set. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO CONSTITUCIONAL I	DIR – 016	OB	3º	2023.2	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	54h		6h		60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>PROF. ME. EDMARIO NASCIMENTO DA SILVA</b>					
EMENTA					
<p>- Direito constitucional e outros ramos do direito. Direito constitucional, ciência política e teoria geral do Estado. Constituição: conceito, posição no sistema jurídico e diretrizes da ciência jurídica. Sentido formal e material. Espécies de constituições. Classificação das constituições. Sistemas constitucionais - história e evolução. Constituições Brasileiras. Poder constituinte e poder de reforma. Limitações. Poder reformador. Teoria das normas constitucionais. Princípios e regras. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Supremacia e Hierarquia Constitucional.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>- Focalizar o papel na Teoria Geral do Direito Constitucional ao dar ênfase na força normativa da Constituição e as potencialidades de interpretação e aplicação, trazendo uma compreensão da evolução constitucional no Direito Comparado e no Estado brasileiro.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dar ao aluno um razoável embasamento teórico de Direito Constitucional e de Constituição.</li> <li>- Estudar a questão constitucional no âmbito do constitucionalismo global.</li> <li>- Analisar a problemática da evolução constitucional diante das exigências inexoráveis da facticidade social.</li> <li>- Situar o aluno nas discussões elementares que circundam a interpretação, aplicação e legitimidade das normas constitucionais.</li> <li>- Fomentar a realização de pesquisa e trabalhos científicos sobre temas da disciplina, com o intuito de encorajar o aprofundamento do conhecimento científico incentivando a procura de soluções jurídicas criativas e éticas para os problemas sociais.</li> </ul>					



### **METODOLOGIA**

Aula expositiva dialogada – É a exposição do conteúdo, com a participação ativa dos alunos, cujo conhecimento deve ser considerado e pode ser tomado como ponto de partida. O professor leva os estudantes a questionarem, interpretar e discutirem o objeto de estudo, a partir do reconhecimento e do confronto com a realidade. Deve favorecer a análise crítica, resultando na produção de novos conhecimentos. Propõe a superação da passividade e imobilidade intelectual dos estudantes.

Estudo dirigido – É o ato de estudar sob a orientação do professor, visando a sanar dificuldades específicas. Prevê atividades individuais, grupais, podendo ser socializadas: (i) Leitura individual a partir de um roteiro elaborado pelo professor; (ii) resolução de questões e situações-problema, a partir do material estudado; (iii) no caso de grupos de entendimento, debate sobre o tema estudado, permitindo a socialização dos conhecimentos, a discussão de soluções, a reflexão e o posicionamento crítico dos estudantes ante a realidade vida.

Estudo de caso – É a análise minuciosa e objetiva de uma situação real que necessita ser investigada e é desafiadora para os envolvidos.

Atividades em sala - Estudo de julgados, casos práticos, proposições legislativas e temas polêmicos.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Conteúdo:

1. Aula inicial: ementa da disciplina, formas de avaliação, noções introdutórias.
2. Direito constitucional e outros ramos do direito.
3. Direito constitucional, ciência política e teoria geral do Estado.
4. Constituição: conceito, posição no sistema jurídico e diretrizes da ciência jurídica. Sentido formal e material.
5. Espécies de constituições.
6. Classificação das constituições.
7. Sistemas constitucionais - história e evolução.
8. Constituições Brasileiras.
9. Poder constituinte e poder de reforma. Limitações. Poder reformador.
10. Teoria das normas constitucionais. Princípios e regras.
11. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.
12. Interpretação das normas constitucionais.
13. Supremacia e Hierarquia Constitucional.
14. Temas constitucionais

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO ESCRITA	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO ESCRITA	10,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
ATIVIDADE DE EXTENSÃO	5,0
AVALIAÇÃO ESCRITA	5,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2017.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2017.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820199> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2017.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 7.ed. Rio de Janeiro. Forense, 2018.

ROSENFELD, Luis; LIMA, Danilo Pereira (org.). **História Constitucional Brasileira**. 1. ed. Porto Alegre, RS: ediPUCRS, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208131> (Biblioteca Virtual)

VASCONCELOS, C. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/803377> (Biblioteca Virtual)



PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **Direito constitucional**: primeiras linhas. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201423> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 993, julho. 2018.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL	DIR 015	Obrigatória	3º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>ATIVIDADE EXTENSÃO</b>	<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>	<b>CH TOTAL SEMESTRAL</b>
Introdução ao Estudo do Direito	54H		6H		60H
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
HELEN KEILA GONÇALVES TEIXEIRA					
<b>EMENTA</b>					
Aspectos gerais do Direito Privado. Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. Constitucionalização do Direito Civil. Princípios do Código Civil. Parte Geral do Código Civil. Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Bens. Teoria Geral do Negócio Jurídico. Defeitos ou Vícios do Negócio Jurídico. Teoria das Nulidades. Prescrição e Decadência.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Habilitar o aluno do Curso de Graduação em Direito a compreender os institutos e a ter domínio sobre os princípios fundamentais e as normas que regem a Parte Geral do Direito Civil, capacitando-o para interpretar e aplicar as normas constantes da Parte Geral do Direito Civil, a compreender a problemática jurídica e a solucionar as situações práticas com base no ordenamento jurídico privado.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
Capacitar o aluno a compreender a evolução do Direito Civil brasileiro compreender a base principiológica do Direito Civil; compreender as principais categorias jurídicas da Parte Geral do Direito Civil; refletir criticamente sobre as regras vigentes no ordenamento jurídico privado; manusear o Código Civil para encontrar a regulamentação da matéria analisada					
<b>METODOLOGIA</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

As aulas presenciais e expositivas trazem discussão de questões atuais, com a análise da doutrina, jurisprudência utilizando diversas ferramentas para que o conhecimento seja desenvolvido a partir da resolução de problemas e discussão de casos, promovendo o debate e a troca de experiências. O acompanhamento da aprendizagem, do comportamento e do impacto, considerando como objetos do processo de avaliação, são utilizados recursos tradicionais e instrumentos complementares de acompanhamento, como questionários, provas discursivas e seminários

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I

Aspectos gerais do Direito Privado.

Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

Princípios do Código Civil: eticidade, probidade, operabilidade, boa-fé e função social.

Pessoa Natural: conceitos; personalidade; capacidade; nascituro; absolutamente incapazes; relativamente incapazes; emancipação; direitos de personalidade; domicílio; morte.

### UNIDADE II

Pessoa Jurídica: conceitos; regras gerais; classificações; fundações; associações; sociedades; organizações religiosas; partidos políticos; EIRELI; domicílio; extinção da pessoa jurídica e destinação dos bens; desconsideração da personalidade jurídica; entes e grupos despersonalizados.

Bens: conceito; classificações.

### UNIDADE III

Teoria Geral do Negócio Jurídico: fatos, atos e negócios jurídicos; conceitos; classificações; elementos constitutivos; planos de existência, validade e eficácia.

Defeitos ou Vícios do Negócio Jurídico: classificações; invalidades. Teoria das Nulidades: nulidade absoluta; nulidade relativa ou anulabilidade.

Prescrição: conceito; causas impeditivas, suspensivas e interruptivas; prazos.

Decadência: conceito; prazos.

## AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
atividades de análise de documento e resolução de questões	2,0
uma prova com questões (objetivas e subjetivas) baseadas nas aulas	8,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Projeto de extensão visando a integração do curso, com conteúdo vistos durante o semestre, <b>através de eventos, workshops ou palestras abertas ao público</b>	6,0
atividades com de resolução de questões	4,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
uma prova individual, com questões objetivas e subjetivas, baseadas nas aulas	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GOMES, Orlando. *Introdução do direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GONÇALVES, C. R. *Direito Civil Brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816326> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro : Renovar, 2017.

FIGUEIREDO, Luciano. FIGUEIREDO, Roberto. *Direito Civil: Parte Geral*. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. *Direito Civil Esquemático*®. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816456> (Biblioteca Virtual)

GARCIA, Wander Carvalho Dompieri; RODRIGUES, Gabriela. *Manual Completo de Direito Civil: Ideal para provas e concursos*. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211376> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

#### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.15, abr-jun. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.16, jul-set. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Penal I	DIR-014	Ob.	3º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Introdução ao Estudo do Direito	54h		6h		60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Me. Marjorie Ribeiro					
EMENTA					
<p>Conceito, objeto e fins do Direito Penal. Princípios limitadores do poder punitivo estatal. História do Direito Penal. Norma penal. Aplicação da lei penal. Teoria do Delito. A ação: teoria causalista, finalista e social; ausência de conduta; omissão; relação de causalidade; imputação objetiva. Tipicidade: dolo e culpa. Antijuridicidade: causas de justificação. Culpabilidade: teoria normativa pura; excludente de culpabilidade; erro de tipo e erro de proibição. Concurso de Pessoas. Crime consumado. Crime tentado. Crime impossível. Tentativa.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Proporcionar aos discentes instrumentos para a efetiva compreensão e aprendizagem da matéria em estudo, envolvendo conhecimentos acerca da parte geral do Código Penal brasileiro, abordando princípios, regras, características, peculiaridades, doutrina, nacional e estrangeira, jurisprudência e legislação brasileira pertinente.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecer os pressupostos básicos da ciência penal, a evolução histórica da pena, a interação de tal ciência com outras disciplinas, assim como familiarizar os alunos com os termos e conceitos próprios da Ciência Penal, aplicando-os nas Constituições teóricas e práticas em sala de aula.</li> <li>✓ Analisar, a partir da legislação, doutrina e jurisprudência, a teoria geral do crime, abordando as características, elementos, sujeitos, objeto do delito e classificação das infrações.</li> </ul>					



- ✓ Oferecer ao aluno uma visão geral da teoria da lei penal, enfatizando aspectos relacionados aos métodos de interpretação e integração, o tempo e lugar do crime e outras digressões necessárias.
- ✓ Desenvolver o interesse do aluno pela pesquisa científica e elaboração de trabalhos científicos nessa área.

### **METODOLOGIA**

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão utilizados os seguintes recursos metodológicos, por meio de atividades presenciais e, quando necessárias, remotas, utilizando-se de plataformas digitais como o Google Class Room e o Google Meet, onde serão desenvolvidos:

- a) debates em sala;
- b) análise de casos concretos;
- c) pesquisas sobre os temas debatidos em sala de aula;
- d) aulas expositivas e participativas;
- e) debates a partir de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais.

Serão realizados, ainda, atividades de extensão ao longo do semestre, que possibilitem a vivência prática dos temas trabalhos e a participação da comunidade.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

1. CONCEITO DE DIREITO PENAL
  - 1.1 Conceito de Direito Penal
  - 1.2. Evolução histórica do Direito Penal
  - 1.3. Surgimento do Direito Penal Moderno
  - 1.4. Função da tutela penal
  - 1.5. Conteúdo do Direito Penal
  - 1.6. Direito Penal Objetivo e Subjetivo
  - 1.7. Direito Penal Comum e Especial
  - 1.8. Direito Penal Substantivo e Adjetivo
  - 1.9. Relação do Direito Penal com outras disciplinas
  - 1.10. Fontes do Direito Penal
  - 1.11. Escolas Penais



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

1.12. Criminologia e Política Criminal. Correntes. Descriminalização.

1.13. Princípios do Direito Penal

## **II UNIDADE:**

1. DA TEORIA DA LEI PENAL

1.1. A Lei Penal

1.2. Interpretação da Lei Penal

1.3. Integração da Lei Penal

1.4. A Lei Penal no Tempo:

1.5. Princípios

1.6. Retroatividade

1.7. Leis Temporárias e Excepcionais

1.8. Retroatividade e Lei Penal em Branco

1.9. Retroatividade e Lei Processual

1.10. Tempo do Crime

1.11. A Lei Penal no Espaço:

1.12. Princípios

1.13. Lugar do Crime

1.14. A Lei Penal em relação às Pessoas: imunidades

## **III UNIDADE:**

1. TEORIA GERAL DO CRIME

1.1. Teoria do Crime

1.2. Conceito e características de crime

1.3. Elementos e circunstâncias do crime

1.4. Sujeitos do delito

1.5. Responsabilidade penal da pessoa jurídica

1.6. Objeto do delito

1.7. Classificação das infrações penais

2. TEORIA DA TIPICIDADE

2.1. Teoria da imputação objetiva do resultado

2.2. Do tipo doloso

2.3. Do tipo culposos.

2.4. Erro, consumação e tentativa



- 2.5. Antijuridicidade
- 2.6. Excludentes da antijuridicidade
- 2.7. Culpabilidade
- 2.8. Excludentes da culpabilidade
- 2.9. Inimputabilidade
- 2.10. Concurso de pessoas

**AVALIAÇÃO****1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita individual	10 pontos

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita individual	10 pontos
Foi avaliada, ainda, a participação ativa a partir das leituras recomendadas e dos conteúdos exposto em sala de aula	

**3º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita individual sobre o assunto.	10 pontos
Projeto de Extensão: “Por um mundo melhor para todos”: iniciativa de arrecadação de ração para doação a instituição social de defesa da causa animal, participação na caminhada em prol da conscientização da causa animal e combate aos maus tratos e atividade com a comunidade	
Foi avaliada, ainda, a participação ativa a partir das leituras recomendadas e dos conteúdos exposto em sala de aula	

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. São Paulo: Atlas, 2007.

BITTENCOURT, Cezar Romero. Tratado de direito penal. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. São Paulo: Saraiva, 2017.

ESTEFAM, A. Direito Penal. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818282> (Biblioteca Virtual)



### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de direito penal: parte geral. 2.ed. São Paulo: 2018. V.1.

GRECO, Rogério. Direito Penal: Parte Geral. Niterói: Ímpetus, 2009.

AZEVEDO, Marcelo André de. SALIM, Alexandre. Sinopses para Concursos. V. 1 – Direito Penal: Parte Geral. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

JUNQUEIRA, G.; VANZOLINI, P. Manual de Direito Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819282> (Biblioteca Virtual)

CURTY, Gabriel Salazar et al. Jurisdição constitucional e reformas penais em tempos de pandemia. 11º Congresso Internacional de Ciências Criminais: trabalhos destaque. 1. ed. PORTO ALEGRE: ediPUCRS, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211597> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v.991, maio. 2018.

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Rio de Janeiro, n.83, jan-mar.2022.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Empreendedorismo e Inovação	DIR - 021	Obrigatória	3	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	30		10		40
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Drº. Raymundo Jorge de Sousa Mançú					
EMENTA					
<p>Conceito de Empreendedorismo. Ciclo de Vida das Organizações. Instrumentos para identificação de oportunidades de negócios. Perfil Empreendedor e Liderança. Intra empreendedorismo. Conceito, processos e tipos de inovação. Conceito e setores de Negócios. Visão de Plano de Negócios. Fontes de Financiamento e apoio aos negócios Inovadores. Planejamento Estratégico. Marketing profissional. Gestão de Pessoas.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Desenvolver o espírito de inovação e empreendedorismo através da associação entre os elementos teóricos e práticos oriundos das interfaces entre os campos administração, marketing e estudos do comportamento aplicados à formação na área de Direito.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<p>Estimular o processo de desenvolvimento da criatividade e da mentalidade inovadora          Apresentar tópicos de Administração e Marketing que dão suporte à teoria do Empreendedorismo          Desenvolver práticas e experiências que permitam a aplicação teórica dos estudos em atividades e análise de casos reais na área de Inovação e Empreendedorismo</p>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A disciplina será ministrada a partir de uma mescla de aulas remotas expositivas teóricas, estudos de caso, seminários temáticos com convidados com experiência prática em empreendimentos inovadores, além da produção de eventos virtuais, produtos e serviços empreendidos pela própria turma, ou seja, aprendizagem baseada em projeto.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tópicos Introdução ao empreendedorismo

Oportunidades: reconhecimento e criação de oportunidades;

Uso da imaginação da imaginação na criação de novos negócios;

Teoria da inovação

Mentalidade empreendedora

Análise de oportunidades

Como envolver investidores externos

Design; projeto da inovação (produto, serviço, processo)

Modelo de negócios: conceitos, cases, abordagens de projeto de modelos de negócios

Planejamento e pesquisa sobre necessidades de clientes e mercados Planejamento

Pesquisa sobre modelos de negócio

Perfil dos consumidores

Empreendedorismo jurídico

Marketing Jurídico

### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação Escrita	7,0
Atividade Complementar	3,0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação Escrita	7,0
Extensão	3,0

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação Escrita	6,0
Seminário	4,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

REZENDE, Luiza. Direito para Empreendedores. Higienópolis, SP: Évora Editora, 2016.

TIDD, J.; B., J.; PAVITT, K. Gestão da Inovação. Porto Alegre: Bookmann, 2015.

MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; COELHO, A. Z. P. Série "direito Inovação e Tecnologia" - Direito, Inovação e Tecnologia - Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580668> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHIAVENATTO, Idalberto - Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor. São Paulo: Ed Manole, 2012.

CHACON, Luiz Fernando Rabelo. Gestão para Advogados: Gestão de Carreira. Gestão de Escritórios. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo - Conceitos e Práticas Inovadoras. São José dos Campos – SP: Editora Érica, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amar. Empreendedorismo. São Paulo: Manole, 2017. (Biblioteca Virtual)

TROMBINI, M. 10 Passos para uma Advocacia Inovadora Através do Marketing Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/804786> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - <https://www.regepe.org.br/regepe>

Cadernos de Gestão e Empreendedorismo - <http://periodicos.uff.br/cge>



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	DIR-017	--	2023.2	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	40h	10h	6h	4h	60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>MARIA MIDLEJ BASTOS</b>					
EMENTA					
<p>Ética geral. O fenômeno moral e a filosofia ética. Ética e alteridade. Ética e Direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética e bioética. Bioética e Direito. Ética e advocacia: regras deontológicas fundamentais. Código de Ética da OAB</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Proporcionar ao aluno orientações indispensáveis ao exercício da advocacia, específica e basicamente com os deveres fundamentais de conduta, postura, comportamento e de urbanidade.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referenciar a disciplina no curso de Direito e sua importância teórico-prática</li> <li>• Contextualizar e Conceituar a Ordem dos Advogados do Brasil</li> <li>• Descrever os Deveres e Prerrogativas da Advocacia</li> <li>• Ler e interpretar o Código de Ética e Disciplina da OAB, o Estatuto da Advocacia e o Regulamento Geral da OAB.</li> <li>• Expor e Descrever as Incompatibilidades, Impedimentos, Infrações e Sanções Disciplinares</li> <li>• Analisar a disciplina no âmbito do exercício da advocacia e na aplicação em Exame de Ordem</li> </ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Expor exemplos práticos e seus reflexos na sociedade, a depender da configuração histórica, econômica e política.

## METODOLOGIA

Contemplar contextos, conceitos e mais relevantes tópicos atinentes aos temas abordados em sala, construindo uma cadeia lógica para fixação a partir dos seguintes recursos;

1. Exposições dialogadas em sala de aula, mesclando aula e discussões do cotidiano
2. Resolução de Questões de OAB e Concursos Públicos ao final de todas as aulas, para criação de familiaridade com a abordagem técnica dos pontos expostos;
3. Leitura e fichamento para fixação ao final de cada Unidade.
4. Mesclar teoria e prática, a partir do debate de casos concretos;
5. Avaliação escrita, estimulando pensamento crítico e articulação de argumentos;
6. Avaliação objetiva, estimulando interpretação e exercício lógico;
7. Pesquisa, Seminários, debates e avaliação subjetiva de exposição oral.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### ÉTICA GERAL: DEFINIÇÕES SOCIAIS E FILOSÓFICAS

A Ética em Platão

A Ética em Aristóteles

A Ética Helenista

A Ética Medieval

A Ética em Kant

A Ética em Hume

A Ética Moore

A Ética em Karl Marx

A Ética Essencialista: Sarte, Nietszsche e Beauvoir

A Ética como entendemos socialmente;

**2. ÉTICA, RELIGIÃO, MORAL E DIREITO: onde se encontram, como se separam?**

**3. ÉTICA PROFISSIONAL**

**4. DIREITO E ÉTICA**

Senso comum

Direitos Humanos

A ética na prática jurídica.

Ética e Democracia.

Desafios éticos e desafios democráticos do Judiciário

A construção de uma nova cultura judiciária

Conflitos éticos x Conflitos de Interesses

**5. BIOÉTICA E DIREITO**

**Como e quando solucionar?**

**Onde se encontram limitações ao senso crítico?**

### II UNIDADE:

1. Códigos de Ética



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

2. **Deontologia Jurídica**
  3. **Estatuto da Advocacia, Código de Ética e Regulamento Geral da OAB**
  4. **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL: CRIAÇÃO, EVOLUÇÃO HISTÓRICA**
    - Desvinculação do Instituto dos Advogados.
    - Fins
    - Organização
    - Patrimônio.
    - Receitas.
    - Despesas.
    - ÓRGÃOS DA OAB
    - Conselho Federal.
    - Conselhos Seccionais.
    - Subseções.
    - Caixa de Assistência dos Advogados.
    - Composição e competência
    - Eleições.
    - Mandatos.
  5. **4. INSCRIÇÃO NOS QUADROS DA OAB**
    - Requisitos
    - Advogados e Estagiários.
    - Sociedade de Advogados
  6. **ATIVIDADES PRIVATIVAS DA ADVOCACIA**
  7. **PRERROGATIVAS DOS ADVOGADOS**
  8. **DEVERES DOS ADVOGADOS**
  9. **PUBLICIDADE NA ADVOCACIA**
- **III UNIDADE:**
1. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**
  2. **ADVOGADO EMPREGADO**
  3. **INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS**
  4. **INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES**
  5. **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NA OAB**
  6. **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS DO ESTATUTO DA ADVOCACIA**
  7. **ÉTICA CONTEMPORÂNEA: NOVAS PRÁTICAS, OUTROS DEBATES.**



Espera-se que os discentes consigam identificar as múltiplas definições que a “Ética” assumiu ao longo dos períodos históricos, considerados os contextos sociais e políticos de cada teórico, bem como sejam capazes de diferenciá-la de Moral, Religião e Direito, a partir de um senso crítico. Além disso, a partir das compreensões gerais de ética, pretende-se analisá-la na perspectiva das profissões, buscando entender a necessidade e utilidade dos Códigos de Ética profissionais e como se aplicam e observam no cotidiano. Por fim, pretende-se a leitura e compreensão dos dispositivos do Código de Ética e Disciplina da OAB, sobretudo analisando a própria Ordem dos Advogados (fundação, histórico e funções), perpassando por todo o regramento que regulamenta a atividade da advocacia, concedendo prerrogativas, mas observando também obrigações aos juristas em exercício da advocacia. Para tanto, pretende-se

- Exposição dos conceitos e posterior análise crítica a partir da realidade municipal, estadual e nacional;
- Debates em sala de aula;
- Confecção de textos acerca de CASOS PRÁTICOS envolvendo o cotidiano dos advogados e da atuação da OAB (notícias e polêmicas recentes, por exemplo);
- Resolução de Questões de concurso, especialmente INTERDISCIPLINARES, destacando a importância do estudo da disciplina de maneira geral e específica;

Neste sentido, tendo em vista a necessidade de averiguar o desempenho individual e coletivo dos discentes, serão utilizados os seguintes instrumentos avaliativos::

**1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
ESTUDO DIRIGIDO 01 : definições de ética pelos filósofos PLATÃO, ARISTÓTELES, PERÍODO HELENISTA, AGOSTINHO, TOMÁS DE AQUINO, HUME e KANT	2,5
ESTUDO DIRIGIDO 02: Diferenciar e Aproximar - DIREITO, MORAL RELIGIÃO E ÉTICA.	2,5
ESTUDO DIRIGIDO 03: Deontologia profissional e Deontologia Jurídica. (Elaborar resumo Texto Eduardo Bittar, 2016)	2,5
ANÁLISE CRÍTICA: Após compreender as definições de ética ao longo dos tempos e, ainda, analisar a existência de códigos de ética das profissões, o discente deve analisar E OPINAR SE, A SEU VER, OS ADVOGADOS DEVEM MESMOSER SUBMETIDOS A UM CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA. Justificando e fundamentando sua resposta.	2,5

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO OBJETIVA: QUESTÕES ÉTICA – EXAME DE ORDEM DA OAB;	10,00
Avaliação Qualitativa como incentivo: Alunos devem criar um INSTAGRAM para escritório de advocacia específico e criar 6 postagens.(3 contrárias e 3 condizentes com o Regramento em Ética da OAB)	Ao fim pode ser atribuída a pontuação de até 2,0 (extra) para cada aluno, considerando o nível sua participação nas atividades.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO OBJETIVA: QUESTÕES ÉTICA EXAME DE ORDEM DA OAB.	10,00
Avaliação Qualitativa continuada como incentivo: Em todos os encontros da 2ª Unidade serão realizadas atividades (resolução de questões, discussões de casos)	Aos alunos que contribuírem com os debates, será concedido até 1,0 (um ponto) extra como incentivo, na medida de sua participação e envolvimento com a atividade.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BITTAR, Eduardo C.B. Curso de ética jurídica. São Paulo: Saraiva, 2007.

GALLO, Silvio (coord.) Ética e Cidadania: caminhos da filosofia. São Paulo: Papirus, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética; Direito, Moral e Religião na Modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

BITTAR, E. C. B. Curso de Ética Geral e Profissional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/812444> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIELA Jr. Curso de ética profissional para advogados: de acordo com o novo código de ética, com o novo CPC e com as súmulas do Conselho Federal da OAB. 5.ed. São Paulo: LTr, 2018.

ADEODATO, João Murício. Ética e Retórica. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARBOSA, Rui. O Dever do Advogado. Rio de Janeiro: Aide, 2007.

LOBO NETO, Paulo Luiz. Comentários ao Novo Estatuto da OAB. Brasília; Brasília Jurídica, 2017.

RACHID, A. Dominando Ética. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/781920> (Biblioteca Virtual)



**PERIÓDICOS**

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v.991, maio. 2018.

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Rio de Janeiro, n.83, jan-mar.2022.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	DIR – 020	Obrigatória	3º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36H	X	4H	X	40H
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Bárbara Moraes Mendes da Silva					
<b>EMENTA</b>					
Hermenêutica e interpretação. Fundamentos filosóficos da Hermenêutica. Hermenêutica Jurídica e interpretação do direito. Tipologia e efeitos da interpretação jurídica. Métodos de interpretação jurídica. Interpretação do direito e linguagem. Correntes de interpretação do direito. Argumentação Jurídica. Integração do Direito.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Construir a visão conceitual da hermenêutica e da hermenêutica jurídica, bem como a ideologia da interpretação e criação do direito.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
-Discutir as principais teorias e escolas acerca da interpretação e da aplicação do Direito. -Evidenciar a hermenêutica como instrumento de interpretação, compreensão, integração e aplicação do Direito, com vistas a possibilitar ao aluno uma visão técnica e aguçada do diálogo entre o social e o jurídico, dando-lhe a conhecer os mais importantes aportes teóricos que configuram a hermenêutica filosófica, jurídica e constitucional.					
<b>METODOLOGIA</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Aulas discursivas e participativas.
- Estudo de casos práticos em grupo.
- Apresentação de seminários.
- Análise de casos concretos.
- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa orientada.
- Visitas orientadas.
- Apresentação de vídeos, com discussão crítica.
- Palestrantes convidados para discutir temas relacionados ao estudo da disciplina.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA HERMENÊUTICA

1. Etimologia. Surgimento. Contexto histórico
2. Hermenêutica: teoria da interpretação.
3. História da hermenêutica
  - 3.1 Hermenêutica Bíblica de Friedrich Schleiermacher
  - 3.2 Hermenêutica Culturalista de Wilhelm Dilthey( uilheim dilsey)
  - 3.3 Hermenêutica Existencialista de Martin Heidegger
  - 3.4 Hermenêutica sob a Compreensão Prévia de Hans-Georg Gadamer
  - 3.5 Hermenêutica Contemporânea de Paul Ricoeur
4. Interpretação e Semiótica
  - 4.1 Obstáculos Semióticos

### II UNIDADE:

5. Métodos de Interpretação
  - 5.1 Gramatical ou filológico
  - 5.2 Lógico-Sistemático
  - 5.3 Histórico
  - 5.4 Sociológico
  - 5.5 Teleológico ou Finalista
6. Efeitos da Interpretação
  - 6.1 Declarativo ou especificativo
  - 6.2 Extensivo
  - 6.3 Restritivo
7. Escolas Hermenêuticas
  - 7.1 Subjetivismo
    - 7.1.1 Escola da Exegese
  - 7.2 Objetivismo
    - 7.2.1 Culturalismo Jurídico
    - 7.2.2 Egologismo de Carlos Cossio
    - 7.2.3 Tridimensionalismo de Miguel Reale
8. Teoria da Argumentação Jurídica
  - 8.1 Argumentação tópica – Viehweg (fiveg)
  - 8.2 Argumentação Retórica – Perelman
  - 8.3 Argumentos Jurídicos
    - 8.3.1 Argumento “a fortiori”
    - 8.3.2 Argumento “a contrario sensu”
    - 8.3.3 Argumento “ex concessis”
    - 8.3.4 Argumento “ab absurdo”
    - 8.3.5 Argumento “a pari”



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 8.3.6 Argumento Silogístico
- 8.3.7 Argumento Exemplar
- 8.3.8 Argumento “ab auctoritate”

### III UNIDADE:

#### HERMENÊUTICA - INTEGRAÇÃO DO DIREITO

- 1. Teoria das Lacunas
  - 1.1 Sistemas Jurídicos
    - 1.1.1 Sistema Jurídico Fechado
    - 1.1.2 Sistema Jurídico Aberto
  - 1.2 Lacuna Normativa
  - 1.3 Lacuna Valorativa ou Axiológica
  - 1.4 Lacuna Fática ou Ontológica
- 2. Instrumentos de Integração do Direito
  - 2.1 Analogia
  - 2.2 Costumes
  - 2.3 Equidade
  - 2.4 Princípios Gerais do Direito
- 3. Teoria das Antinomias Jurídicas
  - 3.1 Antinomias Próprias
  - 3.2 Antinomias Impróprias
    - 3.2.1 Teleológica
    - 3.2.2 Valorativa
    - 3.2.3 Principiológica
  - 3.3 Critérios para Solução das Antinomias
    - 3.3.1 Hierárquico
    - 3.3.2 Cronológico
    - 3.3.3 Especialidade
- 4. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL
  - 4.1. A Constituição como locus hermenêutico
  - 4.2. A afirmação do constitucionalismo moderno
  - 4.3. A consagração do princípio da supremacia da Constituição: origem da discussão sobre o fundamento da Hermenêutica Constitucional
  - 4.4. O problema epistemológico da Hermenêutica Constitucional
  - 4.5. A situação geral da discussão
  - 4.6. Crítica à concepção cientificista
  - 4.7. A unidade da hermenêutica no Direito: a constitucionalização de toda Hermenêutica Jurídica
- 5. Princípios de interpretação especificamente constitucional. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público. Princípio da interpretação conforme. Princípio da unidade da Constituição. Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade. Princípio da efetividade.
- 6. O PROCESSO HERMENÊUTICO NO ESTUDO DE CASO
  - 1. A subsunção como processo hermenêutico clássico
  - 2. A ponderação de interesses, bens e valores.

### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	7
Atividade sobre o Livro “O caso dos exploradores de cavernas. FULLER, Lon L.”	3

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FRIEDE, Reis. Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

BOUCAULT, Carlos E. de Abreu; RODRIGUES, José Rodrigo. HERMENÊUTICA PLURAL. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SOARES, R. M. F. Hermenêutica e Interpretação Jurídica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/812038> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FULLER, Lon L. O caso dos exploradores de cavernas. São Paulo: Geração Editorial, 2018.

MAGALHÃES NETO, Glauco B. Curso de Hermenêutica Jurídica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. São Paulo: Landy editora, 2017.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método: fundamentos de hermenêutica filosófica. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

IAMUNDO, E. Hermenêutica e Hermenêutica Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/619924> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI  
**Faculdade**  
**Santíssimo Sacramento**  
ALAGOINHAS-BA

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Seminário de Pesquisa Interdisciplinar II	DIR - 018	Ob.	3º Semestre	2023.2	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36		04		40
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Professor Me. Marcio Santos da Conceição					
EMENTA					
Princípios metodológicos, epistemológicos e teóricos da interdisciplinaridade. A investigação interdisciplinar e o trabalho em equipe. A formação e o trabalho de equipes. Articulação de projetos disciplinares e o diálogo interdisciplinar na compreensão de sentido. Organização e representação do conhecimento e da pesquisa a partir de seminários interdisciplinares envolvendo o Direito. Instrumentos para a construção, organização e representação de seminários.					
OBJETIVO GERAL					
O objetivo dessa disciplina é propiciar o intercâmbio de conhecimento na área do Direito, potencializando a interdisciplinaridade das pesquisas desenvolvidas no âmbito jurídico. Também pretende que o estudante aplique métodos de sistematização do conhecimento na área do Direito, discutindo modernos métodos de investigação interdisciplinar.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introduzir os estudantes nos debates atuais em matéria de epistemologias e metodologias do Direito, sobre os limites da interdisciplinaridade e das várias perspectivas e fontes que podem ser usadas para realizar uma pesquisa jurídica;</li> <li>- Propiciar ao discente uma visão de pesquisa jurídica com foco em uma abordagem interdisciplinar;</li> <li>- Desenvolver um perfil de pesquisador que pense o Direito como uma área que se relaciona e se desenvolve conjuntamente com outras áreas do saber;</li> <li>- Desenvolver debates acerca de tópicos do Direito com uma abordagem interdisciplinar.</li> </ul>					
METODOLOGIA					
<p>O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) análises de textos;</li> <li>b) apresentação de seminários;</li> <li>c) aulas dialogadas;</li> <li>d) análise de casos, debates e exercícios;</li> <li>e) leituras orientadas e fichamento;</li> <li>f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico.</li> <li>g) Utilização de plataformas: Classroom.</li> </ul>					



## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

- Introdução aos debates atuais em matéria de epistemologia e metodologia do Direito, a diferença entre estudos internos no Direito e estudos externos (estudos interdisciplinares) do Direito;
- Críticas ao conhecimento jurídico-doutrinal;
- Pesquisa empírica no Direito;
- Pesquisas Jurídicas Comparadas (Estudos do Direito Comparado);
- Abordagens Crítica e Cultural Jurídicas Comparadas.

### II UNIDADE:

- SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES:
  1. Direito Constitucional
  2. Direito e Meio Ambiente
  3. Direito Penal
  4. Direito Civil
  5. Direito e Economia
  6. Direito e Diversidade
  7. Direito e Política
  8. Direito e Bioética

### III UNIDADE:

- Produção textual em formato de artigo científico sobre os temas abordados nos seminários.

## AVALIAÇÃO

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita e individual	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Seminários de Pesquisa em Equipe	10,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Produção Textual acerca dos Seminários	5,0
Atividade de Extensão	5,0

## REFERÊNCIAS BÁSICAS



LAVILLE, C. E J. DIONNE. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Discurso sobre as Ciências. 8ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ALMEIDA, Altanir Gonçalves de et al. (org.). Perspectivas interdisciplinares da realidade educacional. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. (Biblioteca Virtual)

BITTAR, E. C. B. Linguagem Jurídica - Semiótica, Discurso e Direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/798444> (Biblioteca Virtual)

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RICOEUR, Paul. Percurso do reconhecimento. São Paulo: Loyola, 2006.

PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé (Eds.). Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri: Manole, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 12ª Ed. São Paulo: Cortez Editora. 2011.

GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SILVA FILHO, Penildon (org.). Estudos interdisciplinares e as políticas de ações afirmativas: pesquisas em raça e gênero no Brasil. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206764> (Biblioteca Virtual)

## PERIÓDICOS

Revista Direitos Fundamentais Democracia

<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd>

Direito & Justiça

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir>

Juris Revista do Departamento de Ciências Jurídicas

<http://www.seer.furg.br/juris>

Panóptica – Revista Eletrônica Acadêmica de Direito

<http://www.panoptica.org/seer/index.php/op>

REJUR – Revista Eletrônica Jurídica do Curso de Direito

<http://revistas.facecla.com.br/index.php/redirect>



**4º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE		ANO
<b>DIREITO CIVIL II (OBRIGAÇÕES)</b>	DIR - 022	Obrigatória	4º SEMESTRE		2023
<b>PRÉ – REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
<b>DIREITO CIVIL I</b>	54 horas		06 horas		60 horas
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Prof. Me. Michel de Melo Possídio</b>					
<b>EMENTA</b>					
<p>Obrigações: fontes, modalidades, transmissão. Obrigações civis e naturais. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Obrigação por atos unilaterais. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva: obrigação de indenizar. Dano material e dano moral.</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<p>Examinar a teoria obrigacional e da Responsabilidade Civil no Direito Civil e de suas peculiaridades fundamentais, com base na doutrina, legislação e jurisprudência, de modo a permitir a consolidação de conhecimento necessário à compreensão do fenômeno contratual e obrigacional.</p>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar a relação obrigacional no âmbito jurídico.</li> <li>- Analisar os diversos tipos de obrigações, examinando o início, o desenvolvimento e fim.</li> <li>- Estudar o inadimplemento das obrigações e suas consequências jurídicas.</li> <li>- Examinar a transmissibilidade das obrigações no novo Código Civil.</li> <li>- Procurar despertar a curiosidade científica no discente, incentivando a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos sobre temas que demandam novos paradigmas teóricos.</li> <li>- Propiciar ao aluno uma nova dimensão da responsabilidade civil, procurando demonstrar a necessidade de se definir, de modo, consentâneo, eficaz um sistema de responsabilidade civil que tenha por objetivo assegurar a prevenção da ocorrência de danos. Para tanto, far-se-á o estudo da jurisprudência e de vasta doutrina sobre a matéria, nacional e estrangeira.</li> </ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

## METODOLOGIA

- Aulas discursivas e participativas.
- Trabalhos em grupo como: seminários, debates.
- Pesquisas orientadas e apresentação oral e escrita dos resultados obtidos.
- Análise de casos concretos a partir da análise do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- Leituras atualizadas e orientadas, seguidas de debates com os alunos.
- Fichamentos, resumos e resenhas de textos jurídicos.

### RECURSOS:

No desenvolvimento da disciplina, serão utilizados, inicialmente, os seguintes recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Instituição, tais como:

- a)quadro e pincel;
- b)retroprojeter de slides;
- c)data-show;
- d)televisor;
- e)vídeos e dvd;
- f)transparências;
- g)filmes;
- h)livros didáticos;
- i)textos;
- j)jurisprudência.

### ATIVIDADES DE EXTENSÃO:

### OFICINAS PARA APLICAÇÃO PRÁTICA DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. A RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL E O NOVO CÓDIGO CIVIL. CONCEITOS INICIAIS

- 1.1. O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos
- 1.2. Diferenças conceituais entre obrigação, dever, responsabilidade, ônus e estado de sujeição
- 1.3. As fontes obrigacionais no direito brasileiro
- 1.4. Os atos unilaterais como fontes do direito obrigacional
- 1.5. Dos títulos de crédito como fonte das obrigações civis.

#### 2. PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES

- 2.1. Classificação quanto ao conteúdo do objeto obrigacional
- 2.2. Classificação quanto à presença de elementos obrigacionais
- 2.3. Classificação quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional
- 2.4. Classificação quanto ao conteúdo
- 2.5. Classificação quanto à liquidez
- 2.6. Classificação quanto à presença ou não de elemento accidental
- 2.7. Classificação quanto à dependência
- 2.8. Classificação quanto ao local para cumprimento
- 2.9. Classificação quanto ao momento para cumprimento
- 2.11. Obrigação *propter rem* e obrigação natural

### II UNIDADE:

#### 1. DO ADIMPLENTO OBRIGACIONAL – TEORIA DO PAGAMENTO

##### - DO PAGAMENTO INDEVIDO

- 1.1. Elementos subjetivos do pagamento direto. O *solvens* e o *acci-piens*.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 1.2. Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos) do pagamento direto)
- 1.3. Do lugar do pagamento direto
- 1.4. Do tempo do pagamento
2. DO ADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL – TEMPO DO PAGAMENTO – REGRAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO. PAGAMENTO INDIRETO E EXTINÇÃO OBRIGACIONAL SEM PAGAMENTO
- 2.1. Do pagamento em consignação (ou consignação em pagamento)
- 2.2. Da imputação do pagamento
- 2.3. Do pagamento com sub-rogação
- 2.4. Da dação em pagamento
- 2.5. Da novação
- 2.6. Da compensação
- 2.7. Da confusão
- 2.8. Da remissão de dívidas
- 2.9. Os novos tratamentos legais da transação e do compromisso (arbitragem)
- 2.10. Da extinção da obrigação sem pagamento
1. DO INADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL
- 1.1. Conceitos iniciais
- 1.2. Da mora
- 1.3. Da purgação da mora
- 1.4. Do inadimplemento absoluto da obrigação
- 1.5. Dos juros remuneratórios e moratórios
- 1.6. Da cláusula penal
- 1.7. Das arras ou sinal
- 1.8. Das preferências e privilégios creditórios
2. A TRANSMISSIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES NO NOVO CÓDIGO CIVIL. CESSÃO DE CRÉDITO, CESSÃO DE DÉBITO E CESSÃO DE CONTRATO.
- 2.1. Da cessão de crédito (arts. 286 a 298 do novo CC)
- 2.2. Espécies ou modalidades de cessão de crédito
- 2.3. Da cessão de débito ou assunção de dívida (arts. 299 a 303 do CC DE 2002)
- 2.4. Da cessão de contrato

### **III UNIDADE:**

1. Apontamentos históricos e conceitos básicos
- 1.1. Breve esboço histórico da responsabilidade civil.
- 1.2. Princípios orientadores.
- 1.3. Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade penal
- 1.3. Da responsabilidade subjetiva à objetivação.
- 1.4. A responsabilidade pressuposta.
- 1.5. A responsabilidade civil e o Direito civil constitucional.
- 1.6. O conceito de ato ilícito.
- 1.7. Do abuso de direito como ato ilícito.
2. Classificação da responsabilidade civil. Análise das regras da responsabilidade civil objetiva. Legislação extravagante e o Novo Código Civil.
- 2.1. A responsabilidade civil subjetiva como regra do nosso ordenamento.
- 2.2. A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do Código Civil.

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Para que isso ocorra, os seguintes critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem, são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) auto-avaliação;
- h) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FIGUEIREDO, Luciano. FIGUEIREDO, Roberto. Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Manual de Direito Civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820238> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, C. R. Direito das Obrigações. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/726783> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas, 2007.

PINTO, Cristiano Vieira Sobral. Direito Civil Sistematizado. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB. 16 ed. Salvador: JUSPODIVM, 2018.

AZEVEDO, A. V. Curso de Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/645395> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS



REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018.

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO CONSTITUCIONAL II	DIR – 027	Obrigatória	4º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Constitucional I	54 horas		06 horas		60 horas
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Prof. Me. Leandro Carvalho Sanson</b>					
<b>EMENTA</b>					
<p>Direito Constitucional positivo. Preâmbulo constitucional. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. A evolução dos direitos fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direito à vida. Liberdade de expressão. Liberdade religiosa. Intimidade e privacidade. Honra. Imagem. Inviolabilidade de domicílio e correspondência. Liberdade profissional. Liberdade de locomoção. Direito de reunião e associação. Direito de propriedade. Júri. Prisão civil. Princípios: isonomia, legalidade, proporcionalidade, juiz natural, devido processo legal, presunção da inocência. Cidadania, naturalidade e nacionalidade. Jus sanguines, Jus naturalis e jus solis. Dos Direitos Políticos. Partidos Políticos.</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<p>Direito Constitucional II insere-se na sequência dos estudos constitucionais, incorporando a esse ramo jurídico a abordagem do Direito Constitucional Positivo. Essa disciplina visa oferecer ao aluno a compreensão e conhecimento crítico dos conceitos e elementos fornecidos pelo Direito Constitucional I e pela Teoria do Estado, tendo em conta o regime jurídico delineado pelo texto constitucional em vigor.</p>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Estudar, conhecer e informar os conteúdos constitucionais, definindo e esclarecendo as regras e instituições fundamentais da ordem jurídica brasileira, bem como as relações de poder que elas pressupõem, envolvendo o Estado e a sociedade;</li><li>- Analisar a Constituição (esta que é a fonte mais importante do Direito Positivo), possibilitando ao discente a iniciação nos demais ramos jurídicos, uma vez que a Constituição contém os fundamentos de todo o Direito Positivo.</li><li>- Propiciar o conhecimento da organização político-administrativa prevista na Constituição Federal de 1988.</li><li>- Estudar a teoria da separação dos poderes e o regime político do Estado brasileiro.</li><li>- Conhecer as funções essenciais da justiça previstas na Constituição Federal de 1988.</li></ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Despertar a curiosidade científica do aluno para a pesquisa sobre temas relacionados à disciplina, a fim de habilitá-lo para o estudo crítico, ético e reflexivo do Direito Constitucional.

## METODOLOGIA

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, google class, drive etc.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

##### 1.1. PREÂMBULO CONSTITUCIONAL

###### 1.1.1. Conceito

###### 1.2.2. O preâmbulo nas Constituições brasileiras

###### 1.2.3. Posição do preâmbulo na Constituição

###### 1.2.4. Valor jurídico do preâmbulo

#### 2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

##### 2.1. Noções gerais

##### 2.2. Acepção do termo “princípio”

##### 2.3. Princípios e regras constitucionais

##### 2.4. Classificação dos princípios constitucionais

#### 3. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS:

##### 3.1. A TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

###### 3.1.1 Caracterização, conceito, natureza e universalidade dos direitos fundamentais

###### 3.1.2. Teoria das gerações dos direitos

###### 3.2.1. Teoria objetiva dos direitos fundamentais

###### 3.2.2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos

###### 3.2.3. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a proteção dos direitos sociais no Brasil

###### 3.3. A interpretação dos direitos fundamentais

###### 3.4. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988:

###### 3.4.1. Direitos garantias e remédios

###### 3.4.2. Rol não exaustivo

###### 3.4.3. Norma constitucional de eficácia plena

###### 3.4.4. Núcleo constitucional intangível

###### 3.4.5. Suspensão dos direitos e garantias fundamentais

### II UNIDADE:

#### 3.2. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE:



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 3.2.1. Direitos individuais

- a) Destinatários
- b) Direito à vida
- c) Direito à vida e aborto
- d) O Direito à vida e eutanásia
- e) Princípio da isonomia
- f) Discriminação legítima e ilegítima
- g) Igualdade entre homens e mulheres
- h) Princípio da legalidade
- i) Direito de reunião, de associação
- j) Direito do autor. Tribunal do Júri
- l) Direito de liberdade
- m) Liberdade de pensamento
- n) Liberdade religiosa
- o) Liberdade de expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação
- p) Liberdade de ação profissional
- q) Liberdade de informação jornalística

### 3.2.2. Direitos individuais à Intimidade e à vida privada

- a) Direito à intimidade e liberdade de informação após a EC 45/04
- b) Direito à honra, à imagem
- c) Inviolabilidade do domicílio
- d) Inviolabilidade das comunicações
- e) Direito de propriedade

### 3.2.3. Princípio da irretroatividade relativa da lei

### 3.2.4. Princípio do devido processo legal

### 3.2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa

### 3.2.6. Princípio da proibição da prova ilícita

### 3.2.7. Princípio da presunção de não-culpabilidade

### 3.2.8. Princípio da publicidade dos atos processuais

### 3.2.9. Princípio do Juiz e do Promotor Natural

### 3.2.10. Garantias constitucionais penais.

### 3.2.11. O direito de petição

### 3.12. O princípio do direito de ação

## 4. TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES

### 4.1. Habeas corpus

### 4.2. Habeas data

### 4.3. Mandado de segurança

### 4.4. Mandado de segurança coletivo

### 4.5. Mandado de injunção

### 4.6. Direito de certidão

### 4.7. Direito de petição

### 4.8. Ação popular

## III UNIDADE:

### 4. DOS DIREITOS SOCIAIS

#### 4.1. Conceito,

#### 4.2. Classificação

#### 4.3. Rol dos direitos sociais

#### 4.4. Liberdade de associação ou sindical

#### 4.5. Direito de greve

### 5. DOS DIREITOS DE NACIONALIDADE

#### 5.1. Conceito e natureza jurídica

#### 5.2. Povo, nação e população

#### 5.3. Nacional e cidadão. Classificação

#### 5.4. Nacionalidade originária e adquirida

#### 5.5. Cargos privativos de brasileiros natos



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 5.6. Brasileiros natos e naturalizados
- 5.7. Perda da nacionalidade brasileira

#### 6. DIREITOS POLÍTICOS

- 6.1. Conceito de direitos políticos. Art. 14 CF/88
- 6.2. O Sufrágio universal
- 6.3. Instrumentos da democracia participativa
- 6.4. Capacidade eleitoral ativa
- 6.5. Capacidade eleitoral passiva
- 6.6. Perda e suspensão dos direitos políticos

#### 7. PARTIDOS POLÍTICOS

- 7.1. Conceito e natureza jurídica
- 7.2. Princípios constitucionais dos partidos políticos
- 7.3. Fidelidade e disciplinas partidárias
- 7.4. Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização

#### 8. Língua e símbolos nacionais

- 9. A Incorporação de tratados internacionais sobre direitos humanos e emenda constitucional.

### AVALIAÇÃO

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) elaboração e participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) reescrita dos textos;
- h) produção escrita individual e coletiva;
- i) debates e rodas de conversa;
- j) TBL.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS



MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

JUNIOR, Dirley da Cunha. Curso de Direito Constitucional. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional - Ed. Saraiva. 2015.

TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819377> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANOTILHO, JJ Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. São Paulo: Almedina, s.d.

NAPOLI, Edem. Resumos para Concursos, Volume 1 – Direito Constitucional. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2018.

MITIDIERO, D.; SARLET, I. W.; MARINONI, L. G. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820213> (Biblioteca Virtual)

MELLO, Cleyson de Moraes; GÓES, Guilherme Sandoval. Direito Constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198181> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 87, jan-mar. 2023.

REVISTA de Direito Tributário Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 10, Jan-fev. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO DO TRABALHO I	DIR-025		4º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	54		6		60
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>JOÃO ALBERTO FACÓ JUNIOR</b>					
EMENTA					
<p>Direito do Trabalho: histórico, conceito, divisões e fontes. Princípios peculiares do Direito do trabalho. Direito Individual do Trabalho. Empregado e empregador. Reestruturação produtiva: novas relações. Responsabilidade subsidiária e solidária. Contrato de trabalho: espécies e morfologia. Estabilidade. O regime do Fundo de Garantia por tempo de serviço. Salário e remuneração. Duração do trabalho. Regulamentações especiais do trabalho.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>- O profissional do Direito deve apreender e dominar conhecimentos de cunho teórico e técnico, e ser capaz de articulá-los, de forma lógica e argumentativa, para o exercício diário da profissão.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<p>- Fornecer ao estudante uma visão ampla, histórica e circunstanciada do Direito do Trabalho e seus princípios, abordando analiticamente as relações de emprego e suas categorias especiais, seus sujeitos, suas vicissitudes, seu conteúdo, efeitos, e respectiva flexibilização, além de abordar outras relações jurídicas de trabalho e as esferas de intervenção estatal na seara do Direito Individual do Trabalho, da fiscalização do trabalho e da assistência na rescisão do contrato de trabalho.</p> <p>- Fornecer ao estudante uma visão ampla, histórica e circunstanciada do Direito Coletivo do Trabalho e seus princípios, abordando analiticamente as negociações e os conflitos entre as categorias de empregados e empregadores.</p> <p>- Desenvolver no aluno a habilidade de leitura, interpretação, reflexões críticas, habilitando-o para produção da pesquisa e realização científica.</p>					



## METODOLOGIA

- Aulas expositivas e participativas.
- Seminários.
- Trabalhos de pesquisa e apresentação oral e escrita dos resultados obtidos;
- Visitas orientadas.
- Fichamentos, resumos, resenhas de textos jurídicos.
- Análise de casos concretos através de leitura e pesquisa do direito positivo, doutrina e jurisprudência.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO
  - 1.1. História do Direito do Trabalho
  - 1.2. Denominação
  - 1.3. Conceito de Direito do Trabalho
  - 1.4. Divisões da matéria
  - 1.5. Autonomia do Direito do Trabalho
  - 1.6. Posição enciclopédica do Direito do Trabalho
  - 1.7. Relações do Direito do Trabalho com os demais ramos do Direito
  - 1.8. Fontes do Direito do Trabalho
  - 1.9. Aplicação das normas de Direito do Trabalho
  - 1.10. Princípios do Direito do Trabalho
  - 1.11. Direito do Trabalho e a flexibilização do Direito
2. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO
  - 2.1. OIT
  - 2.2. Declarações internacionais
  - 2.3. Tratados internacionais
3. RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO – Diferenciação
4. REQUISITOS CARACTERIZADORES DA RELAÇÃO DE EMPREGO
5. DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO
  - 5.1. Contrato de trabalho
    - 5.1.1. Conceito
    - 5.1.2. Natureza jurídica do contrato de trabalho
  - 5.2. Sujeitos do contrato de trabalho
    - 5.2.1. Empregado
    - 5.2.2. Empregador
  - 5.3. Elementos essenciais à validade do contrato de trabalho
  - 5.4. Classificação dos contratos de trabalho
  - 5.5. Modalidade de contrato por prazo determinado
  - 5.6. Direitos do trabalhador na Constituição Federal de 1988
  - 5.7. Alteração, interrupção e suspensão do contrato de trabalho
    - 5.7.1. Alteração bilateral
    - 5.7.2. Sucessão de empregados



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 5.7.3. Transferência de empregados
- 5.7.4. Interrupção do contrato de trabalho: conceito e hipóteses
- 5.7.5. Suspensão do contrato de trabalho: conceito e hipóteses

## **II UNIDADE:**

### **6. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO**

- 6.1. Remuneração - conceito
- 6.2. Gorjeta
- 6.3. Salário
- 6.4. Equiparação salarial
- 6.5. Descontos no salário
- 6.6. Gratificação natalina

### **7. JORNADA DE TRABALHO**

- 7.1. Jornada diária, semanal e turnos ininterruptos de revezamento
- 7.2. Formas de prorrogação de jornada
- 7.3. Empregados excluídos do controle de jornada
- 7.4. Intervalos *inter* e intrajornada
- 7.5. Horas *in itinere* e variações de horário
- 7.6. Sobreaviso, prontidão e uso de *bip*
- 7.7. Trabalho em regime de tempo parcial
- 7.8. Trabalho noturno
- 7.9. Repouso semanal remunerado de feriados
- 7.10. Jornadas especiais

### **8. AVISO PRÉVIO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

- 8.1. Conceito
- 8.2. Natureza jurídica
- 8.3. Terminação do contrato de trabalho
- 8.4. Extinção normal do contrato de trabalho
- 8.5. Homologação das verbas trabalhistas

### **9. ESTABILIDADE E FGTS**

- 9.1. Indenização e estabilidade decenal da CLT e instituição do Regime do FGTS
- 9.2. FGTS
- 9.3. Garantia no emprego e estabilidade: diferenciação e hipóteses
- 9.4. Reintegração e readmissão

## **III UNIDADE:**

### **10. DIREITO PÚBLICO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

- 10.1. Regime jurídico dos servidores da Administração Pública
- 10.2. Estabilidade dos servidores em função da CF/88
- 10.3. Dispensa do empregado público
- 10.4. Concurso prévio como requisito de assunção a cargo público
- 10.5. Terceirização pela Administração Pública

### **11. NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO**

- 11.1. Proteção ao trabalho da mulher
- 11.2. Proteção ao trabalho do menor
- 11.3. Das normas de Medicina e Segurança do Trabalho
  - 11.3.1. Da inspeção prévia e do embargo e interdição
  - 11.3.2. Da Comissão interna de prevenção de acidentes
  - 11.3.3. Dos equipamentos de proteção individual
  - 11.3.4. Das medidas preventivas de Medicina de Trabalho
  - 11.3.5. Das atividades insalubres e perigosas
  - 11.3.6. Da prevenção da fadiga



### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
TRABALHO	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

NAHAS, Thereza. Novo Direito Do Trabalho - Institutos Fundamentais. São Paulo: RT, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2018.

LEITE, C. H. B. Curso de Direito do Trabalho. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818280> (Biblioteca Virtual)

MARTINEZ, L. Curso de Direito do Trabalho. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819278> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2017.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. CLT universitária. 23ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017.

ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. Direito do Trabalho. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/791652> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito do Trabalho. São Paulo, Thomson Reuters, n. 187, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 189, maio. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Penal II	DIR-023	Ob.	4º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Penal I	54h		6h		60h
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Prof. Me. Marjorie Ribeiro					
<b>EMENTA</b>					
Teoria da pena: conceito, fundamento e finalidade da pena. Sistemas penitenciários. Individualização da pena. Penas privativas de liberdade, restritivas de direito e pecuniária. Aplicação da pena. Concurso de crime. Crime continuado. Sursis e livramento condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Medida de Segurança. Ação Penal. Extinção da punibilidade. Prescrição.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Proporcionar aos discentes instrumentos para a efetiva compreensão e aprendizagem da matéria em estudo, envolvendo conhecimentos acerca da parte geral do Código Penal brasileiro, abordando princípios, regras, características, peculiaridades, doutrina, nacional e estrangeira, jurisprudência e legislação brasileira pertinente.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Conhecer os pressupostos básicos da ciência penal, a evolução histórica da pena, a interação de tal ciência com outras disciplinas, assim como familiarizar os alunos com os termos e conceitos próprios da Ciência Penal, aplicando-os nas Constituições teóricas e práticas em sala de aula.</li><li>✓ Analisar, a partir da legislação, doutrina e jurisprudência, a teoria geral do crime, abordando as características, elementos, sujeitos, objeto do delito e classificação das infrações.</li></ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- ✓ Oferecer ao aluno uma visão geral da teoria da lei penal, enfatizando aspectos relacionados aos métodos de interpretação e integração, o tempo e lugar do crime e outras digressões necessárias.
- ✓ Desenvolver o interesse do aluno pela pesquisa científica e elaboração de trabalhos científicos nessa área.

### **METODOLOGIA**

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão utilizados os seguintes recursos metodológicos, por meio de atividades presenciais e, quando necessárias, remotas, utilizando-se de plataformas digitais como o Google Class Room e o Google Meet, onde serão desenvolvidos:

- a) debates em sala;
- b) análise de casos concretos;
- c) pesquisas sobre os temas debatidos em sala de aula;
- d) aulas expositivas e participativas;
- e) debates a partir de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais.

Serão realizadas, ainda, atividades de extensão ao longo do semestre, que possibilitem a vivência prática dos temas trabalhos e a participação da comunidade.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

Teoria da pena: conceito, fundamento e finalidade da pena. Sistemas penitenciários. Individualização da pena.

#### **II UNIDADE:**

Penas privativas de liberdade, restritivas de direito e pecuniária. Aplicação da pena. Concurso de crime. Crime continuado. Sursis e livramento condicional.

#### **III UNIDADE:**

Efeitos da condenação e reabilitação. Medida de Segurança. Ação Penal. Extinção da punibilidade. Prescrição.

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita individual	10 pontos

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita individual	10 pontos
Foi avaliada, ainda, a participação ativa a partir das leituras recomendadas e dos conteúdos exposto em sala de aula	

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita individual	8 pontos
Confecção de uma minuta de sentença penal, a partir de um caso hipotético.	2 pontos
Projeto de Extensão: “Por um mundo melhor para todos”: iniciativa de arrecadação de ração para doação a instituição social de defesa da causa animal, participação na caminhada em prol da conscientização da causa animal e combate aos maus tratos e atividade com a comunidade	
Foi avaliada, ainda, a participação ativa a partir das leituras recomendadas e dos conteúdos exposto em sala de aula	

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: Parte Geral – Volume único. Salvador, BA: JusPODIVM, 2018.

BIANCHINI, Alice. GOMES, Luiz Flávio. DAHER, Flávio. Curso de Direito Penal. V. 1 – Parte Geral (arts. 1º a 120). Salvador, BA: JusPODIVM, 2016.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral – Arts. 1º a 120. Vol. 1 – 11ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

JUNQUEIRA, G.; VANZOLINI, P. Manual de Direito Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819282> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. São Paulo: Método, 2017.

GRECO, Rogério. Direito Penal: Parte Geral. Niterói: Ímpetus, 2009.

BRANDÃO. Teoria Jurídica da Crime. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BITENCOURT, C. R. Tratado de Direito Penal. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818260> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, V. E. R. Curso de Direito Penal - Parte Geral - Arts. 1º a 120. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820410> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v.991, maio. 2018.

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Rio de Janeiro, n.83, jan-mar.2022.



PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
FUNDAMENTOS DO DIREITO IMOBILIÁRIO	DIR - 028	obrigatória	4º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	54		06H		60H
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
HELEN KEILA GONÇALVES TEIXEIRA					
EMENTA					
Direito Imobiliário. Princípios e Sistemas Registrais. Retificação de Registro Imobiliário. Dúvida Imobiliária. Parcelamento do Solo Urbano e a Regularização Fundiária. Estatuto da Cidade. Incorporação Imobiliária e o Condomínio Especial em face do novo Instituto do Patrimônio de Afetação. Sistema Financeiro da Habitação. Alienação Fiduciária de coisa Imóvel e o Sistema Financeiro Imobiliário. Negócios Jurídicos Imobiliários. Contratos. Empreendimentos Imobiliários. Realidade Regional. Crescimento x Desenvolvimento Regional.					
OBJETIVO GERAL					
Proporcionar aos alunos um conhecimento teórico e prático básico sobre o Direito Imobiliário e a resolução dos possíveis conflitos que este possa suscitar.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
- Capacitar o discente do Direito a compreender as disciplinas relacionadas ao Direito Imobiliário, apresentando uma visão moderna, focada nas tendências atuais e inovações legislativas, habilitando o profissional para atuar nas diversas áreas profissionais relacionadas à comercialização de imóveis, incorporação imobiliária, corretagem, locação de imóveis, e administração de condomínios, além de prepara-lo para atuar, administrativamente, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

As atividades docentes seguirão as seguintes linhas metodológicas:

- a) aulas expositivas;
- b) leituras dirigidas e orientadas;
- c) debates;
- d) realização de seminários;
- e) análise de casos, debates e exercícios que demandem a leitura e a pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- f) pesquisa sobre os temas desenvolvidos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa.
- h) análise crítica de textos.
- i) filmes e documentários.
- j) palestras (convidados).
- l) visitação a Órgãos Públicos e Instituições Privadas.
- m) aulas conjuntas com professores de disciplinas afins.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### UNIDADE I

Direito Imobiliário. Conceito e noções.  
Bens imóveis. Da documentação imobiliária.  
Posse e propriedade.  
Ações possessórias  
Sistema Registral. Cadastro. Direito e obrigações. Princípios  
Parcelamento do Solo Urbano.  
Zoneamento, loteamentos e regularização fundiária.  
Estatuto da Cidade.

#### UNIDADE II

Empreendimentos Imobiliários.  
Incorporações Imobiliárias.  
Condomínios horizontais e verticais.  
Condomínio Especial em face do Instituto do Patrimônio de Afetação.  
Sistema Financeiro da Habitação.  
Alienação Fiduciária de coisa Imóvel.  
Sistema Financeiro Imobiliário.  
Garantias imobiliárias

#### UNIDADE III

Negócios jurídicos imobiliários.  
Compra e venda imobiliária.  
Os vícios e defeitos do imóvel.  
Promessa de compra e venda.  
Permuta.  
Locação  
O Direito Imobiliário no Código de Defesa do Consumidor.

### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
atividades de análise de documento e resolução de questões	2,0
uma prova com questões (objetivas e subjetivas) baseadas nas aulas	8,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
uma prova individual, com questões objetivas e subjetivas, baseadas nas aulas	10,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Projeto visando a integração do curso, com conteúdo vistos durante o semestre, <b>através de eventos, workshops ou palestras abertas ao público</b>	6,0
atividades de análise de documento e resolução de caso concreto	4,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- SCAVONE JR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário - Teoria e Prática. 9.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- PEDROSO, Alberto Gentil De Almeida; FILHO, Ralpho Waldo De Barros Monteiro. REGISTRO IMOBILIÁRIO - Coleção Prática e Estratégia. 1ª Ed. Vol 5. São Paulo: RT, 2017.
- SALLES, V. Direito Registral Imobiliário. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/581410> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CARVALHO, Ana Paula Soares. Estatuto da cidade e juridificação da reforma urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016.
- RIZZARDO, Arnaldo. CONDOMINIO EDILICIO E INCORPORACÃO IMOBILIARIA. São Paulo: Forense, 2018.
- SERRA, M. H.; SERRA, M. G.; CASSETTARI, C. Registro Imóveis Iii Procedimentos Especiais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/627006> (Biblioteca Virtual)
- CASSETTARI, C.; SERRA, M. G.; SERRA, M. H. Cartórios - Registro de Imóveis Ii. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/604697> (Biblioteca Virtual)
- GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Novo Curso de Direito Civil - Contratos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818324> (Biblioteca Virtual)



**PERIÓDICOS**

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018  
ISSN: 2358-1433

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 994, agosto. 2018.  
ISSN: 0034-9275



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
História e Cultura Afro e Indígena	DIR - 026	Obrigatória	4º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-	46	-	04	-	40
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>LARAH CAROLINA CAVALCANTE LIMA SILVA</b>					
<b>EMENTA</b>					
Reflexões sobre os aspetos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Desenvolver critérios que levem o aluno a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira, bem como desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar os principais aspectos da história do continente africano desde a formação;</li> <li>- Analisar a história dos índios no Brasil;</li> <li>- Analisar as diferentes fontes relativas à história do continente africano;</li> <li>- Identificar os aspectos geográficos do continente africano e suas influências;</li> <li>- Analisar a história cultural dos índios no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.</li> </ul>					

**METODOLOGIA**

- Participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado.
- Leitura e produção textual.
- Análise de casos concretos a partir da leitura de doutrina e jurisprudência.
- Seminários.
- Aulas expositivas do conteúdo programático.
- Análise crítica de Textos.
- Filmes e documentários.
- Palestras (convidados).
- Visitação a Órgãos públicos e Instituições privadas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****I UNIDADE:**

1 LEI Nº 11.645/2008.

1.1 Obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

**2 PROCESSOS SEMELHANTES ENTRE AS CULTURAS INDÍGENAS E AFRICANAS.**

2.1 Expulsão de terras.

2.2 Vozes silenciadas.

2.3 Identidades estigmatizadas.

**II UNIDADE****3 AS DIVERSIDADES DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGENAS.**

3.1 Culturais.

3.2 Étnicas.

3.3 Históricas.

3.4 Linguísticas.

3.5 Antropológicas.

**III UNIDADE:****4 O LEGADO DOS ANCESTRAIS.**

4.1 Os Quilombolas.

4.2 Os Guaranis.

**5 REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS.**

5.1 Mitos, Lendas e Estórias.

5.1.1 Marcas das culturas indígenas e afro-brasileiras nos textos.

**AVALIAÇÃO****1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação	6,0
Debate	2,0
Relatório	2,0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação	10,0

**3º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Pesquisa Acadêmica Escrita	6,0
Apresentação Oral da Pesquisa	4,0

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HILL, Lawrence. O Livro dos Negros. São Paulo, SP: Primavera Editorial, 2015.

BERNARDO, Leandro Ferreira. Povos indígenas e direitos territoriais. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196975> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das Raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30117> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

- MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?format=pdf&lang=pt>.

- ALMEIDA, Antonio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. Interações (Campo Grande) 19 (3) • Jul-Sep 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rQk3vztRBF6WNbwCdwPTPFQ/>

- DE JESUS, Zeneide Rios. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

Disponível em:

[https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234\\_ARQUIVO\\_PovosindigenaseahistoriadoBrasil.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234_ARQUIVO_PovosindigenaseahistoriadoBrasil.pdf).



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Teoria Geral do Processo	DIR – 024	Obrigatória	4º	2023	
PRÉ – REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Introdução ao Estudo do Direito	54	X	6	x	60
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Joelson Dias Queiroz					
EMENTA					
Especificidade da teoria do processo: origem, conceitos fundamentais e temas relevantes. Evolução histórica e clássicos da teoria do processo. Institutos fundamentais do Direito Processual: jurisdição, ação e processo. Processo e Constituição. Aplicação do Direito Processual.					
OBJETIVO GERAL					
Proporcionar ao aluno uma visão panorâmica do Direito processual, enquanto objeto de estudo científico, situando-o no ambiente acadêmico jurídico.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Fazer conhecido do aluno de IED os postulados e conceitos essenciais do universo jurídico, habilitando-o a manejar os conhecimentos basilares relativos ao fenômeno jurídico.</li><li>- Preparar o aluno para a realidade do direito, consubstanciada no enfrentamento das questões essenciais da propedêutica jurídica.</li><li>- Impulsionar o interesse do aluno para pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos sobre e acesso à justiça e o Direito Processual.</li></ul>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O conteúdo da disciplina será desenvolvido com participação efetiva dos alunos na construção do processo de ensino-aprendizado. Portanto, os recursos metodológicos são:

- a) debates em sala;
- b) leitura e produção textual;
- c) Análises de casos;
- d) pesquisas;
- e) seminários;
- f) aulas expositivas;
- g) discussão de textos de doutrina e de jurisprudência a fim de despertar a curiosidade científica do aluno e discussão reflexiva do mundo, especialmente, a consciência solidária dos conflitos sociais.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I

#### 1. SOCIEDADE E DIREITO

- 1.1. Conflitos
- 1.2. Da autotutela à jurisdição
- 1.3. Meios alternativos de pacificação social
- 1.4. Autotutela, autocomposição e arbitragem.
- 1.5. Acesso à justiça

#### 12. TEORIA GERAL DO PROCESSO – NOÇÕES GERAIS

- 12.1. Teoria geral do processo: conceito e método
- 12.2. Fenomenologia processual
- 12.3. Direito material e direito processual
- 12.4. Divisão e posição enciclopédica do direito processual
- 12.5. Evolução histórica do direito processual brasileiro
- 12.6. Norma processual:
  - 12.6.1. Natureza
  - 12.6.2. Objeto
  - 12.6.3. Caracteres
  - 12.6.4. Classificação
  - 12.6.5. Fontes
  - 12.6.6. Eficácia no tempo e no espaço
  - 12.6.7. Interpretação
  - 12.6.8. Princípios gerais do direito processual

### UNIDADE II

#### 7. JURISDIÇÃO

- 7.1. Jurisdição
  - 7.1.1. Conceito
  - 7.1.2. Princípios fundamentais
  - 7.1.3. Limites
  - 7.1.4. Espécies
- 7.2. Jurisdição voluntária e contenciosa
- 7.3. Poder Judiciário. Independência e garantias
- 7.4. Organização judiciária:
  - 7.4.1. Estrutura judiciária nacional
  - 7.4.2. Organização da justiça da União
  - 7.4.3. Organização da justiça estadual
  - 7.4.4. Assistência judiciária

#### 8. COMPETÊNCIA

- 8.1. Conceito
- 8.2. Classificação



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 8.3. Critérios determinativos
- 8.4. Espécies de competência
- 8.5. Competência relativa e absoluta
- 8.6. Modificações da competência
- 8.7. Prorrogação de competência
- 8.8. Perpetuação da jurisdição
- 8.9. Conflito de competência
- 8.10. Declaração de incompetência
- 9. AÇÃO E EXCEÇÃO
- 9.1. Ação
- 9.2. Natureza jurídica
- 9.3. Teorias
- 9.4. As condições da ação
- 9.5. Relação entre ações
- 9.6. Identificação das ações
- 9.7. Elementos da ação
- 9.8. Conexão e continência
- 9.9. Prejudicialidade
- 9.10. Classificação das ações
- 9.11. Exceção
- 9.12. A defesa do réu
- 9.13. Natureza jurídica
- 9.14. Classificação

### **UNIDADE III**

- 10. PROCESSO
- 10.1. Processo
- 10.2. Natureza jurídica
- 10.3. Teorias
- 10.3. Relação jurídica processual
- 10.4. Caracteres
- 10.5. Processo e procedimento
- 10.6. Processo e mérito
- 10.7. Distinção
- 10.8. Espécies de processo e de procedimento
- 10.9. Pressupostos processuais
- 10.10. Partes e procuradores
- 10.11. Litisconsórcio e intervenção de terceiros
- 10.12. O Ministério Público
- 10.13. O juiz. Poderes, deveres e responsabilidade
- 10.14. Atos processuais: conceito, classificação, forma, tempo, lugar, comunicação, inexistência e nulidade
- 10.15. Prazos processuais. Preclusão
- 10.16. Prova. Teoria geral
- 10.17. Teoria da decisão judicial
- 10.18. Recursos. Teoria geral
- 10.19. Coisa julgada. Teoria geral

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	8
Estudo de Casos e Jurisprudência	2

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. São Paulo - SP: Revista dos tribunais, 2017.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo 1 - teoria geral do processo. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria Geral do Processo. 19 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. Teoria Geral do Processo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794310> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVIM. J. E. Carreira. TEORIA GERAL DO PROCESSO. 21ª Ed. São Paulo: Forense, 2018.

FERNANDES, André Gonçalves. Ensinando e aprendendo o direito como método do caso: bases epistemológicas e metodológicas. 2.ed. São Paulo: EDIPRO, 2018.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil, vol. 1. 9ª ed. Salvador: JusPodium, 2017.

GRECO, Leonardo. Instituições de Processo Civil, vol. I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

RE, A. I. M. R.; GOMES, M. V. M. L.; GOMES, M. V. M. L. Direito Processual Civil - Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/661280> (Biblioteca Virtual)



### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.16, jul-set. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018.

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 993, julho. 2018.



**5º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Civil III	DIR - 029	Obrigatória	5º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Civil I	54	-	6	-	60
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>LARAH CAROLINA CAVALCANTE LIMA SILVA</b>					
EMENTA					
Teoria geral dos contratos: autonomia privada, boa fé objetiva e função social do contrato. Interpretação e Formação dos contratos. Extinção da relação contratual. Contratos nominados no Código Civil e na legislação especial.					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar a teoria geral dos contratos e as figuras contratuais frente às transformações que sofre o Direito Civil contemporâneo.</li> <li>- Compreender o significado e os limites da autonomia privada momento atual, com base no Código Civil de 2002 e na Constituição Federal.</li> <li>- Interpretar os contratos á luz da Constituição Federal e dos princípios do Direito Privado e concebê-la como uma das teorias básicas do Direito privado.</li> <li>- Propiciar ao aluno uma nova dimensão da responsabilidade civil, procurando demonstrar a necessidade de se definir, de modo, consentâneo, eficaz um sistema de responsabilidade civil que tenha por objetivo assegurar a prevenção da ocorrência de danos. Para tanto, far-se-á o estudo do Código Civil de 2002, da jurisprudência e de vasta doutrina sobre a matéria, nacional e estrangeira.</li> </ul>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar os Contratos como negócio jurídico. Identificar os limites atuais da autonomia privada e a proteção do ser humano no campo negocial.</li> <li>- Compreender os contratos como meios de satisfação de interesses particulares e sociais.</li> <li>- Estudar os elementos e formação dos contratos.</li> <li>- Procurar despertar a curiosidade científica do discente, incentivando-o para a pesquisa e para a elaboração de trabalhos acadêmicos.</li> <li>- Abordar o conceito de responsabilidade e sua evolução histórica.</li> <li>- Estabelecer a distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual, também denominada aquiliana.</li> <li>- Analisar a questão da responsabilidade civil não à luz do Código Civil e de microsistemas jurídicos fundamentais, mas também sob o prisma da Constituição Federal de 1988.</li> </ul>					



- Ensejar o incentivo à pesquisa e à elaboração de monografia sobre temas relacionados à disciplina, a fim de contribuir, de maneira criativa e ética, para o estudo e aplicação do Direito Civil.

### **METODOLOGIA**

- Aulas expositivas e participativas.
- Realização de seminários.
- Análise de casos concretos, sob a ótica do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- Apresentação de vídeos, com discussão crítica.
- Trabalhos de pesquisa apresentados pelos alunos sobre os temas desenvolvidos em sala de aula.
- Trabalhos e exercícios resolvidos em classe visando melhor compreensão da disciplina.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

I UNIDADE:

#### 1. DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

- 1.1. Universo das relações contratuais.
- 1.2. Princípios gerais do Direito contratual. Contrato de adesão. Novas manifestações contratuais.
- 1.3. Autonomia privada e dirigismo contratual.
- 1.4. Classificação dos contratos.
- 1.5. Elementos dos contratos.
- 1.6. Interpretação dos contratos.
- 1.7. Responsabilidade contratual, pré-contratual e pós-contratual.
- 1.8. Relatividade dos contratos. Efeitos com relação a terceiros.
- 1.9. Desfazimento da relação contratual.
- 1.10. Formação e conclusão dos contratos.
- 1.11. Vícios redibitórios.
- 1.12. Evição.
- 1.13. Vontade privada e contratos administrativos.

#### 2. INTRODUÇÃO AO DIREITO ESPECIAL DOS CONTRATOS

- 2.1. Evolução da técnica contratual.

#### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

##### 3.1. COMPRA E VENDA

- 3.1.1. Conceito. Efeitos obrigacionais.
- 3.1.2. Classificação.
- 3.1.3. Elementos constitutivos.
- 3.1.4. Efeitos complementares da compra e venda.
- 3.1.5. Venda por amostra.
- 3.1.6. Venda *ad corpus* e *ad mensuram*.
- 3.1.7. Proteção do CDC à compra e venda.
- 3.1.8. Compra e venda internacional.
- 3.1.9. Cláusulas especiais da compra e venda.

##### 3.2. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

- 3.1. Conceito. Promessa de compra e venda com eficácia real.
- 3.2. Natureza jurídica.
- 3.3. Adjudicação compulsória.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

3.4. Características.

4. TROCA OU PERMUTA

4.1. Conceito.

4.2. Natureza.

4.3. Efeitos.

4.4. Contrato estimatório ou de consignação.

4.3.1. Conceito. Conteúdo. Características.

4.3.2. Natureza jurídica.

4.3.3. Direitos e obrigações.

4.3.4. Direitos e deveres do consignatário.

4.3.5. Estimação do preço.

5. DOAÇÃO

5.1. Conceito. Natureza contratual. Conteúdo. Origens. Características.

5.2. Aceitação. Capacidade e legitimação.

5.3. Objeto.

6. Forma.

6.1. Efeitos. Obrigações das partes.

6.2. Modalidades.

6.3. Reversão por preterição do donatário.

6.4. Resolução. Revogação das doações.

6.5. Promessa de doação.

6.4. LOCAÇÃO DE COISAS. LEI DO INQUILINATO

6.1. Espécies. Conceitos. Natureza.

6.2. Obrigações do locador e do locatário na locação em geral.

6.3. Locação predial. Lei do inquilinato.

II UNIDADE:

7. EMPRÉSTIMO: COMODATO

3.1. Conceito.

7.2. Objeto. Forma.

7.3. Obrigações das partes.

7.4. Extinção do contrato.

8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

8.1. Conceito. Natureza.

8.2. Objeto.

8.3. Duração do contrato.

8.4. Extinção do contrato.

9. EMPREITADA

9. 1. Conceito.

9. 2. Figuras afins.

9. 3. Sujeitos.

9. 4. Direitos e deveres do empreiteiro.

9. 5. Subempreitada.

9. 6. Responsabilidade do construtor.

9.2. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

9.3. Incorporador. Incorporação. Natureza jurídica.

9.2. Partes. Objeto. Conteúdo. Lançamento. Construção.

9.3. Obrigações e direitos do incorporador.

9.4. Obrigações e direitos dos adquirentes. Inadimplemento contratual.

9.5. Comissão de representantes e assembleia geral de adquirentes. Convenção do condomínio.

9.6. Extinção.

9.7. O patrimônio de afetação.

10. DEPÓSITO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 10.1. Conceito. Natureza. Objeto.
- 10.2. Espécies. Depósito voluntário.
- 10.3. Obrigações das partes.
- 10.4. Ação de depósito.
- 10.5. Extinção do contrato.
11. MANDATO
- 11.1. Conceito. Natureza jurídica.
- 11.2. Procuração.
- 11.2. Aceitação do mandato.
- 11.3. Capacidade das partes.
- 11.4. Forma. Modalidade.
- 11.5. Substabelecimento.
- 11.6. Ratificação.
- 11.7. Procuração em causa própria.
- 11.8. Contrato consigo mesmo.
- 11.9. Extinção do contrato.
12. SEGURO
- 12.1. Características. Natureza jurídica.
- 12.2. Objeto.
- 12.3. Risco.
- 12.4. Prêmio.
- 12.5. Indenização. Rateio.
- 12.6. Partes. Seguro mútuo.
- 12.7. Obrigações do segurado.
- 12.8. Obrigações do segurador.
- 12.9. Instrumentos contratuais.
- 12.10. Instrumentos contratuais.
- 12.11. Co-seguro, resseguro.
- 12.12. Sub-rogação.
- 12.13. Extinção do contrato de seguro.
- 12.14. Prescrição.

III UNIDADE:

13. CONSTITUIÇÃO DE RENDA
- 13.1. Conceito.
- 13.2. Características.
- 13.3. Fontes.
- 13.4. Nulidade de constituição. Direito de acrescer.
- 13.5. Direitos e obrigações das partes.
- 13.6. Extinção do contrato.
14. JOGO E APOSTA
- 14.1. Conceito. Natureza jurídica.
- 14.2. Espécies de jogo. Natureza da obrigação. Características.
- 14.3. Sorteio.
15. FIANÇA
- 15.1. Conceito. Natureza jurídica. Modalidades.
- 15.2. Extensão da fiança.
- 15.3. Requisitos subjetivos. Legitimidade. Outorga conjugal.
- 15.4. Efeitos da fiança.
- 15.5. Exoneração da fiança.
- 15.6. Fiança na locação imobiliária.
- 15.7. Exceções opostas pelo fiador.
- 15.8. Extinção da fiança.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

## 16. CONTRATO DE TRANSPORTE

### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação	7,0
Teste	3,0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação	8,0
Teste	2,0

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Pesquisa Acadêmica Escrita	7,0
Apresentação Oral da Pesquisa	3,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816655> (Biblioteca Virtual)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Novo Curso de Direito Civil - Contratos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818324> (Biblioteca Virtual)

SCHREIBER, A. Manual de Direito Civil Contemporâneo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818435> (Biblioteca Virtual)

AZEVEDO, A. V. Curso de Direito Civil - Contratos. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/645464> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. *Direito Civil Esquematizado*®. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/813242> (Biblioteca Virtual)

GOUVÊA, J. R. F.; FONSECA, J. F. N. D.; BONDIOLI, L. G. A.; NEGRÃO, T. *Código Civil e Legislação Civil em Vigor*. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820196> (Biblioteca Virtual)

AZEVEDO, A. V. *Curso de Direito Civil - Teoria Geral dos Contratos Típicos e Atípicos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/645396> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

- DA SILVA, Joseane Suzart Lopes. Os contratos padronizados de consumo e a posição visionária de Orlando Gomes em defesa da parte vulnerável. *Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC*, v. 16 (2018).

Disponível em: <http://ojs.direitocivilcontemporaneo.com/index.php/rdcc/article/view/455>.

- VICARI, Márcio Luiz Fogaça. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL: CONFLITO ENTRE CONVENÇÃO INTERNACIONAL (CONVENÇÃO DE VARSÓVIA) E LEGISLAÇÃO INTERNA (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CÓDIGO CIVIL) E ASPECTOS RELATIVOS À PRESCRIÇÃO DA AÇÃO REGRESSIVA DE SEGURADORA – COMENTÁRIO A ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIB UNAL DE JUSTIÇA. *Revista de Direito Civil Contemporâneo- RDCC*, v. 15 (2018).

Disponível em: <http://ojs.direitocivilcontemporaneo.com/index.php/rdcc/article/view/431>.

- JÚNIOR, Mairan Gonçalves Maia. O impacto do coronavírus (Covid-19) no inadimplemento contratual e suas consequências. *Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC*, v. 34 (2023).

Disponível em: <http://ojs.direitocivilcontemporaneo.com/index.php/rdcc/article/view/1272>.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO CONSTITUCIONAL III	DIR – 034	Obrigatória	5º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
DIREITO CONSTITUCIONAL I	54 horas		06 horas		60 horas
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Me. Leandro Carvalho Sanson					
EMENTA					
<p>A organização política na Constituição. O federalismo brasileiro. Pacto federativo. Entes da federação. Intervenção. Os Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Estruturas e funções dos Poderes. Poder Legislativo: Senado Federal e Câmara dos Deputados, mandato parlamentar, processo legislativo, orçamento, fiscalização financeira e orçamentária. Poder Executivo: Chefe e Ministros de Estado. Poder Judiciário: Órgãos e Controle de constitucionalidade. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições democráticas.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>- Direito Constitucional III insere-se na sequência dos estudos constitucionais, incorporando a esse ramo jurídico a abordagem do Direito Constitucional Positivo. Essa disciplina visa oferecer ao aluno a compreensão e conhecimento crítico dos conceitos e elementos fornecidos pelo Direito Constitucional I e pela Teoria do Estado, tendo em conta o regime jurídico delineado pelo texto constitucional em vigor.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar, conhecer e informar os conteúdos constitucionais, definindo e esclarecendo as regras e instituições fundamentais da ordem jurídica brasileira, bem como as relações de poder que elas pressupõem, envolvendo o Estado e a sociedade;</li> <li>- Analisar a Constituição (esta que é a fonte mais importante do Direito Positivo), possibilitando ao discente a iniciação nos demais ramos jurídicos, uma vez que a Constituição contém os fundamentos de todo o Direito Positivo.</li> <li>- Propiciar o conhecimento da organização político-administrativa prevista na Constituição Federal de 1988.</li> <li>- Estudar a teoria da separação dos poderes e o regime político do Estado brasileiro.</li> <li>- Enfocar o Poder Legislativo, a partir do funcionamento e estrutura de seus órgãos.</li> </ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Familiarizar com a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário, seus órgãos e funções, procurando enfatizar seu papel na defesa dos direitos fundamentais, máxime da Constituição Federal.
- Conhecer as funções essenciais da justiça previstas na Constituição Federal de 1988.
- Despertar a curiosidade científica do aluno para a pesquisa sobre temas relacionados à disciplina, a fim de habilitá-lo para o estudo crítico, ético e reflexivo do Direito Constitucional.

## METODOLOGIA

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, google class, drive etc.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

- 1. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
  - 1.1. Estrutura do Estado Brasileiro
    - 1.1.1. Forma de estado, forma de governo e regime político
    - 1.1.2. Princípios fundamentais
    - 1.1.3. Capital federal. Idioma oficial. Símbolos
    - 1.1.4. Criação, modificação e extinção de Territórios Federais, Estados e Municípios.
    - 1.1.5. Participação popular direta.
    - 1.1.6. Vedações gerais
  - 1.2. UNIÃO
    - 1.2.1. Conceito
    - 1.2.3. Bens. Exploração de recursos naturais
    - 1.2.4. Competência: exclusiva e comum, privativa e concorrente
    - 1.2.5. Relações internas. Auxílios e convênios
    - 1.2.6. Finanças públicas. O Banco Central
  - 1.3. ESTADO-MEMBRO
    - 1.3.1. Conceito.
    - 1.3.2. Auto-organização, autogoverno e auto-administração.
    - 1.3.3. Competência: espécies. Bens e recursos.
    - 1.3.4. Relações com municípios.
    - 1.3.5. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e micro-regiões.
    - 1.3.6. Constituição Estadual.
      - 1.3.6.1. Conceito: poderes remanescentes.
      - 1.3.6.2. Limitações: o modelo federal.
      - 1.3.6.3. Quantidade de deputados.
  - 1.4. MUNICÍPIO
    - 1.4.1. Formação. Importância histórica e política.
    - 1.4.2. Autonomia: organização, governo e administração.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

1.4.3. Competência. O peculiar interesse local.

1.4.4. Bens e recursos.

1.4.5. Fiscalização financeira.

1.5. DISTRITO FEDERAL

1.5.1. Configuração jurídica e política.

1.5.2. Desenvolvimento histórico-constitucional.

1.5.3. Legislação e administração.

1.5.4. Bens e recursos.

1.5.5. Assembléia Distrital.

1.5.6. Governador.

1.6. INTERVENÇÃO

1.6.1. Intervenção federal. Objeto.

1.6.2. Casos de intervenção.

1.6.3. Decretação. O interventor.

1.6.4. Controle.

1.6.5. Intervenção estadual.

## **UNIDADE II:**

2. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

2.1. Teoria da Separação dos Poderes

3. PODER LEGISLATIVO

3.1. Função: normativa, de controle, típica e atípica

3.2. Estrutura.

3.3. Composição da Câmara dos Deputados e do Senado

3.4. Legislatura.

3.5. Convocação.

3.6. Reuniões.

3.7. Deliberações

3.8. Atribuições do Congresso Nacional.

3.9. Competências privativas.

3.10. Comissões parlamentares

3.11. MANDATO PARLAMENTAR

3.11.1. Natureza e duração

3.11.2. Prerrogativas. Inviolabilidade e imunidade

3.11.3. Impedimento e perda

3.11.4. Investidura em outras funções. Licenças

3.11.5. Afastamento e vaga. Convocação de suplente e eleição

3.12. PROCESSO LEGISLATIVO

3.12.1. Técnica de elaboração.

3.12.2. Noção de processo legislativo

3.12.3. Atos do processo legislativo

3.12.4. Espécies normativas

3.12.5. Plebiscito e referendo

3.12.6. Processo legislativo nos Estados e Municípios

3.12.7. Processo legislativo e controle de constitucionalidade

3.12.8. Procedimento legislativo

3.12. ORÇAMENTO

3.12.1. Conceito e espécies. Conteúdo

3.12.2. Diretrizes Orçamentárias

3.12.3. Elaboração. Emendas

3.12.4. Vedações e limites

3.12.5. Disponibilidade de recursos

3.13. FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 3.13.1. Natureza, tipos e órgãos de controle
- 3.13.2. Prestação e tomada de contas.
- 3.13.3. Comissão mista do Congresso.
- 3.13.4. Tribunal de Contas da União. Natureza e atribuições. Garantias
- 3.13.5. Normas de aplicação obrigatória aos demais Tribunais de Contas.
- 4. O PODER EXECUTIVO
- 4.1. Presidente e Vice-presidente da República
- 4.1.1. Eleição, condições de elegibilidade e inelegibilidades. Duração do mandato
- 4.1.2. Impedimento e vaga. Substituição e sucessão
- 4.1.3. Atribuições. Função regulamentar. Conselhos
- 4.1.4.. Responsabilidade. Processo e julgamento
- 4.2. Ministros de Estado
- 4.2.1 Posição política
- 4.2.2. Condições de investidura. Destituição
- 4.2.3. Competência. Atribuições delegadas
- 4.2.4. Comparecimento ao Congresso Nacional
- 4.2.5. Responsabilidade. Processo e julgamento

### III UNIDADE:

#### 5. O PODER JUDICIÁRIO.

- 5.1. Função. Importância no regime federativo
- 5.2. Órgãos. Lei Orgânica da Magistratura nacional
- 5.3.. Garantias dos Magistrados
- 5.4. Proibições
- 5.5. Competência geral dos tribunais.
- 5.6. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- 5.6.1. Posição. Corte Constitucional
- 5.6.2. Composição e posicionamento.
- 5.6.3. Competência originária.
- 5.6.4. Competência recursal
- 5.7. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- 5.7.1. Corte revisora do Direito Federal
- 5.7.2. Composição e funcionamento
- 5.7.3. Competência originária
- 5.7.4. Competência recursal
- 5.7.6. Conselho de Justiça Federal
- 5.8. JUSTIÇA FEDERAL
- 5.8.1. Tribunais Regionais e Juízes Federais. Competência
- 5.8.2. Justiça do Distrito Federal e Territórios
- 5.8.3. Justiça do Trabalho. Dissídios. Sentenças coletivas
- 5.8.4. Justiça Eleitoral. Competência: Lei Complementar
- 5.8.5. Justiça Militar. Competência: Lei Ordinária
- 5.9. JUSTIÇA DOS ESTADOS
- 5.9.1. Dualidade da Justiça e Unidade do processo
- 5.9.2. Delimitação Constitucional. Autonomia
- 5.9.3. Juízes e Tribunais estaduais. Conflitos fundiários
- 5.9.4. Juizados especiais e Justiça de Paz
- 5.9.3. Justiça Militar estadual
- 6. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA
- 6.1. Ministério Público. Autonomia. Órgãos e funções
- 6.2. Procurador Geral da República. Procurador Geral de Justiça
- 6.3. Advocacia Gral da União. Procuradores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- 6.4. Advocacia. A Ordem dos Advogados do Brasil



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

6.6. Defensoria Pública.

### AVALIAÇÃO

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) elaboração e participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) reescrita dos textos;
- h) produção escrita individual e coletiva;
- i) debates e rodas de conversa;
- j) TBL.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2017.

MITIDIERO, D.; SARLET, I. W.; MARINONI, L. G. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820213> (Biblioteca Virtual)

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. Curso de Direito Constitucional. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820251> (Biblioteca Virtual)

BARROSO, L. R. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820214> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2018.

PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820234> (Biblioteca Virtual)

MONNERAT, F. V. D. F.; PICCINA, G. K. S. F.; GOMES, M. V. M. L. Direito Constitucional. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/663462> (Biblioteca Virtual)

FILHO, M. G. F. Lições de Direito Constitucional Lições de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/621361> (Biblioteca Virtual)

MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; LTDA, I. C. E. P.; LTDA, I. C. E. P.; CANOTILHO, J. J. G.; LEONCY, L. F.; STRECK, L. L. Comentários à Constituição do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/629638> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Tributário Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 10, Jan-fev. 2019.

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, maio. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO DO TRABALHO II	DIR-032	Obrigatória	5º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
DIREITO DO TRABALHO I	54		6		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>JOÃO ALBERTO FACÓ JUNIOR</b>					
<b>EMENTA</b>					
Direito coletivo do trabalho. Origem histórica do movimento sindical. Direito sindical no Brasil e desenvolvimento social, político e econômico. O Direito Internacional do Trabalho e a OIT. Conflitos coletivos do trabalho e suas formas de composição: convenções e acordos coletivos. A problemática da Justiça do Trabalho. O direito de greve e o lock out. Globalização e direito sindical. Reestruturação produtiva e sindicalismo de colaboração. A internacionalização do Direito Coletivo do Trabalho. Mercosul e direito coletivo do trabalho. Perspectivas do direito coletivo do trabalho: globalização, flexibilização e terceirização.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
- O profissional do Direito deve apreender e dominar conhecimentos de cunho teórico e técnico, e ser capaz de articulá-los, de forma lógica e argumentativa, para o exercício diário da profissão.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
- Fornecer ao estudante uma visão ampla, histórica e circunstanciada do Direito Coletivo do Trabalho e seus princípios, abordando analiticamente as negociações e os conflitos entre as categorias de empregados e empregadores. - Desenvolver no aluno a habilidade de leitura, interpretação, reflexões críticas, habilitando-o para produção da pesquisa e realização científica.					
<b>METODOLOGIA</b>					



- Aulas expositivas e participativas.
- Seminários.
- Trabalhos de pesquisa e apresentação oral e escrita dos resultados obtidos;
- Visitas orientadas.
- Fichamentos, resumos, resenhas de textos jurídicos.
- Análise de casos concretos através de leitura e pesquisa do direito positivo, doutrina e jurisprudência.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **I UNIDADE:**

##### 1. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

1.1 Noções introdutórias ao Direito coletivo do Trabalho.

1.2. Conceito

1.3. Divisão

1.4. Histórico

##### 2.. CONFLITOS COLETIVOS DO TRABALHO

2.1. Formas de solução

2.2. Autodefesa

2.3. Autocomposição

2.4. Heterocomposição

2.5. Mediação e Arbitragem.

#### **II UNIDADE:**

##### 3. LIBERDADE SINDICAL

3.1. Sindicalismo

3.2 Monismo e pluralismo do Direito Coletivo do Trabalho

3.3. Liberdade sindical

3.4. Sindicato no Brasil.

3.5. Estrutura sindical

##### 4. REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS

4.1. Representação

4.2. Co-gestão.

#### **III UNIDADE:**

##### 5. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO.

###### 5.1 GREVE

5.1. 2. Conceito

5.1.3. Peculiaridades

5.1.4. Greve no serviço público

5.2. *Lockout*.

###### 6. Globalização e direito sindical.

6.1 Reestruturação produtiva e sindicalismo de colaboração.

###### 7. A internacionalização do Direito Coletivo do Trabalho.

7.1 Mercosul e direito coletivo do trabalho.

7.2 Perspectivas do direito coletivo do trabalho: globalização, flexibilização e terceirização.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
TRABALHO	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr. 2018.

LEITE, C. H. B. *Curso de Direito do Trabalho*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818280> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GOMES, Orlando et al. *Curso de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Forense. 2007.

ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. *Direito do Trabalho*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/791652> (Biblioteca Virtual)

GARCIA, G. F. B. *Curso de Direito do Trabalho*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/812479> (Biblioteca Virtual)

CALVO, A. *Manual de Direito do Trabalho*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/799499> (Biblioteca Virtual)



ALMEIDA, A. P. D. Clt Comentada - Legislação, Doutrina e Jurisprudência. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794282> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito do Trabalho. São Paulo, Thomson Reuters, n. 187, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 189, maio. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Penal III	DIR- 030	Obrigatória	5º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Penal I	54h		6h		60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>TUANY SANDE CARDOSO</b>					
EMENTA					
<p>Introdução à parte especial: características, sistemas de classificação, influência da parte especial. Crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial, a organização do trabalho, o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.</p> <p>1.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Proporcionar o conhecimento das diversas espécies de penas criminais e sua adequada aplicação. Permitir ao corpo discente a visualização das normas penais especiais e suas implicações no universo jurídico e social, especialmente no que pertine à necessidade de refreamento das violações perpetradas contra o ordenamento vigente, proporcionando-lhes, por intermédio do estudo e da pesquisa, permeado pela apreciação de casos práticos, a compreensão acerca do direito penal como mecanismo de contenção de condutas delitivas, propiciando a análise acerca do enfoque estatal protetor de bens jurídicos relevantes penalmente tutelados</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<p>Capacitar o estudante a identificar e valorar as circunstâncias para a correta aplicação da pena. Propiciar ao graduando a aplicação dos conhecimentos obtidos em Direito Penal I e II que forneceram o aprendizado da teoria geral do Direito Penal aos crimes em espécie. Selecionar os principais crimes contidos na parte especial do Código Penal e reforçando os conceitos já obtidos, o aluno deverá conhecer também os principais entendimentos doutrinários e jurisprudenciais de cada um desses delitos, oportunizando por amostragem o conhecimento da realidade do Direito Penal Brasileiro.</p> <p>Realizar um estudo anatômico dos principais delitos do Código Penal, seus conceitos, objetividade jurídica, sujeitos, elementos objetivos do tipo, elementos subjetivos do tipo, consumação e tentativa, suas formas privilegiadas e qualificadas,</p>					



formas culposas e dolosas e sua classificação doutrinária, ofertando desta forma ao graduando o conhecimento dos principais delitos previstos na lei penal brasileira.

### **METODOLOGIA**

O conteúdo programático será desenvolvido através da realização de aulas expositivas, subsidiada por recursos tradicionais, bem como outros meios audiovisuais, incentivando-se em sala de aula o debate, a expressão espontânea e livre dos assuntos abordados, além de quaisquer outros métodos necessários e adequados ao processo de desenvolvimento e aprimoramento intelectivos, a partir de estudos bibliográficos, textos afeitos à disciplina, permitindo uma abordagem e um desenvolvimento que propiciem a socialização do conhecimento obtido durante o processo de aprendizagem, incentivando-se a consulta à biblioteca e a acervos públicos e particulares, jornais, revistas, periódicos jurídicos e Internet.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. DOS CRIMES EM ESPÉCIE: CONSIDERAÇÕES GERAIS
2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA
  - a. DOS CRIMES CONTRA A VIDA: 1. Homicídio 2. Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio 3. Infanticídio 4. Aborto 5. Casos de exclusão da ilicitude no aborto 1.2. Dos crimes contra o patrimônio genético humano: aspectos da Lei 11.105/2005 (arts. 24 a 26).
  - b. DAS LESÕES CORPORAIS 1. Objeto da tutela penal 2. Modalidades 3. Lesão corporal seguida de morte 4. Lesão corporal em jogos desportivos.
  - c. DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE 1. Considerações gerais: Objeto da tutela penal. conceito de perigo no Direito Penal; perigo abstrato e perigo concreto; perigo individual e perigo coletivo ou comum; o problema da constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato. 2. Perigo de contágio venéreo e de moléstia grave 3. Perigo para a vida ou a saúde de outrem 4. Abandono de incapaz 5. Exposição ou abandono de recém-nascido 6. Omissão de Socorro 7. Maus-tratos
  - d. DA RIXA 1. Objeto da tutela penal 2. Rixa simples 3. Rixa qualificada
3. DOS CRIMES CONTRA A HONRA 1. Calúnia 2. Difamação 3. Injúria. Injúria real. 4. Ação Penal. Exclusão da ilicitude.
4. DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL 1. Considerações gerais: objeto da tutela penal 2. Crimes contra a liberdade pessoal 3. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio 4. Crimes contra a inviolabilidade da correspondência 5. Crimes contra a inviolabilidade dos segredos.
5. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 1. Objeto da tutela penal 2. Do Furto 3. Do roubo e da extorsão 3 4. Da usurpação 5. Do dano 6. Da apropriação indébita 7. Do estelionato 8. Da receptação

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO SUBJETIVA INDIVIDUAL	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO OBJETIVA INDIVIDUAL	5,0
ELABORAÇÃO DE PETIÇÃO (CASO CONCRETO)	5,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
RESOLUÇÃO DE HARD CASE	4,0
JURI SIMULADO	6,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ISHIDA, Válter Kenji. Direito Penal – Parte Geral e Especial – Na medida certa para concursos. 2 ed. Ed. Juspodivm, 2023.

GONÇALVES, V. E. R. Curso de Direito Penal - Parte Especial - Arts 121 a 361. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820412> (Biblioteca Virtual)

JUNQUEIRA, G.; VANZOLINI, P. Manual de Direito Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819282> (Biblioteca Virtual)

CAPEZ, F. Curso de Direito Penal - Parte Especial Arts. 121 a 212 - V. 2. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819256> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

JESUS, Damásio. *Direito penal. Parte especial*. São Paulo, Saraiva, 2015.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro, parte especial*. São Paulo: RT. 2017.

GRECO, Rogério. *Direito Penal: Parte Geral*. Niterói: Ímpetus, 2018.

BITTENCOURT, Cezar Romero. *Tratado de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2023.

CAPEZ, F. *Legislação Penal Especial*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820237> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS



REVISTA de Direito Ambiental. São Paulo, Thomson Reuters, n. 89, jan-mar. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 93, jan-mar. 2019.

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13,  
out-dez. 2017.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.15, abr-jun. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
PRÁTICA JURÍDICA EXTRAJUDICIAL	DIR - 068	OPTATIVA	5°	2023	
PRÉ - REQUISITO	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36h		04h		40h
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>EMENTA</b>					
Elaboração de contratos e outros instrumentos de atos jurídicos. Prática jurídica administrativa: Receita Federal, agências reguladoras e cartórios.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Aplicar os conhecimentos teóricos aos aspectos práticos das profissões jurídicas.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permitir a elaboração de instrumentos de atos jurídicos, como notificações, contratos, testamentos, atas, procurações, termos, declarações, dentre outros.</li> <li>- Familiarizar o aluno com os órgãos administrativos perante os quais a prática jurídica pode ser desenvolvida.</li> </ul>					
<b>METODOLOGIA</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas discursivas e participativas.</li> <li>- Análise de casos concretos e redação de peças práticas.</li> <li>- Debates e exercícios que demandem a leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.</li> <li>- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa, elaboração de relatórios.</li> <li>- Leituras atualizadas e debates sobre temas atuais.</li> </ul>					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					



**I UNIDADE:**

1. ELABORAÇÃO DE CONTRATOS.
  - 1.1. Contrato de prestação de serviços advocatícios.
  - 1.2. Contratos de compra e venda.
  - 1.3. Procuração.
2. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS SOCIETÁRIOS.
  - 2.1. Contratos sociais.
  - 2.2. Acordo de cotistas.
  - 2.3. Ata de reuniões societárias.

**II UNIDADE:**

3. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS RELACIONADOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO:
  - 3.1. Recurso Administrativo;
  - 3.2. Parecer Jurídico;
  - 3.3. Procedimento de Licitação.
4. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS LITÍGIOS DE FAMÍLIA.
  - 4.1 Acordo de separação ou divórcio
  - 4.2 Contrato e distrato de convivência (união estável).
  - 4.3 Testamento.
5. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS LITÍGIOS DE FAMÍLIA.
  - 5.1. Acordo de separação ou divórcio;
  - 5.2. Contrato e distrato de convivência (união estável);
  - 5.3. Pacto Antenupcial.

**III UNIDADE:**

6. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS LITÍGIOS DE SUCESSÕES:
  - 6.1. Testamento;
  - 6.2. Inventário Extrajudicial.
7. PRÁTICA JURÍDICA CARTORÁRIA.
  - 7.1. Documentos cartorários: escritura pública, certidões, ata notarial, etc;
  - 7.2. Cartório de imóveis;
  - 7.3. Cartórios de títulos e documentos;
  - 7.4. Cartórios de pessoas físicas e jurídicas;
  - 7.5. Tabelionato de Notas.

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	10,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade prática em dupla	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

Nessa disciplina não há bibliografia, em razão do seu conteúdo eminentemente prático. Não se recomenda a leitura de nenhum livro de “modelos”. O material de aprendizagem será oferecido pelo professor.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Nessa disciplina não há bibliografia, em razão do seu conteúdo eminentemente prático. Não se recomenda a leitura de nenhum livro de “modelos”. O material de aprendizagem será oferecido pelo professor.

### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 285, novembro. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 286, dezembro. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 287, janeiro. 2019.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 288, fevereiro. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
PROCESSUAL CIVIL I	DIR-033		5º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Teoria Geral do Processo	54		6		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>JOÃO ALBERTO FACÓ JUNIOR</b>					
<b>EMENTA</b>					
Direito Processual Civil: noções introdutórias e históricas. Características, institutos fundamentais, princípios. Jurisdição civil: conceito e características. Jurisdição contenciosa e voluntária. Processo: conceito. Procedimento comum e especial. Prazos. Atos de comunicação processual: citação e intimação. Competência: conceito, critérios de divisão, princípios informadores. Do Advogado, do Ministério Público, da Defensoria Pública. Formação, suspensão e extinção do processo.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
- Oferecer ao acadêmico o estudo do conteúdo da parte geral do Processo Civil, abordando princípios, características, jurisprudência, doutrina, legislação, servindo-se para tanto de metodologia e bibliografia abaixo especificadas.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
- Propiciar ao acadêmico o conhecimento do Direito Processual Civil, permitindo analisar os institutos jurídicos da jurisdição, da competência, ação e processo, capacitando-o para o estudo do Direito Processual Civil, Penal e Trabalhista, através de uma visão sistêmica e crítica do fenômeno processual. - Adquirir uma visão crítica sobre a função social do processo, sob o enfoque do Texto Constitucional. - Demonstrar a importância do desenvolvimento da pesquisa sobre temas tratados, habilitando-o para a compreensão científica e criativa do Direito.					
<b>METODOLOGIA</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Aulas expositivas e participativas.
- Atividades com emprego de técnicas de dinâmica de grupo.
- Realização de seminários.
- Análise de casos concretos.
- Debates e exercícios que demandem leituras doutrinárias, jurisprudências.
- Elaboração de seminários.
- TRABALHO DOMICILIAR DE PESQUISA E DEBATE EM AULA.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### **I UNIDADE:**

#### 1. PRINCÍPIO DO PROCESSO

- 1.1. Processo e direitos fundamentais
- 1.2. Princípios do processo civil na Constituição Federal
- 1.3. Outros princípios regentes

#### 2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

- 2.1. Jurisdição civil. Princípios. Função jurisdicional
- 2.2. Competência civil. Competência internacional. Competência territorial. Competência em razão do valor. Competência material. Competência funcional.
- 2.3. Modificações da competência.
- 2.4. Conflito da competência.
- 2.5. Declaração de incompetência.

#### 3. TEORIA DA AÇÃO

- 3.1. Acepção do vocábulo “ação”
- 3.2. A demanda e a relação jurídica substancial
- 3.3. Condições da ação
- 3.4. Tipologia das “ações”:
  - 3.4.1. Quanto à natureza: real e pessoal
  - 3.4.2. Quanto ao objeto do pedido mediato: mobiliária e imobiliária
  - 3.4.3. Quanto ao tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executivas.
  - 3.4.4. Ações dúplices
  - 3.4.5. Ações coletivas
- 3.3. Elementos da ação
  - 3.3.1. Causa de pedir e pedido
  - 3.3.2. Partes
- 3.4. Cumulação ação
- 3.5. Concurso de ação

#### 4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.

- 4.1. Pressupostos de existência e requisitos de validade
- 4.2. Pressupostos processuais subjetivos
- 4.3. Requisitos processuais subjetivos de validade
- 4.4. Requisito processual objetivo intrínseco
- 4.5. Regramento processual das pessoas casadas
- 4.6. Curador especial

### **II UNIDADE:**

#### 5. PROCESSO

- 5.1. Teorias sobre o processo
- 5.2. Conceito e natureza jurídica
- 5.3. Processo e procedimento
- 5.4. Sujeitos do processo



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

#### 5.5 . LITISCONSÓRCIO

5.5.1. Conceito

5.5.2. Classificação

5.5.3. Regime de tratamento dos litisconsortes

5.5.4. Litisconsórcio eventual, alternativo, sucessivo, facultativo impróprio, litisconsórcio recusável, litisconsórcio multitudinário.

5.4.5. A intervenção “issu iudicis”

#### 5.5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

5.1. Fundamento

5.2. Conceito

5.3. Efeitos na relação jurídica

5.4 Momento

5.5. Hipóteses de cabimento

5.6. Espécies de intervenção de terceiros:

5.6.1. Assistência

5.6.2. Nomeação à autoria

5.6.3. Denúnciação da lide

5.6.4. Chamamento ao processo

### III UNIDADE:

#### 6. ATOS PROCESSUAIS

6.1. Atos processuais. forma; tempo; lugar.

6.2. Prazos processuais.

6.3. Citação: espécies; efeitos. Intimações. Cartas.

6.4. Nulidade e inexistência no processo civil.

7. Do Advogado;

8. Do Ministério Público;

9. Da defensoria Pública.

### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
TRABALHO	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

VITORELLI, Edilson; OSNA, Gustavo. INTRODUÇÃO AO PROCESSO CIVIL E À RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

DE SÁ, Renato Montans. Manual de Direito Processual Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818292> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, M. V. R. Curso de Direito Processual Civil. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818419> (Biblioteca Virtual)

BUENO, C. S. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820224> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIDIER Jr., Fredie. Curso de direito processual civil. Salvador: JusPODIVM, v.1. 2017.

JUNIOR, Antônio Pereira Gaio. Instituições de Direito Processual Civil. 3ª Ed. Salvador: JUSPODIVM., 2018.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, v. 1. 2020.

MONNERAT, F. V. D. F. Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794301> (Biblioteca Virtual)

Vade Mecum Saraiva - Tradicional. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818270> (Biblioteca Virtual)



**PERIÓDICOS**

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 279, maio. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
RESPONSABILIDADE CIVIL	DIR – 031	Obrigatória	5º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	36 horas		04 horas		40 horas
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>Profa. Me. Luciana Teixeira Medeiros</b>					
EMENTA					
<p>Estrutura e funções da responsabilidade civil. Responsabilidade extracontratual subjetiva. Dano patrimonial e dano moral. Responsabilidade extracontratual objetiva. Excludentes de responsabilidade civil. Responsabilidade Contratual. Teorias da Responsabilidade Civil no direito comparado.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>- Apresentar visão geral do tratamento da responsabilidade civil no ordenamento Brasileiro.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<p>Entender as funções e estudar os elementos caracterizadores da responsabilidade civil.          Distinguir, diante do caso concreto, as diferentes formas de responsabilização civil previstas no ordenamento jurídico, aplicando as teorias correlatas. Analisar e discutir jurisprudência relativa às diferentes formas de responsabilização civil.</p>					
METODOLOGIA					



- Aulas expositivas, com discussão de textos de doutrina e de jurisprudência previamente distribuídos.
- Dinâmicas de grupo: debates, seminários.
- Apresentação de vídeos, com discussão crítica.
- Pesquisas e trabalhos científicos realizados pelo aluno.
- Leituras atualizadas e elaboração de fichamentos, resumos e resenha.
- Palestras (convidados)
- Aulas conjuntas com professores de disciplinas afins.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **I UNIDADE:**

1. DA RESPONSABILIDADE CIVIL: Apontamentos históricos e conceitos básicos

1.1. Breve esboço histórico da responsabilidade civil.

1.2. Princípios orientadores.

1.3. Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade penal

1.3. Da responsabilidade subjetiva à objetivação.

1.4. A responsabilidade pressuposta.

1.5. A responsabilidade civil e o Direito civil constitucional.

1.6. O conceito de ato ilícito.

1.7. Do abuso de direito como ato ilícito.

1.7.1. O art. 187 do novo CC. Conceito, exemplos e consequências práticas.

1.7.2. A publicidade abusiva e o ato emulativo civil.

1.7.3. As práticas previstas no Código de Defesa do Consumidor e o conceito do art. 187 do novo CC.

1.7.3. A lide temerária como exemplo de abuso de direito.

1.7.4. O abuso do direito de propriedade. A função socioambiental da propriedade.

1.7.5. Spam e abuso de direito.

#### **UNIDADE II:**

2. Classificação da responsabilidade civil. Análise das regras da responsabilidade civil objetiva. Legislação extravagante e o Novo Código Civil.

2.1. A responsabilidade civil subjetiva como regra do nosso ordenamento.

2.2. A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do Código Civil.

2.3. Os principais casos de responsabilidade objetiva consagrados na legislação especial.

2.3.1. A responsabilidade objetiva do Estado,

2.3.2. A responsabilidade civil do Código de Defesa do Consumidor.

2.3.3. A responsabilidade civil por danos ambientais.

2.4. Da responsabilidade objetiva no novo Código Civil.

2.4.1. A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta.

2.4.2. A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal.

2.4.3. A responsabilidade civil objetiva por danos causados por prédio em ruína.

2.4.5. A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas das casas

2.4.6. A responsabilidade civil objetiva em relação a dívidas.

2.4.7. A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte.

1.5. OUTRAS MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE.

1.5.1. A responsabilidade civil dos advogados.

1.5.2. A responsabilidade civil dos bancos e instituições financeiras.

1.5.3. A responsabilidade dos notários.

1.5.4. A responsabilidade de empreiteiros e construtores.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 1.5.5. O dano informático,
- 1.5.6. A responsabilidade por demanda antecipada de dívida.
- 1.5.7. A responsabilidade decorrente do rompimento do casamento e da união estável.

### **III UNIDADE:**

#### **2. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU PRESSUPOSTOS DO DEVER DE INDENIZAR.**

- 2.1. Visão geral estrutural.
- 2.2. Conduta humana como elemento da responsabilidade civil.
- 2.3. A culpa genérica ou lato sensu.
- 2.4. O nexó de causalidade.
- 2.5. Do dano e reparação.
  - 2.5.1 O dano emergente e lucro cessante.
  - 2.5.2 Os danos materiais e imateriais. Dano moral à pessoa jurídica.
  - 2.5.3. A avaliação dos danos morais.
  - 2.5.4 Liquidação do dano.

#### **3. EXCLUDENTES DO DEVER DE INDENIZAR, RESPONSABILIDADE CIVIL E RESPONSABILIDADE CRIMINAL.**

- 3.1. Das excludentes do dever de indenizar.
  - 3.2. Legítima defesa.
  - 3.3. Estado de necessidade ou remoção de perigo eminente.
  - 3.4. Do exercício regular de direito ou das próprias funções.
  - 3.5. Das excludentes de nexó de causalidade.
  - 3.6. Da cláusula de não-indenizar.
- #### **4. RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO COMPARADO.**

## **AVALIAÇÃO**

A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Para que isso ocorra, os seguintes critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem, são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) auto-avaliação;

## **REFERÊNCIAS BÁSICAS**



CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil, 11ª Ed., São Paulo, Atlas, 2015.

GONÇALVES, C. R. Responsabilidade Civil. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820249> (Biblioteca Virtual)

ROSENVALD, N. As Funções da Responsabilidade Civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/808978> (Biblioteca Virtual)

FARIAS, C. C. D.; ROSENVALD, N. Novo Tratado de Responsabilidade Civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/654335> (Biblioteca Virtual)

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MORAIS, Maria Celina Bodin de. Danos à pessoa humana: uma leitura civil constitucional dos danos morais, 2ª Ed, Renovar, 2017.

TEIXEIRA NETO, Felipe. Responsabilidade civil objetiva: da fragmentariedade à reconstrução sistêmica. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208776> (Biblioteca Virtual)

AZEVEDO, A. V. Curso de Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/645395> (Biblioteca Virtual)

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula et al. Responsabilidade Patrimonial pelo Inadimplemento das Obrigações: introdução ao estudo sistemático da responsabilização patrimonial. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208858> (Biblioteca Virtual)

LISBOA, R. S. Manual de Direito Civil - Volume 2 - Obrigações e Responsabilidade Civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/581719> (Biblioteca Virtual)

## PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.15, abr-jun. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.16, jul-set. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018.



**6º SEMESTRE**



**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
<b>DIREITO CIVIL IV – DIREITOS REAIS</b>	DIR – 036	Obrigatória	6º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
<b>DIREITO CIVIL I</b>	54 h		06 h		60 horas
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>Profa. Me. Luciana Teixeira Medeiros</b>					
EMENTA					
<p>Direito civil patrimonial: fontes, princípios e conceitos fundamentais. Função Posse: aquisição e perda. Propriedade: aquisição e perda. Direitos de Vizinhança. Condomínio geral e edilício. Propriedade resolúvel e propriedade fiduciária. Função social da posse e da propriedade. Registro de imóveis. Direito civil patrimonial: superfície, servidão, usufruto, uso e habitação. Direitos do promitente comprador. Hipoteca, penhor e anticrese.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver no aluno a postura ética e crítica em relação aos aspectos político-sociais e jurídicos do Direito das Coisas e dos Direitos reais, capacitando-o para apresentar soluções jurídicas diante de situações concretas ou hipotéticas, bem como para a pesquisa e produção de conhecimento próprio.</li> <li>- Familiarizar-se com os princípios e regras pertinentes ao Direito das Coisas e aos Direitos reais, através de ampla base doutrinária e jurisprudencial, atualizados de acordo com a legislação vigente.</li> </ul>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Propiciar ao aluno conteúdo teórico acerca dos direitos reais, propiciando o estudo da posse, da detenção, da propriedade, dos direitos reais sobre coisa alheia, e estes uns dos outros, dos direitos reais de gozo, de garantia e de aquisição, os modos e títulos de aquisição da posse e da propriedade de bens móveis e imóveis, os modos originários e derivados de aquisição da propriedade e outras digressões teóricas necessárias.
- Estudar noções básicas dos direitos reais de garantia.
- Desenvolver no aluno a capacidade para a pesquisa e elaboração de monografia.

### **METODOLOGIA**

O curso será ministrado por meio dos seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) aplicação de seminários;
- b) aulas expositivas e participativas;
- c) fichamentos, resumos e resenhas dos textos orientados;
- d) análise de casos, debates e exercícios através da leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- e) pesquisas e trabalhos individuais ou em grupo;
- f) palestras de convidados.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

1. GENERALIDADES SOBRE A POSSE.
  - 1.1. Direitos das coisas
  - 1.2. Direito real e direito pessoal
  - 1.3. Introdução ao estudo da posse
  - 1.4. Teorias sobre a posse
  - 1.5. Conceito de posse
  - 1.6. Posse e detenção
  - 1.7. Quase-posse e composses
  - 1.8. Objeto da posse
  - 1.9. Natureza jurídica da posse
2. ESPÉCIES DE POSSE
  - 1.1. Aquisição e perda da posse
  - 1.2. Perda da posse
  - 1.3. Recuperação de coisas móveis e títulos ao portador.
  - 1.4. Perda da posse para o ausente
3. EFEITOS DA POSSE
  - 3.1. Tutela da posse
  - 3.2. Ações possessórias em sentido estrito
  - 3.3. Ações possessórias na técnica do Código de Processo Civil
  - 3.4. Da manutenção e da reintegração da posse
  - 3.5. Do interdito proibitório
  - 3.9. A percepção dos frutos
  - 3.10. Responsabilidade pela perda ou deteriorização da coisa
  - 3.11. A indenização das benfeitorias e do direito de retenção
4. DA PERDA DA POSSE
5. DOS DIREITOS REAIS
  - 5.1. Conceito



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 5.2. Espécies
- 5.3. Aquisição dos direitos reais
- 6. DA PROPRIEDADE EM GERAL
- 6.1. Conceito e elementos constitutivos
- 6.2. Ação reivindicatória. Pressupostos e natureza jurídica
- 6.3. Caracteres da propriedade
- 6.4. Evolução do direito de propriedade. Função social da propriedade
- 6.5. Fundamento jurídico da propriedade
- 6.6. Da descoberta

#### **UNIDADE II:**

- 1. MODOS DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE
- 1.1. Da usucapião
- 1.2. Do registro de título
- 1.3. Da acessão
- 2. DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL
- 2.1. Da usucapião
- 2.2. Da ocupação
- 2.3. Do achado do tesouro
- 2.4. Da tradição
- 2.5. Da especificação
- 2.6. Da confusão, comistão e da adjunção
- 3. DA PERDA DA PROPRIEDADE
- 4. DO DIREITO DE VIZINHANÇA
- 4.1. Uso anormal da propriedade
- 4.2. Das árvores limítrofes
- 4.3. Da passagem forçada
- 4.4. Das águas
- 4.5. Dos limites de prédios e do direito de tapagem
- 4.6. Devassamento da propriedade vizinha
- 4.7. Águas e beirais
- 4.8. Paredes divisórias
- 4.9. Uso do prédio vizinho

#### **III UNIDADE:**

- 1. DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL
- 1.1. Conceito
- 1.2. Causas de resolução da propriedade
- 2. DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA
- 1.1. Conceito
- 1.2. Regulamentação
- 3. DA SUPERFÍCIE
- 3.1. Conceito
- 3.2. Regulamentação
- 3.3. Da enfiteuse
- 4. DAS SERVIDÕES
- 4.1. Conceito
- 4.2. Características
- 4.3. Classificação
- 4.4. Modos de aquisição
- 4.5. Ações que protegem as servidões
- 4.6. Da extinção das servidões
- 5. DO USUFRUTO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 5.1. Conceito e características
- 5.2. Constituição e objeto
- 5.3. Usufruto e fideicomisso
- 5.4. Espécies
- 5.5. Extinção do usufruto
- 6. DO USO
- 7. DA HABITAÇÃO
- 8. DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR
- 9. DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA
- 9.1. NOÇÕES GERAIS
- 9.2. DO PENHOR
- 9.2.2. Conceito, características e objeto
- 9.2.2. Espécies
- 9.2.3. Extinção do penhor
- 9.2.4. Do penhor rural
- 9.2.5. Do penhor industrial e mercantil
- 9.2.6. Do penhor dos direitos e de títulos de crédito
- 9.2.8. do penhor legal
- 9.3. DA HIPOTECA
- 9.3.1. Conceito e características
- 9.3.2. Objeto
- 9.3.3. Espécies
- 9.3.4. Direito de remição
- 9.3.5. Perempção
- 9.3.6. Extinção da hipoteca
- 9.4. DA ANTICRESE
- 9.1. Conceito e características

## AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Para que isso ocorra, os seguintes critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem, são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) auto-avaliação;
- h) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

AGRIÃO, Renan; DIAS, Wagner Inácio; FRANCESCET, Júlio César; DIREITO CIVIL - Volume único - Na medida certa para concursos. Salvador: Juspodivm, 2023.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Novo Curso de Direito Civil - Direitos Reais. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819272> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816334> (Biblioteca Virtual)

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/812471> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense. 2022.

AZEVEDO, A. V. Curso de Direito Civil 5 - Direito das Coisas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/646397> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. Direito Civil Esquematizado®. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/813242> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

GOUVÊA, J. R. F.; FONSECA, J. F. N. D.; BONDIOLI, L. G. A.; NEGRÃO, T. Código Civil e Legislação Civil em Vigor. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820196> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.15, abr-jun. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.16, jul-set. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO EMPRESARIAL I	DIR – 041	Obrigatória	6º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	54 horas		06 horas		60 horas
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Profa. Me. Luciana Teixeira Medeiros</b>					
<b>EMENTA</b>					
Teoria geral do direito empresarial. Origem, fontes, conceito. e histórico. Autonomia. Problemas e temas relevantes. Empresário e empresa. Sociedades personificadas e não personificadas. Estabelecimento. Institutos complementares do direito de empresa. Dissolução das sociedades. Sociedade Anônima.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Fornecer aos alunos uma visão global sobre a interferência do Direito na atividade empresarial;</li><li>- Preparar o aluno para a realidade do direito, consubstanciada no enfrentamento das questões essenciais da pedopédica jurídica.</li></ul>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Proporcionar ao aluno de Direito Comercial o conhecimento do regime jurídico aplicável à exploração da atividade mercantil através dos diversos tipos societários reconhecidos pelo Novo Código Civil e legislação societária especial, habilitando-o a manejar os conhecimentos basilares relativos à atividade comercial.</li><li>- Despertar a curiosidade científica para a pesquisa sobre temas relacionados à disciplina, a fim de capacitar o aluno para o estudo e a aplicação ética e criativa dos institutos, princípios e regras do Direito Comercial.</li></ul>					
<b>METODOLOGIA</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, google class, drive etc.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **I UNIDADE:**

1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL
  - 1.1. O Direito Empresarial
    - 1.1.1. Síntese histórica.
    - 1.1.2. Objeto
    - 1.1.2. Origem
    - 1.1.3. Fontes
    - 1.1.4. Princípios norteadores
  - 1.2. As teoria dos atos de comércio e da empresa
  - 1.3. Direito comercial e Direito Empresarial
  - 1.4. Alterações introduzidas pelo Novo Código Civil de 2002
2. DO EMPRESÁRIO
  - 2.1. Empresário
  - 2.2. Caracterização do empresário unipessoal
  - 2.3. Capacidade jurídica
  - 2.4. Ausência de impedimento legal
  - 2.5. Exercício profissional
  - 2.6. Regime peculiar da insolvência
  - 2.7. Registro
  - 2.8. Microempresas
  - 2.8. Perda da qualidade de empresário
3. DO REGISTRO
  - 3.1. Finalidade
  - 3.3. Competência da Junta Comercial
  - 3.4. Atribuição da Junta Comercial
  - 3.5. Arquivamento
  - 3.6. Modificação de atos constitutivos
  - 3.6. Controle de escrituração
  - 3.9. Publicidade dos atos
  - 3.10. Matrícula
4. ESCRITURAÇÃO
  - 4.1. Obrigação da escrituração
  - 4.2. Sistemas
  - 4.3. Exibição administrativa e judicial
  - 4.4. Balanços
  - 4.5. Outros documentos necessários
5. NOME EMPRESARIAL



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 5.1. Noção
- 5.2. Firma
- 5.3. Nome da sociedade empresária
- 5.4. Proteção ao nome empresarial
- 5.5. Exclusividade
- 5.6. Concorrência
- 5.7. Alienabilidade do nome
- 5.8. Perda do nome
- 5.9. Nome e marca
- 6. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

- 6.1. Conceito
- 6.2. Sinais distintivos
- 6.3. Título do estabelecimento
- 6.4. Ponto do negócio
- 6.5. Renovatória de aluguel
- 6.6. Aviamento
- 6.7. Clientela
- 6.8. Trespasse
- 6.9. Estabelecimento e falência

## **II UNIDADE:**

### **1. SOCIEDADE EMPRESÁRIA**

- 1.1. Regime jurídico da sociedade empresária
  - 1.1.1 Disciplina legal
  - 1.1.2. Princípios da sociedade empresária
    - 1.1.2.1. Constituição
  - 1.1.3. Controle social
  - 1.1.4. Registro
  - 1.1.5. Direito e obrigações dos sócios
- 1.2. Classificação das sociedades empresárias
  - 1.2.1. Quanto à natureza do ato constitutivo
  - 1.2.3. Quanto à responsabilidade social
  - 1.2.4. Quanto à competência econômica
- 1.3. Sociedade de objeto misto
- 1.4. Sociedade dependentes de autorização.
- 1.5. Sociedade empresárias no Código Civil de 2002
- 1.6. Resolução
- 1.7. Dissolução judicial
- 1.8. Prorrogação
- 1.9. Liquidação
- 1.10. Pagamento de pessoal
- 1.11. Partilha do ativo

## **III UNIDADE:**

### **2. TIPOS SOCIETÁRIOS PREVISTOS NO NOVO CÓDIGO CIVIL**

#### **2.1. SOCIEDADE EM NOME COLETIVO**

- 2.1.1 Conceito.
- 2.2.2. Disciplina legal.
- 2.2.3. Responsabilidade dos sócios
- 2.2.4. Administração da Sociedade
- 2.2.5. Execução de quotas sociais
- 2.3.6. Dissolução da sociedade

#### **2.3. SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES**

- 2.3.1. Ato constitutivo



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 2.3.2. Categorias de sócios
- 2.3.3. Direitos e obrigações dos sócios
- 2.3.4. Dissolução da sociedade
- 2.4. SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO
  - 2.4.1. Constitutivo
  - 2.4.2. Categorias de sócios
  - 2.4.3. Cessão de bens dos sócios participantes
  - 2.4.4. Falência de sócio ostensivo e de sócios participantes
  - 2.4.5. Liquidação da sociedade
- 2.5. SOCIEDADE LIMITADA
  - 2.5.1. Limitação da responsabilidade dos sócios
  - 2.5.3. Contrato social
  - 2.5.4. Nome empresarial
  - 2.5.5. Legislação
  - 2.5.7. Quotas e capital social
  - 2.5.8. Administração da sociedade
  - 2.5.9. Deliberação dos sócios
  - 2.5.10. Conselho fiscal
  - 2.5.11. Aumento e redução do capital social
  - 2.5.12. Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários
  - 2.5.13. Dissolução da sociedade
- 2.6. SOCIEDADE ANÔNIMA
  - 2.6.1. Conceito. Disciplina legal (Lei n. 6.404/76). Desenvolvimento histórico
  - 2.6.2. Nomenclatura. Características
  - 2.6.3. Objeto social.
  - 2.6.4. Exercício social: O balanço patrimonial. Lucros e prejuízos. Reservas. Dividendos. Bonificações
  - 2.6.5. Ações: a) Forma; b) Espécie; c) Classes
  - 2.6.6. O acionista: Direitos e obrigações
  - 2.6.7. Os Direitos da minoria societária
  - 2.6.8. O acionista controlador.
  - 2.6.9. Classificação das sociedades anônimas. Responsabilidade dos sócios. órgãos sociais. Assembléias Gerais. Conselho de Administração. Diretoria. Conselho Fiscal.
  - 2.6.10. Dissolução. Liquidação. Extinção.
  - 2.6.10. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão
- 2.7. SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES
  - 2.7.1. Ato constitutivo
  - 2.7.2. Capital social
  - 2.7.3. Espécies de ações
  - 2.7.4. Categorias de acionistas
  - 2.7.5. Assembléia geral
  - 2.7.6. Nomeação
  - 2.7.7. Destituição de acionistas comanditados diretores e responsabilidade
- 2.8. SOCIEDADE EM COMUM (irregular ou de fato)
  - 2.8.1. Prova da existência;
  - 2.8.2. Responsabilidade dos representantes;
  - 2.8.3. Patrimônio especial



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 3. MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

#### 3.1. Conceito

3.2. Do enquadramento, desenquadramento e reenquadramento como ME e EPP

3.3. Regime Previdenciário e Trabalhista

3.4. Apoio ao crédito e desenvolvimento empresarial

3.5. Exigências Tributárias – SIMPLES

### 4. TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

4.1. Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica da Empresa

4.2. Finalidade

4.3. Condição para a aplicação da teoria – *offshore company*

4.4. Dispositivos legais que tratam da teoria na legislação brasileira

4.5. Aspectos processuais

## AVALIAÇÃO

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

a) compreensão dos conteúdos e conceitos;

b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;

c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;

d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;

e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

a) provas escritas individuais;

b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;

c) elaboração e participação de seminários;

d) elaboração de trabalho de pesquisa;

e) trabalhos individuais orais;

f) fichamentos;

g) reescrita dos textos;

h) produção escrita individual e coletiva;

i) debates e rodas de conversa;

J) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 2017.

VIDO, E. Curso de Direito Empresarial. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818417> (Biblioteca Virtual)

SACRAMONE, M. Manual de Direito Empresarial. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818437> (Biblioteca Virtual)

NOGUEIRA, R. J. N. Curso de Direito Comercial e de Empresa. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816458> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHAGAS, E. E. D.; LENZA, P. Direito Empresarial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818208> (Biblioteca Virtual).

TEIXEIRA, T. Direito Empresarial Sistematizado. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818429> (Biblioteca Virtual)

CAMPINHO, S. Curso de Direito Comercial. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818226> (Biblioteca Virtual)

TOMAZETTE, M. Teoria Geral e Direito Societário. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818232> (Biblioteca Virtual)

ASCENSAO, J. O.; SANTOS, M. J. P. D.; JABUR, W. P. Direito Autoral. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/745345> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 993, julho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 994, agosto. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 995, setembro. 2018



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO ADMINISTRATIVO I	DIR – 040	Obrigatória	6º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	54 horas		06 horas		60 horas
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Prof. Me. Josewal Menezes Mendes</b>					
<b>EMENTA</b>					
<p>Direito Administrativo: conceito, campo de aplicação, relação com os demais ramos do direito. Fontes do direito administrativo. Regime jurídico-administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Administração pública. Poderes da Administração Pública. Órgãos públicos: teorias, classificação. Administração direta e indireta. Descentralização. Autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços públicos. Intervenção do Estado no domínio econômico. Atos administrativos: atributos, elementos e classificação, espécie, extinção do ato administrativo.</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<p>Adquirir conhecimento do Direito Administrativo, a partir da análise de seus princípios basilares, categorias jurídicas, institutos e regras, procurando contextualizá-lo no âmbito da legislação, doutrina, da jurisprudência e do direito comparado. O estudo inclui uma visão lógico-formal e prática da realidade que encontrará no desenrolar da vida profissional.</p>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Ensejar o incentivo à pesquisa e à elaboração de monografia sobre temas relacionados à disciplina, a fim de contribuir, de maneira criativa e ética, para o estudo e aplicação do Direito Administrativo.</li><li>2. Enfocar a interferência das normas e princípios constitucionais na atividade administrativa.</li><li>3. Discutir a evolução do Direito Administrativo, a partir da análise dos aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos.</li><li>4. Adquirir uma visão científica e geral da estrutura e organização dos órgãos do Estado.</li></ol>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

5. Analisar as funções típicas e atípicas dos órgãos independentes.
6. Estudar a organização e funcionamento da administração direta e indireta.
7. Explicar as atividades e áreas de intervenção do Estado na economia.
8. Analisar a importância das entidades paraestatais e do terceiro setor na área social.
9. Proporcionar o conhecimento básico do ato administrativo, procurando oferecer ao aluno uma visão profunda através da utilização da legislação, da jurisprudência e da doutrina pátria e estrangeira.

### **METODOLOGIA**

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, google class, drive etc.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

- O DIREITO ADMINISTRATIVO
  - Direito Público e do Direito Privado.
  - Conceito de Direito Administrativo.
  - Relações com outros ramos do Direito e com as Ciências Sociais.
  - Fontes do Direito Administrativo.
  - A codificação do Direito Administrativo.
  - Interpretação do Direito Administrativo.
  - Evolução do Direito Administrativo.
  - O Direito Administrativo no Brasil.
  - Sistemas administrativos.
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  - Administração e Governo
  - Administração Pública em sentido estrito.
  - Administração Pública em sentido objetivo.
    - Fomento
    - Serviço Público



- Intervenção do Estado no domínio econômico
- Poder de Polícia
- Administração Pública em sentido subjetivo.
- Administração pública na evolução constitucional do Estado brasileiro (da Constituição de 1824 até a Constituição de 1988)
- REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO
  - Regimes público e privado na Administração Pública.
  - Regime jurídico-administrativo.
    - Conceito jurídico de interesse público.
    - Conteúdo do regime jurídico-administrativo.
    - Valor metodológico da noção de regime administrativo.
- PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  - Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
  - Princípio da legalidade.
  - Princípio da finalidade.
  - Princípio da razoabilidade.
  - Princípio da motivação.
  - Princípio da impessoalidade.
  - Princípio da publicidade.
  - Princípio do devido processo legal e da ampla defesa.
  - Princípio da moralidade administrativa.
  - Princípio do controle judicial dos atos administrativos.
  - Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos.
  - Princípio da eficiência.
  - Princípio da segurança jurídica.
- PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  - Poder vinculado.
  - Poder discricionário.
  - Poder hierárquico.
  - Poder disciplinar.
  - Poder regulamentar.



- **USO E ABUSO DE PODER**
  - Conceito de abuso de poder
  - Repressão ao abuso de poder
  - Responsabilidade por atos de abuso de poder
- **DEVERES DO AGENTE PÚBLICO**
  - Dever de agir
  - Dever de eficiência
  - Dever de probidade
  - Dever de prestar contas
- **PODER DE POLÍCIA**
  - Conceito.
  - Polícia administrativa e judiciária.
  - Características.
  - Limites.

## **II UNIDADE:**

- **ÓRGÃOS PÚBLICOS**
  - Teorias sobre as relações do estado com os agentes.
  - Conceito.
  - Natureza.
  - Classificação.
- **CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.**
  - Desconcentração.
  - A hierarquia e os poderes do hierarquia.
  - O controle.
  - Distinção entre desconcentração e descentralização.
- **FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.**
  - **AUTARQUIA**
    - Conceito.
    - Regime jurídico.
    - Relações com terceiros.



- Relações internas.
- Autarquias de regimes especiais ou sob regime especial.
- Associações públicas
- Agências executivas.
- Agências reguladoras.
- Consórcio público
- FUNDAÇÕES
  - Conceito legal.
  - Natureza das fundações públicas.
- EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
  - Conceito de empresa pública.
  - Conceito de sociedade de economia mista.
  - As diferenças entre empresas públicas e sociedade de economia mista.
  - Espécies de empresas públicas e de sociedade economia mista.
  - Empresas estatais e concessão de serviço público.
  - O regime jurídico das empresas estatais.
  - Relações com terceiros.
  - Relações internas
- 6. REFORMA ADMINISTRATIVA
  - ENTIDADES PARAESTATAIS
    - Serviços sociais autônomos.
    - Entidades de apoio.
    - Organizações sociais.
    - Organização da sociedade civil de interesse público.
- III UNIDADE:
  - ATOS ADMINISTRATIVOS.
    - Noções gerais.
    - Atos da Administração e atos administrativos.
    - Conceito de ato administrativo.
    - Perfeição, validade e eficácia.
    - Requisitos do ato administrativo.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Elementos do ato administrativo.
- Conteúdo.
- Forma.
- Pressupostos do ato administrativo.
- Pressuposto de existência.
- Pressuposto de validade.
- O silêncio no Direito Administrativo.
- Atributos do ato administrativo.
- Classificação dos atos administrativos.
- Vinculação e discricionariedade.
  - As Hipóteses Típicas de Discricionariedade
  - Limites à Discricionariedade
- Atos administrativos em espécie.
- Extinção dos atos administrativos.
- Revogação.
- Invalidez dos atos administrativos.
- Regime jurídico dos atos inexistentes, nulos e anuláveis.
- Diferenças entre revogação e invalidação.
- **CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
  - Conceito
  - Espécies
  - Controle administrativo
  - Controle legislativo
  - Controle judicial

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) elaboração e participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) reescrita dos textos;
- h) produção escrita individual e coletiva;
- i) debates e rodas de conversa;

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense. 2023.

MAZZA, A. Manual de Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818248> (Biblioteca Virtual)

FILHO, R. D. S. C. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794284> (Biblioteca Virtual)

ARAÚJO, E. N. D. Curso de Direito Administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/627694> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAUJO, Edmir Netto de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraivajur. 2018.

CUNHA JÚNIOR. Dirley da. Curso de Direito Administrativo. 20ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.

ALMEIDA, F. B. D. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/798445> (Biblioteca Virtual)

BORDALO, R. Os Órgãos Colegiados no Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580429> (Biblioteca Virtual)

SCHIRATO, V. R. Linha Doutrina - as Empresas Estatais no Direito Administrativo Econômico Atual. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580042> (Biblioteca Virtual)



### PERIÓDICOS

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 83, jan-mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,  
n. 84, abr-jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,  
n. 85, jul-set. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,  
n. 87, jan-mar. 2023.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DIR-038		6º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Teoria Geral do Processo	54		6		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>JOÃO ALBERTO FACÓ JUNIOR</b>					
<b>EMENTA</b>					
Introdução ao direito processual do trabalho. Organização da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Ações trabalhistas. Dissídio individual: procedimento, recursos. Procedimentos Especiais. Medidas cautelares. Liquidação de sentença. Execução.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
- Apreender e dominar conhecimentos do programa, e ser capaz de articulá-los, de forma lógica e argumentativa, para o exercício diário da profissão.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propiciar ao aluno o embasamento teórico necessário à instrumentalização das ferramentas processuais na Justiça do Trabalho, tanto em âmbito de dissídios individuais quanto coletivo.</li> <li>- Despertar a curiosidade científica do aluno para a pesquisa sobre temas relacionados à disciplina, a fim de habilitá-lo para o estudo crítico, ético e reflexivo do Direito do Trabalho.</li> </ul>					
<b>METODOLOGIA</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas expositivas e participativas;</li> <li>- Discussão de textos de doutrina e de jurisprudência;</li> <li>- Trabalhos de pesquisa apresentados em forma de seminário</li> <li>- Seminários com debates entre alunos</li> <li>- Visitas orientadas.</li> <li>- Pesquisas orientadas e apresentação, oral e escrita, dos resultados obtidos.</li> <li>- Análise de casos concretos através da leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.</li> <li>- Fichamentos, resumos e resenhas de textos jurídicos.</li> </ul>					



## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO PROCESSO TRABALHISTA

- 1.1. Conceito de Direito Processual do Trabalho
- 1.2. Autonomia científica
- 1.3. Princípios
- 1.4. Peculiaridades e técnicas

#### 2. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 2.1. Jurisdição e competência
- 2.1.2. Competência em razão da matéria e a pessoa
- 2.1.3. Competência territorial das Varas do Trabalho

#### 3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- 3.1. Princípios institucionais
- 3.2. Ministério Público do Trabalho

#### 4. ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS

- 4.1. Atos processuais
  - a) Conceito
  - b) Classificação
  - c) Comunicação dos atos
  - d) Publicidade
- 4.2. Prazos processuais
  - a) Contagem dos prazos
  - b) Principais prazos trabalhistas
- 4.3. Nulidades processuais
  - a) Vícios dos atos processuais
  - b) Princípios

#### 5. PARTES E PROCURADORES

- 5.1. Partes
  - a) Conceito
  - b) Denominação
  - c) Capacidade
  - d) *Jus postulandi*
  - e) Representação e Assistência
- 5.2. Mandato tácito
- 5.3. Assistência Judiciária
- 5.4. Substituição processual
- 5.5. Sucessão processual
- 5.6. Horários advocatícios

#### DISSÍDIO INDIVIDUAL

- 6.1. PROCIMENTO COMUM
  - 6.1.1. Postulação do autor
  - 6.1.2. Atos intermediários de órgão auxiliares da Justiça
  - 6.1.3. Resposta do réu
  - 6.1.4. Provas
  - 6.1.5. Audiência
  - 6.1.6. Sentença
- 6.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO



- 6.2. PROCEDIMENTO SUMÁRIO
- 7. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

**II UNIDADE:**

**RECURSOS TRABALHISTAS**

- 7.1. Conceito e natureza jurídica
- 7.2. Princípios recursais
- 7.3. Peculiaridades recursais
- 7.4. Efeitos dos recursos
- 7.5. Juízos de admissibilidade
- 7.6. Pressupostos recursais objetivos e subjetivos

**RECURSOS EM ESPÉCIES**

- 8.1. Recurso ordinário
- 8.2. Embargos de declaração
- 8.3. Agravo de petição
- 8.4. Recurso de revista
- 8.5. Agravo regimental
- 8.6. Embargos
- 8.7. Recurso adesivo
- 8.9. Recurso extraordinário
- 8.10. Pedido de revisão
- 8.11. Reclamação correicional

**III UNIDADE:**

**EXECUÇÃO TRABALHISTA**

- 9.1. Legitimidade
- 9.2. Responsabilidade patrimonial do devedor
- 9.3. Títulos executivos trabalhistas judiciais e extrajudiciais
- 9.4. Execução provisória e definitiva
- 9.5. Liquidação da sentença
- 9.6. Execução por quantia certa contra devedor solvente-processamento
- 9.7. Execução contra massa falida
- 9.8. Execução de contribuição previdenciária
- 9.9. Execução contra a Fazenda Pública

**PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

- 10.1. Ação rescisória
- 10.2. Mandado de segurança
- 10.3. Ação civil pública

**DISSÍDIO COLETIVO**

- 11.1. Dissídio coletivo
- 11.2. Sentença normativa
- 11.3. Dissídio coletivo no serviço público

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
TRABALHO	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do processual trabalho. São Paulo: Atlas. 2023.

LEITE, C. H. B. Curso de Direito Processual do Trabalho. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820221> (Biblioteca Virtual)

FILHO, R. P.; SOUZA, T. R. P. Curso de Direito Processual do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785424> (Biblioteca Virtual)

LENZA, P.; ROMAR, C. T. M. Direito Processual do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/791544> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Amador Paes de. CLT Comentada. 10ª ed. São Paulo: Saraivajus. 2022.

SALES, Fernando Augusto De Vita Borges de. Manual de Processo do Trabalho. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182497> (Biblioteca Virtual)

ALMEIDA, Ronald Silka de. Prática trabalhista: elementos para a produção de peças processuais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193281> (Biblioteca Virtual)

PEREIRA, L. Manual de Processo do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/723555> (Biblioteca Virtual)



ALMEIDA, A. P. D. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/725107> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 279, maio. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO PENAL IV	DIR - 037	Obrigatória	6º	2023.1	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
DIREITO PENAL I	54H		6H		60H
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>TUANY SANDE CARDOSO</b>					
<b>EMENTA</b>					
Direito Penal Especial. Contravenções penais. Direito penal Militar. Direito penal econômico. Direito penal ambiental. Estudo da legislação penal especial: tóxicos, segurança nacional, imprensa, abuso de autoridade, crime hediondo.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Compreensão pelo aluno, ao final do semestre, dos conteúdos supracitados.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
1) Conhecer e criticar os fundamentos filosóficos, teóricos, constitucionais e históricos das sanções penais e das suas funções declaradas e latentes (Penologia); 2) conhecer as sanções penais aplicáveis no âmbito do Direito Penal brasileiro; 3) conhecer e exercitar a técnica de aplicação das sanções penais conforme as normas penais brasileiras; 4) conhecer os aspectos relacionados à execução penal e à reabilitação criminal, com ênfase aos institutos disciplinados no Código Penal brasileiro; 5) conhecer os aspectos principais relacionados à ação penal; e 6) conhecer os aspectos relacionados à punibilidade e às causas de extinção da punibilidade.					
<b>METODOLOGIA</b>					



O curso terá o conteúdo explorado através de aulas expositivas abertas ao debate. Para tanto, recomendar-se-á aos alunos que tenham uma prévia leitura dos textos sugeridos em sala de aula. Sobretudo, durante a vivência acadêmica em nossa Faculdade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Crimes contra a Dignidade Sexual.
2. Crimes contra a Família: Crimes contra a Incolumidade Pública.
3. Crimes contra a Administração Pública.
  - 3.1. Considerações gerais: Bem jurídico tutelado. Elementos do tipo: objetivos, subjetivos e normativos. Sujeitos do delito. Classificação do delito. Consumação e tentativa. Questões controvertidas- entendimento dos Tribunais Superiores.
  - 3.2. Crimes praticados por Funcionário Público Conceito de funcionário público para efeitos penais.
  - 3.3. Crimes praticados por particular contra a Administração Pública.
  - 3.4. Crimes contra a Administração da Justiça.
4. Legislação Penal Especial: Lei de Crimes Hediondos e equiparados (Lei n.8072/1990) 7. Lei de Tortura (Lei n.9455/1997). 8. Lei de Drogas. Lei n. 11.343/2006. 9. Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 4898/65). 10. Lei Maria da Penha - Crimes de violência doméstica contra a mulher (Lei n.11340/2006).

**AVALIAÇÃO****1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO SUBJETIVA INDIVIDUAL	10,0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO MISTA (OBJETIVA E SUBJETIVA)	5,0
ELABORAÇÃO DE PETIÇÃO (CASO CONCRETO)	5,0

**3º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO OBJETIVA INDIVIDUAL	4,0
AUDIÊNCIA SIMULADA	6,0

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

AZEVEDO, Marcelo André de; SALIM, Alexandre. SINOPSES PARA CONCURSOS - V.2 - DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL. Salvador: Juspodivm, 2023.

BITENCOURT, C. R. Tratado de Direito Penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818262> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, V. E. R. Curso de Direito Penal - Parte Especial - Arts. 184 a 359-h. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820414> (Biblioteca Virtual)

JUNIOR, J. P. B.; LENZA, P.; GONÇALVES, V. E. R. Legislação Penal Especial Esquematizado®. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820202> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BITTENCOURT, Cezar Romero. *Tratado de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2023.

DELMANTO, Celso. *Código penal comentado*. 10ª ed. São Paulo: Saraivajur, 2022.

GRECO, Rogério. *Direito Penal: Parte Geral*. Niterói: Ímpetus. 2009.

ESTEFAM, A.; MORAES, A. R. A. D.; VASCONCELOS, C.; CAPEZ, F.; BECHARA, F. R.; SMANIO, G. P.; DEZEM, G. M.; JUNQUEIRA, G.; FABRETTI, H. B.; MILEO, L.; SARRUBBO, M.; LOPES, M. T.; CAMPOS, P. F. D.; PARDAL, R.; VALLE, S.; GONCALVES, V. E. R. *Direito Penal Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/784805> (Biblioteca Virtual)

RODRIGUES, Cristiano. *Manual de direito penal*. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193517> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Ambiental. São Paulo, Thomson Reuters, n. 89, jan-mar. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 90, abr-jun. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 91, jul-set. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 92, out-dez. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 93, jan-mar. 2019.

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.15, abr-jun. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.16, jul-set. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Processual Civil II	DIR - 039	Obrigatória	6 semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Processual Civil I	54h	0	6h		60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Me. Thaís Requião de Melo Velloso					
EMENTA					
<p>Processo de conhecimento: procedimento sumário e ordinário. Procedimentos dos juizados especiais cíveis. Petição inicial: requisitos. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Resposta do Réu: contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Provas: teoria geral, espécies. Sentença. Recursos. Teoria geral, espécies. Coisa julgada. Ação Rescisória. Uniformização da jurisprudência.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					



- ✓ Conhecer os institutos processuais existentes no Brasil.
- ✓ Desenvolver e ampliar o conhecimento dos processos e métodos que oportunizam um bom desempenho profissional nas mais variadas áreas.
- ✓ Desenvolver a capacidade de posicionamento científico diante dos acontecimentos jurídicos e sociais relacionados ao processo.

Desenvolver a pesquisa sobre temas relacionados ao Direito Processual, a fim de contribuir, de maneira criativa e ética, para a compreensão do fenômeno jurídico.

#### **METODOLOGIA**

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) apresentação de seminários;
- c) aulas dialogadas;
- d) análise de casos, debates e exercícios;
- e) leituras orientadas e fichamento;
- f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **I UNIDADE:**

- 1 – litisconsórcio e assistência;
- 2 – Das demais intervenções de terceiros;
- 3-) Processo e procedimento; petição inicial / resposta do réu / revelia.
- 4-) Do julgamento conforme o estado do processo

##### **II UNIDADE:**

- 4) Das provas: disposições gerais e espécies (depoimento pessoal, exibição, documental, testemunhal, pericial, inspeção judicial)
- 5) Da audiência: disposições gerais, conciliação e instrução.
- 6) Da sentença e da coisa julgada

##### **III UNIDADE**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 7) Das especificidades dos Juizados Especiais
- 8) Teoria Geral dos Recursos
- 9) Incidente de uniformização de jurisprudência

### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova Escrita	Valor 10

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	Valor 8
Atendimento à comunidade	Valor 2

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	Valor 8
Atendimento à comunidade	Valor 2

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- VITORELLI, Edilson. PROCESSO CIVIL ESTRUTURAL - Teoria e Prática. Salvador: Juspodivm, 2023.
- GONÇALVES, M. V. R. Curso de Direito Processual Civil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818421> (Biblioteca Virtual)
- BUENO, C. S. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820225> (Biblioteca Virtual)
- THAMAY, R. F. K. Manual de Direito Processual Civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794305> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

DIDIER Jr., Fredie. Curso de direito processual civil. Salvador: JusPODIVM, v.1. 2017.

RE, A. I. M. R.; GOMES, M. V. M. L.; GOMES, M. V. M. L. Direito Processual Civil - Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/661280> (Biblioteca Virtual)

CARVALHO, F.; GOUVÊA, J. R. F.; FONSECA, J. F. N. D.; BONDIOLI, L. G. A. Comentários ao Código de Processo Civil - Volume Xix. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785702> (Biblioteca Virtual)

VICTALINO, A. C.; BARROSO, D.; JR., M. A. A. Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/773445> (Biblioteca Virtual)

MATOS, C. E. F. D. Coleção Sinopses Jurídicas - Processo Civil - Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642175> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 993, julho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 994, agosto. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 995, setembro. 2018.



**7º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO ADMINISTRATIVO II	DIR – 047	Obrigatória	7º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
DIREITO ADMINISTRATIVO I	54 h		06 h		60 horas
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>Profa. Me. Luciana Teixeira Medeiros</b>					
EMENTA					
<p>Licitação: princípios, obrigatoriedade, formas de contratação direta, modalidades, procedimentos. Revogação e anulação. Recursos administrativos. Crimes e penas. Contrato da Administração: características, modalidades. Contrato administrativo: características, modalidades. Concessões e permissões de serviço público. Parcerias na administração pública. Terceirização, convênios e consórcios.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar ao acadêmico o conhecimento teórico/prático dos institutos, categorias, regras e princípios da disciplina.</li> <li>- Colaborar na formação de profissionais éticos e críticos, com sólida formação técnica.</li> <li>- Enfocar o Direito Administrativo a partir de uma perspectiva interdisciplinar.</li> </ul>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Procurar despertar a curiosidade científica no discente, incentivando a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos sobre temas que demandam novos paradigmas teóricos.
- Analisar o procedimento licitatório, sob a luz de seus princípios vetores, regras e legislações específicas.
- Conhecer noções básicas da teoria geral dos contratos e as especificidades dos contratos realizados pela Administração, em especial, dos contratos administrativos.
- Contextualizar as principais teorias acerca da responsabilidade extrapatrimonial do Estado, bem como as mutações em curso e as novas perspectivas teóricas.
- Estudar os bens públicos, instrumentos necessários para a concretização da função administrativa.

### **METODOLOGIA**

Levando em consideração que a sala de aula é um espaço democrático de aprendizagem, dar-se-á ênfase aos seguintes recursos metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) apresentação de seminários;
- c) aulas dialogadas;
- d) análise de casos, debates e exercícios que demandem a pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- e) realização de pesquisas sobre os principais temas de Direito Administrativo;
- g) visitação a Órgãos públicos e Instituições privadas.
- h) aulas conjuntas com professores de disciplinas afins.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

1. LICITAÇÃO
  - 1.1. Conceito
  - 1.2. Direito positivo
  - 1.3. Fundamentos
  - 1.4. Objeto
  - 1.5. Princípios
  - 1.6. Obrigatoriedade de licitação
  - 1.7. Dispensa e inexigibilidade
  - 1.8. Modalidade de licitação
  - 1.9. Procedimentos
    - 1.9.1. Procedimento da concorrência
    - 1.9.2. Procedimento da tomada de preços
    - 1.9.3. Procedimento do convite
    - 1.9.4. Procedimento do concurso
    - 1.9.5. Procedimento do leilão
    - 1.9.6. Procedimento do pregão
  - 1.10. Anulação e revogação
  - 1.11. Recursos administrativos
2. Crimes e penas

#### **II UNIDADE:**

1. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
  - 1.1. Contratos da administração
  - 1.2. O contrato administrativo
  - 1.3. Direito positivo
  - 1.4. Características dos contratos administrativos



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 1.5. Cláusulas de privilégio
- 1.6. Equação econômico-financeira
- 1.7. Formalização
- 1.8. Duração do Contrato
- 1.9. Prorrogação do Contrato
- 1.10. Inexecução do Contrato
- 1.11. Extinção do Contrato
- 1.12. Sanções administrativas
- 2.1. MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
- 2.1.1. CONTRATO DE CONCESSÃO
- 2.1.2. CONTRATOS DE OBRA PÚBLICA
- 2.1.2.1. Conceito
- 2.1.2.2. Objeto
- 2.1.2.3. Características
- 2.1.2.4. Disposições legais
- 2.1.3. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- 2.7.3.1. Conceito
- 2.7.3.2. Objeto
- 2.7.3.3. Características
- 2.7.3.4. Disposições legais
- 2.1.4. CONTRATO DE GESTÃO
- 2.1.4.1. Conceito
- 2.1.4.2. Características
- 2.1.4.3. Contrato gestão na Constituição Federal de 1988
- III UNIDADE:**
1. CONVÊNIO
- 1.2. Conceito
- 1.3. Distinção entre convênio e contrato
- 1.4. Disciplina legal
2. CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO
- 2.1. Distinção entre consórcio administrativo “comum” e consórcio administrativo “especial” (Lei n. 11.107/2005)
- 3.1. TERCEIRIZAÇÃO
- 3.2. Conceito
- 3.3. Objeto
- 3.4. Disposições legais
4. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL PATRIMONIAL DO ESTADO
- 4.1. Responsabilidade. Noções gerais
- 4.1.1. Tipos de Responsabilidade
- 4.2. Responsabilidade civil
- 4.3. Evolução
- 4.4. Direito positivo brasileiro
- 4.5. Código Civil
- 4.6. Constituição Federal
- 4.7. Aplicação da Responsabilidade Objetiva
- 4.8. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais
- 4.9. Responsabilidade do Estado por atos legislativos.

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O processo de ensino-aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Para que isso ocorra, os seguintes critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem, são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) autoavaliação;
- h) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

SILVA, José Afonso. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO - Anotações aos artigos da lei 14.133, de 1º.4.2021. Salvador: Juspodivm, 2023.

LAMOUNIER, D.; OLIVEIRA, M. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785857> (Biblioteca Virtual)

MAZZA, A. Manual de Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818248> (Biblioteca Virtual)

ALMEIDA, F. B. D. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/798445> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Pareceres de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015.

BITENCOURT, C. R. Direito Penal das Licitações. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/781234> (Biblioteca Virtual)

COUTO, R.; CAPAGIO, A. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/775227> (Biblioteca Virtual)

VELLOSO, L. Direito Administrativo para Exame da OAB 2ª Fase. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/646404> (Biblioteca Virtual)



STOBER, R. Direito Administrativo Econômico Geral - Série IDP. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/582787> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 998, dezembro. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 999, janeiro. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO ELEITORAL	DIR – 069	Obrigatória	7º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	36 horas		04 horas		40 horas

### PROFESSOR RESPONSÁVEL

**Profa. Me. Luciana Teixeira Medeiros**

### EMENTA

Direito eleitoral brasileiro. Sistema eleitoral na constituição. Fontes e conceitos do direito eleitoral. Organização judiciária eleitoral. Alistamento eleitoral. Registro de candidatos. Propaganda política. Medidas preliminares à votação e apuração. Votação. Apuração. Diplomação. Recursos eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo. Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral.

### OBJETIVO GERAL

Oferecer ao acadêmico o estudo do Direito Eleitoral, abordando princípios, características, jurisprudência, doutrina, legislação, servindo-se para tanto de metodologia e bibliografia abaixo especificadas.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar a evolução histórica, fontes, princípios do Direito Eleitoral.
- Conhecer e analisar a legislação eleitoral no Brasil, procurando estabelecer um paralelo com os sistemas jurídicos estrangeiros.
- Procurar estabelecer relação entre Direito Eleitoral e sociedade democrática.
- Enfocar a função social da Justiça Eleitoral no processo democrático.
- Fomentar a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos, no intuito precípua de habilitar o aluno para uma visão plural e integrada do Direito.



## METODOLOGIA

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos metodológicos:

- a) aulas discursivas e participativas, com discussão de textos de doutrina e de jurisprudência previamente distribuídos;
- b) dinâmica de grupo com debates em grupos de alunos;
- c) haverá apresentação de vídeos, com discussão crítica;
- d) leituras orientadas e fichamentos de textos.
- e) seminários;
- f) análise de casos;
- g) pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação oral e escrita da pesquisa;
- h) discussões críticas sobre o direito positivo, doutrina e jurisprudência;
- i) apresentação de vídeos, com discussão crítica.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE

1. DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO
  - 1.1. Noções gerais.
  - 1.2. Fontes.
  - 1.3. Histórico do direito eleitoral no Brasil.
  - 1.4. Conceitos Básicos: federação, soberania, voto.
  - 1.5. Sistemas de representação e de governo.
2. SOBERANIA POPULAR.
  - 2.1. Sufrágio universal.
  - 2.2. Voto direto e secreto.
  - 2.3. Plebiscito e referendo.
  - 2.4. Iniciativa popular.
3. DIREITO ELEITORAL NO BRASIL.
  - 3.1. Princípios Constitucionais.
  - 3.2. Sistemas Eleitorais.
4. LEGISLAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL.
  - 4.1. Quadro evolutivo da legislação eleitoral.



4.2. Constituição 1891, 1937, 1946, 1967 (1969), 1988.

5. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

5.1. Lei n.º 9.504/97 – Eleições.

5.2. Código Eleitoral.

## **II UNIDADE:**

1. DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL:

1.1. Tribunal Superior Eleitoral;

1.2. Tribunal Regional Eleitoral;

1.3. Juízes eleitorais;

1.4. Juntas eleitorais.

2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

3. DOS DIREITOS POLÍTICOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

3.1. Condições de elegibilidade e de inelegibilidade.

3.2. Disciplina constitucional.

3.3. Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/90.

4. ALISTAMENTO ELEITORAL.

5. DA CANDIDATURA:

5.1. Registro.

5.2. Elegibilidade.

5.3. Impugnação do mandato eletivo: ação, cabimento, rito.

6. PERDA OU SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.

## **III UNIDADE:**

1. DOS PARTIDOS POLÍTICOS.

1.1. Partidos políticos na CF/88.

1.2. Partidos políticos na Lei 9.096/95.

1.3. Das coligações dos partidos.

2. PROPAGANDA ELEITORAL E PESQUISAS ELEITORAIS.

3. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS.

3.1. Arrecadação de recursos.

3.2. Prestação de contas.

4. DAS ELEIÇÕES.

4.1. Encerramento da votação.

4.2. Apuração.

4.3. Nulidades da votação.

5. DA FISCALIZAÇÃO.

6. DA DIPLOMAÇÃO.

7. DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL.

7.1. Procedimento.

7.2. Dos recursos



8. DOS CRIMES ELEITORAIS.

9. A REFORMA POLÍTICA

#### AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Portanto, os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) autoavaliação;
- h) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

VELLOSO, C. M. D. S.; AGRA, W. D. M. Elementos de Direito Eleitoral. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/812723> (Biblioteca Virtual)

VASCONCELOS, C. Direito Eleitoral. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/800225> (Biblioteca Virtual)

CASTRO, Edson de Resende. Curso de direito eleitoral. 11. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203829> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ZILIO, R. L. Lei da Ficha Limpa e Probidade Administrativa (série Direito Eleitoral). São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/807647> (Biblioteca Virtual)

ROLLO, A. Direito Processual Eleitoral - Parte 1. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/803358> (Biblioteca Virtual)

NEPOMUCENO, Luciana Diniz et al. Aspectos polêmicos e atuais do Direito Eleitoral. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191654>



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

(Biblioteca Virtual)

BORN, Rogério Carlos. Direito eleitoral. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186401> (Biblioteca Virtual)

BORN, Rogério Carlos. Panorama do Direito Eleitoral e Partidário. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184993> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1000, fevereiro. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1001, março. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO CIVIL V - FAMÍLIA	DIR – 043	Obrigatória	7º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
DIREITO CIVIL I	54 horas		06 horas		60 horas
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Me. Leandro Carvalho Sanson					
EMENTA					
<p>Função social da família. Direito de Família: noções, origem e evolução. A família e a sociedade. As famílias contemporâneas. A família na Constituição de 1988. Parentesco, filiação, reconhecimento de filhos, alimentos, adoção. Poder familiar. Casamento, habilitação, celebração, impedimentos e causas suspensivas para o casamento, provas, invalidade do casamento e efeitos. Dissolução da sociedade conjugal. Das relações de parentesco. Regime de bens. Dos alimentos. Do bem de família. União estável. Tutela e Curatela.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>- Familiarizar-se com os institutos de Direito de Família, ressaltando as características especiais do Direito matrimonial e assistencial e os aspectos patrimoniais e extrapatrimoniais das relações familiares e conjugais.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<p>- Comparar a sociedade conjugal com a sociedade de fato, analisando as consequências jurídicas.          - Fomentar a realização de pesquisa e trabalhos científicos sobre temas da disciplina, com o intuito de encorajar o aprofundamento do conhecimento científico incentivando a procura de soluções jurídicas criativas e éticas para os problemas sociais no âmbito familiar.          - Despertar o aluno para a problemática da família, habilitando-o para uma atuação ética e consciente, que leve sempre em consideração o bem estar dos filhos e as condições psicológicas do casal.</p>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, gloop class, drive etc.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### I UNIDADE:

##### 1. DIREITO DE FAMÍLIA

- 1.1. Definição
- 1.2. Caracteres do Direito de Família
- 1.3. Relações jurídicas

##### 2. Princípios do direito de família

- 2.1. Princípios basilares na Constituição Federal de 1988
- 2.2. Princípios norteadores previstos no Código Civil de 2002

##### 2. DO CASAMENTO

- 2.1. Conceito
- 2.2. Natureza jurídica
- 2.3. Processo de habilitação
- 2.4. Capacidade para o casamento
- 2.5. Impedimentos matrimoniais
- 2.6. Causas suspensivas
- 2.7. Oposição dos impedimentos e das causas suspensivas
- 2.8. Celebração de casamento
- 2.9. Celebração de casamento perante a autoridade consular
- 2.10. Celebração "in esgrimes" ou em articulo "mortis" ou nuncupativo
- 2.11. Casamento religioso com efeitos civis
- 2.12. Provas do casamento
- 2.13. Casamento inexistente
- 2.14. Nulidade e inexistência
- 2.15. Casamento nulo
- 2.16. Casamento anulável
- 2.17. Anulabilidade do casamento por erro essencial
- 2.18. Ação de nulidade e de anulação de casamento
- 2.19. Efeitos da decretação de nulidade ou anulação de casamento
- 2.20. Casamento putativo

##### 3. DEVERES CONJUGAIS

- 3.1. Introdução
- 3.2. Dever de fidelidade
- 3.3. Dever de coabitação
- 3.4. Dever de mútua assistência
- 3.5. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos
- 3.6. Dever de respeito e considerações mútuos
- 3.7. Dever da sociedade conjugal
- 3.8. Direção da sociedade conjugal



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 3.9. Restrições à liberdade patrimonial dos cônjuges

#### 4. REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES

- 4.1. Conceito
- 4.1. Espécies
- 4.3. Pacto antenupcial
- 4.4. Regimes legais
- 4.5. Princípios
- 4.6. Regime de separação de bens
- 4.7. Regime de comunhão parcial
- 4.8. Regime comunhão universal
- 4.9. Regime de participação final dos aqüestros

#### 5. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

- 5.1. Introdução
- 5.2. Causas-remédio e causas-sanção
- 5.3. Legitimidade ativa – foro competente
- 5.4. Espécies de separação judicial
- 5.5. Separação judicial por mútuo consentimento ou amigável ou consensual
- 5.6. Separação litigiosa ou separação-sanção
- 5.7. Separação por ruptura ou falência
- 5.8. Separação-remédio
- 5.9. Cláusulas de dureza
- 5.10. Efeitos da separação
- 5.11. Reconciliação
- 5.12. Divórcio
- 5.13. Divórcio por conversão
- 5.14. Divórcio direto
- 5.15. Efeitos do divórcio

#### **II UNIDADE:**

##### 1. DA UNIÃO ESTÁVEL

- 1.1. Introdução
- 1.2. Conceito
- 1.3. Espécies
- 1.4. Efeitos da união estável
- 1.5. Meação
- 1.6. Alimentos
- 1.7. Direitos sucessórios
- 1.8. Nome
- 1.9. Conversão da união estável em casamento
- 1.10. Competência da vara de família
- 1.11. A partilha dos bens no concubinato adulterino e incestuoso

##### 2. DO PARENTESCO

- 2.1. Introdução
- 2.2. Espécies de parentesco
- 2.3. Contagem de graus
- 2.4. Afinidade

##### 3. DA FILIAÇÃO

- 3.1. Conceito
- 3.2. A presunção pater is est quem justae nuptia demonstrant
- 3.3. Ação negatória de paternidade
- 3.4. Ação negatória de filiação
- 3.5. Prova de filiação

##### 4. DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS



- 4.1. Conceito
- 4.2. Espécies
- 4.3. Formas de reconhecimento voluntário
- 4.4. Capacidade para o reconhecimento
- 4.5. Características
- 4.6. Efeitos do reconhecimento
- 4.7. Ação de investigação de paternidade
- 4.8. Ação de investigação de maternidade

#### 5. DA ADOÇÃO

- 5.1. Conceito
- 5.2. O adotante
- 5.3. O adotado
- 5.4. Consentimento
- 5.5. Forma
- 5.6. Efeitos.
- 5.7. O regime único da adoção.
- 5.8. A revogação da adoção no ECA

#### 6. DO PODER FAMILIAR

- 6.1. Conceito
- 6.2. Titularidade do poder familiar
- 6.3. Natureza jurídica.
- 6.4 Conteúdo
- 6.5. O poder familiar quanto à pessoa dos filhos
- 6.6. O poder familiar quanto aos bens dos filhos
- 6.7. Suspensão e destituição do poder familiar
- 6.8. Extinção do poder familiar

### III UNIDADE:

#### 1. DOS ALIMENTOS

- 1.1. Conceitos
- 1.2. Fontes
- 1.3. Conteúdo
- 1.4. Alimentante e alimentado
- 1.5. Condições de exigibilidade
- 1.6. Alimentos e dever de sustento
- 1.7. O objeto da prestação
- 1.8. Local do pagamento
- 1.9. Alimento definitivos, provisórios e provisionais
- 1.10. Características
- 1.11. Alimentos na separação judicial, união estável e divórcio
- 1.12. Ação revisional e ação de exoneração
- 1.13. Alimentos e coisa julgada
- 1.14. Alimentos e processo

#### 2. DO BEM DE FAMÍLIA

- 2.1. Conceito
- 2.2. Natureza jurídica
- 2.3. Espécies
- 2.4. Paralelo entre o bem de família legal e o bem de família voluntário
- 2.5. Beneficiários do bem de família
- 2.6. Objeto
- 2.7. Finalidade
- 2.8. Valor do bem de família
- 2.9. Exceções à impenhorabilidade
- 2.10. Administração do bem de família voluntário
- 2.11. Extinção do bem de família



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 3. DA TUTELA

- 3.1. Conceito
- 3.2. Natureza jurídica
- 3.3. Espécies de tutela
- 3.4. Tutela dos irmãos
- 3.5. Tutela dos menores abandonados
- 3.6. Incapazes de exercer a tutela
- 3.7. Garantia da tutela
- 3.8. A tutela quanto à pessoa do pupilo
- 3.9. A tutela quanto aos bens do pupilo
- 3.10. Da responsabilidade do juiz, do tutor e do protutor
- 3.11. Remuneração do tutor e protutor
- 3.12. Prestação de contas e balanço dos bens
- 3.13. Cessação da tutela
- 3.13. Distinção entre poder familiar e tutela

### 4. DA CURATELA

- 4.1. Conceito
- 4.2. Pessoas sujeitas à curatela
- 4.3. Limites à curatela
- 4.4. A escolha do curador
- 4.5. Curatela prorrogada
- 4.6. Curatela do nascituro
- 4.7. Portadores de deficiência física e enfermos
- 4.8. Procedimento de interdição
- 4.9. Sentença
- 4.10. Levantamento de interdição

### 5. DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ANTES E APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E AS DISPOSIÇÕES DO NOVO CÓDIGO CIVIL.

- 5.1. Objeto formal
- 5.2. Escorço histórico
- 5.3. Abrangência: proteção integral
- 5.4. Sujeitos
- 5.5. Autonomia
- 5.6. Princípios fundamentais
- 5.7. Critérios de interpretação e integração
- 5.8. Características da tutela sócio-educativa
- 5.9. Características da tutela coletiva
- 5.10. Características da tutela sócio-educativa

## AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) elaboração e participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) reescrita dos textos;
- h) produção escrita individual e coletiva;
- i) debates e rodas de conversa;

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

WALD, Arnoldo; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Direito de Família. 20ª ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Novo Curso de Direito Civil - Direito de Família. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/789181> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816336> (Biblioteca Virtual)

CARVALHO, D. M. D. Direito das Famílias. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818427> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas. 2017.

GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. Direito Civil Esquematizado®. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/813251> (Biblioteca Virtual)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Manual de Direito Civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820238> (Biblioteca Virtual)



RANGEL, R. C. Manual de Direito Processual Civil das Famílias. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.  
Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818439> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.  
REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 5, v.17, out-dez. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Processual Civil III	DIR – 046	Obrigatória	7º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Processual Civil I	36	x	4	x	40
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Bárbara Moraes Mendes da Silva					
EMENTA					
Tutelas Provisórias: Disposições Gerais. Tutela de Urgência: Disposições gerais. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente. Tutela de Evidência. Teoria geral. Processos cautelares em espécie: arresto, sequestro, busca e apreensão, caução, justificação, alimentos provisionais, atentado, protestos, notificações e intimações. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária na legislação extravagante.					
OBJETIVO GERAL					
- Oferecer ao acadêmico o estudo da teoria geral dos recursos e da tutela jurisdicional diferenciada, abordando princípios, características, jurisprudência, doutrina, legislação, a fim de propiciar uma visão lógico-formal e prática da realidade que encontrará na vida profissional.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
- Demonstrar a importância do desenvolvimento da pesquisa sobre temas tratados, habilitando-o para a compreensão científica e criativa do Direito. - Desenvolver no aluno a capacidade de interpretar e aplicar, de forma técnica e criativa, os institutos processuais. - Adquirir conhecimento sobre a tutela jurisdicional diferenciada, capaz de ensinar o manejo consciente e ético dos instrumentos processuais, buscando a maior eficiência da prestação jurisdicional.					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Atividades com emprego de técnicas de dinâmica de grupo.
- Realização de seminários.
- Estudo de casos concretos com debates e exercícios.
- Pesquisa do direito positivo, doutrina e jurisprudência.
- Trabalhos de pesquisa sobre temas desenvolvidos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, do trabalho de pesquisa.
- Palestras (convidados);
- Visitação a Órgãos Públicos e Instituições Privadas

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **I UNIDADE:**

##### 1. TUTELA JURISDICIONAL DIFERENCIADA

###### 1.1. TUTELA DE URGÊNCIA.

###### 1.1.1. Noções gerais.

###### 1.1.2. Tutela de urgência e adequação ao sistema processual.

###### 1.1.3. As liminares e a antecipação da tutela no direito brasileiro.

###### 1.1.4. Distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito pátrio

###### 1.2. A tutela de urgência e enfoque unitário.

###### 1.3. Medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444/02 – fungibilidade.

#### **II UNIDADE:**

##### 1.4. Tutela antecipada.

###### 1.4.1. Tutela antecipada e a reforma do CPC.

###### 1.5. Antecipação da tutela em ações declaratórias e constitutivas.

###### 1.6. Execução das medidas cautelares e antecipatórias.

##### 2. Tutela de Evidência. Teoria geral.

#### **III UNIDADE:**

##### 3. Processos cautelares em espécie.

###### 3.1 arresto;

###### 3.2 sequestro,

###### 3.3. busca e apreensão,

###### 3.4 caução,

###### 3.5 justificação,

###### 3.6 alimentos provisionais,

###### 3.7. atentado,

###### 3.8 protestos,

##### 4. notificações e intimações.

##### 5. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

##### 6. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária na legislação extravagante.

### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade teórica em forma de provas discursivas	10

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil – Volume Único. 15ª Ed. Salvador: JusPODIVM. 2022.

BUENO, C. S. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820225> (Biblioteca Virtual)

THAMAY, R. F. K. Manual de Direito Processual Civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794305> (Biblioteca Virtual)

SÁ, Renato Montans de. Manual de Direito Processual Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818292> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

JUNIOR, Antônio Pereira Gaio. Instituições de Direito Processual Civil. 3ª Ed. Salvador: JUSPODIVM. 2018.

GONÇALVES, M. V. R. Curso de Direito Processual Civil. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818419> (Biblioteca Virtual)

PINHO, H. D. B. D.; PORTO, J. R. Manual de Tutela Coletiva. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/745528> (Biblioteca Virtual)

GRANADO, D. W.; FERREIRA, E. A. Direito Processual Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/648278> (Biblioteca Virtual)

FONSECA, J. F. N. D.; GOUVÊA, J. R. F.; BONDIOLI, L. G. A.; NEGRÃO, T. Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em:



<https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/798443> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 279, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 280, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 281, julho. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
<b>Direito Processual Penal I</b>	DIR-044	Obrigatória	7º Semestre	2023.2	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Teoria Geral do Processo	54h		6		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Prof. Me. <b>Ângelo Maciel Santos Reis</b>					
<b>EMENTA</b>					
Noções preliminares. Evolução histórica do direito processual penal. Objeto e conteúdo do processo penal. Princípios fundamentais do processo penal. Princípio inquisitório e acusatório. O processo penal garantista. Inquérito policial. Ação penal. Ação civil ex delicto. Competência e jurisdição. Organização judiciária. Juiz e partes processuais na ação penal. O direito de defesa. Processo incidente.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Demonstrar os vários incidentes que podem ocorrer na prática processual e as formas previstas em lei para a respectiva solução. Desenvolver a problemática teórico-doutrinária dentro de uma perspectiva de ordem prática, a fim de se permitir a compreensão da dinâmica da legislação processual penal através dos códigos e das leis esparsas, refletindo acerca da persecução penal de forma crítica;					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Expor os caracteres diferenciais da norma processual penal e da norma penal. Estrutura da norma processual penal, interpretação e aplicação.
- Estudar a problemática do direito de ação e em particular de ação penal, à luz do direito positivo e de lege ferenda, apresentando-se exemplos de como identificar a legitimidade para as respectivas espécies.
- Definir e caracterizar, através de exposições, os sujeitos no processo penal e a figura da substituição, focalizando as causas de suspeição e impedimento e os aspectos pertinentes das Leis de Organização Judiciária estadual e federal, dando ênfase aos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.
- Dar aos alunos noções básicas a respeito da dinâmica do processo, seu conteúdo e formalidades.
- Impulsionar o interesse do aluno para pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos sobre e acesso à justiça e o Direito Processual Penal.

#### **METODOLOGIA**

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) análise de casos, debates e exercícios;
- c) apresentação de seminários;
- d) aulas dialogadas;
- e) leituras orientadas e fichamento;
- f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico;
- g) uso de tecnologia de aulas remotas;
- h) atividades de extensão em contato com os órgãos do poder judiciário e as atividades policiais;
- i) visitas técnicas a órgãos voltados para a persecução penal.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **I UNIDADE:**

O DIREITO PROCESSUAL PENAL E O CONTEXTO HISTÓRICO;  
SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS;  
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS;  
JUIZ DE GARANTIAS;  
A FASE PRÉ-PROCESSUAL E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - INQUÉRITO POLICIAL;  
ATUALIZAÇÕES DO PACOTE ANTICRIME;

##### **II UNIDADE:**

AÇÃO PENAL;  
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PENAIIS;



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

PRAZOS DAS AÇÕES PENAIS;  
DENÚNCIA E QUEIXA;  
AÇÃO CIVIL EX DELICTI;

**III UNIDADE:**

JURISDIÇÃO;  
COMPETÊNCIA;  
QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES;  
DA PROVA;

**AVALIAÇÃO**

**1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AV1 – Prova	8,0
Estudo dirigido	2,0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AV2 Estudo dirigido	8,0
Atividade de extensão	2,0

**3º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AV3 - Prova	8,0
Estudo dirigido / Simulado	2,0

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2017.

REIS, A. C. A.; LENZA, P.; GONÇALVES, V. E. R. Direito Processual Penal. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818384> (Biblioteca Virtual)

JR., A. L. Direito Processual Penal. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818431> (Biblioteca Virtual)

MARCÃO, R. Curso de Processo Penal. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/808981> (Biblioteca Virtual)

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

TAVORA, Nestor. Curso de Direito Processual Penal e Execução Penal. 18ª ed. São Paulo: JusPODIVM. 2023.

REIS, A. C. A.; GONÇALVES, V. E. R. Sinopses Jurídicas - Processo Penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/646419> (Biblioteca Virtual)

BONFIM, E. M. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/646402> (Biblioteca Virtual)

JÚNIOR, A. P.; CALVES, J. P.; ARRUDA, R. A. D.; PEREIRA, R. S. Manual de Direito Processual Penal. São Paulo: SARAIVA, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580849> (Biblioteca Virtual)

Vade Mecum Saraiva - Tradicional. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818270> (Biblioteca Virtual)

#### **PERIÓDICOS**

REVISTA de Direito Tributário Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 10, Jan-fev. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 12, mai-jun. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 13, jul-ago. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 14, set-out. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 15, nov-dez. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO EMPRESARIAL II	DIR - 048	Obrigatória	7º	2023/2	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	54H		6H		60 H
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>JOELSON DIAS QUEIROZ</b>					
<b>EMENTA</b>					
Teoria geral dos títulos de crédito. Títulos de crédito em espécie. Contratos empresariais. Recuperação de empresas e falência. Efeitos jurídicos da declaração de falência. Administração da massa. Habilitação e classificação de créditos na falência. Liquidação e pagamento aos credores. Encerramento do processo e extinção das obrigações do falido. Crime Falimentar. Empresas não sujeitas a falência. Liquidação extra judicial.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Fornecer aos alunos uma visão global sobre a interferência do Direito na atividade empresarial; - Preparar o aluno para a realidade do direito, consubstanciada no enfrentamento das questões essenciais da propedêutica jurídica					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>Proporcionar ao aluno de Direito Comercial o conhecimento do regime jurídico aplicável à exploração da atividade mercantil através dos diversos tipos societários reconhecidos pelo Novo Código Civil e legislação societária especial, habilitando-o a manejar os conhecimentos basilares relativos à atividade comercial.</li></ul>					



- Despertar a curiosidade científica para a pesquisa sobre temas relacionados à disciplina, a fim de capacitar o aluno para o estudo e a aplicação ética e criativa dos institutos, princípios e regras do Direito Comercial.

### **METODOLOGIA**

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Portanto, o docente procurará dar ênfase aos seguintes recursos:

- a) debates em sala;
- b) leituras orientadas e atualizadas;
- c) análise de casos concretos;
- d) pesquisas sobre os temas desenvolvidos em sala de aula;
- e) seminários;
- f) aulas expositivas e dialogadas;
- g) pesquisa do direito positivo, doutrina e jurisprudência.
- h) fichamento, resumos e resenhas de textos jurídicos.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA
- 1.1 Crime Falimentar
2. TÍTULOS DE CRÉDITO
- 2.1. Histórico
- 2.1.1. Conceito
- 2.1.2. Atributos
- 2.1.3. Princípios
- 2.1.4. Classificação dos títulos de crédito
- 2.1.5. Teorias do título de crédito
- 2.1.6. Atos Cambiários.

#### **II UNIDADE:**

3. LETRA DE CÂMBIO
- 3.1. Histórico.
- 3.2. Conceito.
- 3.3. Regime jurídico aplicável
- 3.4. Requisitos da letra de Câmbio
- 3.5. Vencimento.
- 3.6. Prazo de apresentação e pagamento da Letra
- 3.6.1. Ressaque
- 3.6.2. Prescrição.
- 3.6.3. Letra de Cambio Financeiro
- 3.6.4. Letra do Banco Central
- 3.6.5. Letra do Tesouro Nacional.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

3.6.6 Letra financeira do tesouro.

3.6.7. Letra hipotecária

3.6.8. Letra incompleta ou em branco

4. DUPLICATAS (Lei nº. 5.474, de 1968).

4.1. Noções introdutórias

4.2. Características

4.3. Modalidade de aceite

4.3. Cobrança de duplicatas

4.4 Prazos Prescricionais

4.5 Triplicata

4.6 Duplicata de prestação de serviços

4.7 Duplicata escritural

5. PROTESTO

5.1. Protesto por falta ou recusa de Aceite

5.2. Protesto por reusa de pagamento

5.3. Protesto por falta de devolução;.

5.4 Outra hipóteses legais

6. NOTA PROMISSÓRIA.

6.1. Noções preliminares

6.2. Requisitos.

6.3. Vencimento

6.4 Prescrição

7. CHEQUE

7.1. Noções preliminares.

7.2. Características

7.3. Requisitos

7.4. Tipologia

7.5. Devolução do cheque sem pagamento

7.6. Impedimento ao pagamento do cheque

7.7. Distinções entre letra de câmbio e cheque

7.8. Prazo de apresentação do cheque.

7.7. Recebimento do cheque.

8. OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO

8.1. Cédula de depósito agropecuário e Warrant agropecuário

8.2. Cédula imobiliária rural

8.3. Cédulas e notas de crédito agrárias, industriais, comerciais e a exportação

8.4. Cédula de Crédito bancário.

8.5. Títulos Públicos

**III UNIDADE:**

9- CONTRATOS

9.1 Contratos empresariais

9.2 Contrato de compra e venda mercantil

9.3 Contratos de Colaboração

9.4 Contrato de Logística

9.5 Contratos Bancários

9.6 Contrato de Shopping Center

9.7 Contrato de Seguro

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	7,0
ATIVIDADES ESCRITAS	3,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	7,0
ATIVIDADES ESCRITAS	3,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
SEMINÁRIO	10,00

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BENSOUSSAN, Fabio; BOITEUX, Fernando Netto. MANUAL DE DIREITO EMPRESARIAL. 3ª ed. Salvador: JUSPODIVM, 2024.

CAMPINHO, S. Curso de Direito Comercial. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818224> (Biblioteca Virtual)

NOGUEIRA, R. J. N. Curso de Direito Comercial e de Empresa. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818228> (Biblioteca Virtual)

TOMAZETTE, M. Curso de Direito Empresarial. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820217> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHAGAS, E. E. D.; LENZA, P. Direito Empresarial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818208> (Biblioteca Virtual)

TEIXEIRA, T. Direito Empresarial Sistematizado. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818429> (Biblioteca Virtual)

NEGRÃO, R. Manual de Direito Empresarial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/799348> (Biblioteca Virtual)

SACRAMONE, M. Manual de Direito Empresarial. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818437> (Biblioteca Virtual)



NEGRÃO, R. Preservação da Empresa. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/663461> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Prática Jurídica I – Simulada (Cível)	DIR – 045	Obrigatória	7º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Processual Civil I	72h		8h		80 h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>Prof. Joelson Dias Queiroz</b>					
EMENTA					
<b>EMENTA:</b> Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, com ênfase na área cível					
OBJETIVO GERAL					
Fornecer aos alunos uma visão global sobre a prática jurídica cível Preparar o aluno para a prática do direito, consubstanciada no enfrentamento das questões essenciais da atividade prática jurídica.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar ao aluno de Prática Jurídica I o conhecimento do atividade prática na esfera civilista para elaboração de peças processuais</li> <li>• . Despertar a curiosidade científica para a pesquisa sobre temas relacionados à disciplina, a fim de capacitar o aluno para o estudo e a aplicação ética e criativa dos recursos, princípios e regras da Prática Jurídica</li> </ul>					
METODOLOGIA					



O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Portanto, o docente procurará dar ênfase aos seguintes recursos:

- a) debates em sala;
- b) leituras orientadas e atualizadas;
- c) análise de casos concretos;
- d) pesquisas sobre os temas desenvolvidos em sala de aula;
- e) produção de peça processuais;
- f) aulas expositivas e dialogadas;
- g) pesquisa do direito positivo, doutrina e jurisprudência.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **I UNIDADE:**

- 1- Providências prévias para ajuizamento da demanda
  - 1-1 Procuração judicial e extrajudicial
  - 1-2 Procuração ad judicia et extra
  - 1-3 Custas iniciais e taxas
  - 1-4 Honorários advocatícios
  - 1-5 Honorários de sucumbenciais
- 2. Petição inicial
- 3- Audiência de Conciliação
- 4- Audiência de Instrução e julgamento

#### **II UNIDADE:**

- 5 – Contestação
- 6- Recursos
  - 6-1. Apelação
  - 6-2 Agravo de Instrumento
  - 6-3 Agravo Interno
  - 6-4 Embargos de Declaração
  - 6-5 Recurso Ordinário
  - 6-6 Recurso Especial
  - 6-7 Recurso Extraordinário
  - 6-8 Agravo em recurso especial ou extraordinário
  - 6-9 Embargos de Divergência

#### **III Unidade**

- 7 Processo de Conhecimento
- 8 Tutela Provisória
- 9 Execução, cumprimento de Sentença

### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	7,0
ATIVIDADE COM PRODUÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS	3,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	7,0
ATIVIDADE PRÁTICA COM PRODUÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS	3,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PRODUÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS NO NÚCLEO DE PRÁTICA JÚRIDICA	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria Geral do Processo. Editora Malheiros Editores. 2017.

AGUIRRE, J.; SÁ, R. M. D. Prática Civil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818443> (Biblioteca Virtual)

ROSA, C. P. D.; VICTALINO, A. C.; BARROSO, D.; PIMENTA, E.; JUNIOR, M. A. A.; JR., V. G. Prática Civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818850> (Biblioteca Virtual)

CHACON, L. F. R. Manual de Prática Forense Civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818441> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MARCATO, Antônio Carlos. Código de processo civil interpretado. São Paulo: Saraivajur. 2022.

THEODORO JR. Humberto. Curso de Direito Processual Civil. – 64ª ed. – Rio de Janeiro: Forense. 2023.

LAGE, F. Escritórios Online e Prática Jurídica Digital. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816454> (Biblioteca Virtual)

NASCIMENTO, J. M. D.; GOMES, M. V. M. L. Prática Cível. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/773006> (Biblioteca Virtual)

Vade Mecum Saraiva - Tradicional. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818270> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI  
**Faculdade**  
**Santíssimo Sacramento**  
ALAGOINHAS-BA

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 87, jan-mar. 2023.

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



**8º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Civil VI	DIR - 49	Obrigatória	8º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Civil I	54h	0	6h		60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Me. Thaís Requião de Melo Velloso					
EMENTA					
Direito das sucessões. Herança e vocação hereditária. Sucessão legítima e testamentária. Inventário e partilha.					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.</li><li>- Propiciar uma visão ampla do Direito das Sucessões, partindo da análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência atualizadas, valendo-se, também, do estudo do direito comparado.</li></ul>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Despertar a curiosidade científica, incentivando a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos, de forma criativa, ética e reflexiva.</li><li>- Enfocar os aspectos sociais e patrimoniais que envolvem os direitos hereditários.</li><li>- Analisar o conjunto de princípios e normas que regem a transferência da herança, ou do legado, ao herdeiro ou legatário.</li><li>- Estudar de forma aprofundada e crítica as formas de sucessão, a capacidade para suceder, a indivisibilidade da herança, a delação sucessória, a renúncia e as demais disposições legais sobre a matéria.</li></ul>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) apresentação de seminários;
- c) aulas dialogadas;
- d) aulas por transmissão on-line
- d) análise de casos, debates e exercícios;
- e) leituras orientadas e fichamento;
- f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico.
- e) atividade remotas

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **I UNIDADE:**

##### **1. DIREITO DAS SUCESSÕES:**

- 1.1. Conceito.
- 1.2. Formas de sucessão.
- 1.3. Abertura da sucessão.
- 1.4. Sucessão universal e singular.
- 1.5. Da capacidade para suceder.
- 1.6. Sucessões irregulares ou anômalas ou anormais.
- 1.7. Da individualidade da herança.
- 1.8. Delação sucessória.
- 1.9. Aceitação ou adição da herança.
- 1.10. Renúncia da herança.
- 1.11. Disposições comuns à aceitação e renúncia

##### **2. DA HERANÇA JACENTE:**

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Natureza jurídica.
- 2.3. Procedimento.
- 2.4. Herança vacante.
- 2.5. Usucapião de herança jacente.
- 2.6. A herança jacente e o direito intertemporal.

##### **3. DA INDIGNIDADE:**

- 3.1. Conceito.
- 3.2. Casos de indignidade.
- 3.3. Ação de indignidade.
- 3.4. Herdeiro aparente.
- 3.5. Reabilitação do indigno.
- 3.6. Distinção entre indignidade e deserção.

##### **4. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO:**

- 4.1. Conceito.
- 4.2. Requisitos do direito de representação.
- 4.3. Efeitos do direito de representação.
- 4.4. Distinção entre sucessão por representação e sucessão por transmissão.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

**5. DA VOCAÇÃO DOS HERDEIROS LEGÍTIMOS:**

- 5.1. Da ordem de vocação.
- 5.2. Dos descendentes.
- 5.3. Dos ascendentes.
- 5.4. Cônjuge sobrevivente.
- 5.5. Da sucessão dos colaterais
- 5.6. Da sucessão da companheira ou companheiro.
- 5.7. Do Estado.

**6. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA:**

- 6.1. Conceito e caracteres.
- 6.2. Capacidade testamentária ativa.
- 6.3. Formas de testamento.
- 6.4. Testamento público.
- 6.5. Testamento cerrado.
- 6.6. Testamento particular.
- 6.7. Testamentos especiais – caracteres e formas.
- 6.8. Testemunhas testamentárias.
- 6.9. Codicilos.

**7. DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS EM GERAL:**

- 7.1. Nomeação de herdeiro ou legatário sob condição, encargo e termo.
- 7.2. Interpretação dos testamentos.
- 7.3. Nulidade das disposições testamentárias.
- 7.4. Cláusula de inalienabilidade.

**II UNIDADE:**

**5. DOS LEGADOS:**

- 5.1. Conceito.
- 5.2. Espécies de legado.
- 5.3. Frutos da coisa legada.
- 5.4. Encargos, acessórios e local de entrega dos legados.
- 5.5. O pagamento do legado.
- 5.6. Caducidade dos legados.
- 5.7. Transformação da coisa legada.
- 5.8. Alienação da coisa legada.
- 5.9. Perecimento da coisa legada.
- 5.10. Evicção.
- 5.11. Indignidade do legatário.
- 5.12. Premoriência do legatário.
- 5.13. Outros casos de caducidade.
- 5.14. Efeitos da caducidade.

**6. DO DIREITO DE ACRESCER:**

- 6.1. Conceito.
- 6.2. Conjugação mista, real e verbal.
- 6.3. Direito de acrescer entre co-herdeiros.
- 6.4. Direito de acrescer entre co-legatários.
- 6.5. Direito de acrescer no legado de usufruto.

**7. DA LEGITIMAÇÃO PARA SUCEDER POR TESTAMENTO:**

- 7.1. Regra geral.
- 7.2. Casos de falta de legitimação.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

7.3. Simulação de contrato oneroso e interposição de pessoa.

8. DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS:

- 8.1. Conceito e espécies.
- 8.2. Cálculo da legítima e da porção disponível.
- 8.3. Restrições à legítima.
- 8.4. Exclusão dos herdeiros facultativos.
- 8.5. Redução das disposições testamentárias.
- 8.6. Redução das doações inoficiosas.

9. DAS SUBSTITUIÇÕES:

- 9.1. Conceito e espécies.
- 9.2. Substituição vulgar ou ordinária ou direta.
- 9.3. Substituição fideicomissária ou indireta.
- 9.4. Substituição compendiosa ou mista.

10. DA DESERDAÇÃO:

- 10.1. Conceito.
- 10.2. Causas da deserdação.
- 10.3. Requisitos da deserdação.
- 10.4. Ação de deserdação.
- 10.5. Efeitos da deserdação.

**III UNIDADE:**

11. DA REVOGAÇÃO DOS TESTAMENTOS:

- 11.1. Conceito.
- 11.2. Espécies.
- 11.3. Revogação expressa e revogação tácita.
- 11.4. Regras comuns à revogação expressa e tácita.
- 11.5. Revogação real e material.
- 11.6. Rompimento ou ruptura do testamento.
- 11.7. Caducidade, nulidade e anulabilidade do testamento.

12. DO TESTAMENTEIRO:

- 12.1. Conceito.
- 12.2. Espécies.
- 12.3. Natureza jurídica.
- 12.4. Funções.
- 12.5. Vintena.

13. DOS SONEGADOS:

- 13.1. Conceito.
- 13.2. Ação de sonegados.

14. DA COLAÇÃO OU CONFERÊNCIA:

- 14.1. Conceito.
- 14.2. Pessoas obrigadas à colação.
- 14.3. Bens excluídos da colação.
- 14.4. Modos de colação.
- 14.5. Ação de colação.
- 14.6. Distinção entre doação inoficiosa e doação colacionável.

15. DO INVENTÁRIO:

- 15.1. Conceito.
- 15.2. Foro competente.
- 15.3. Legitimidade ativa.
- 15.4. Inventariante.
- 15.5. Primeiras declarações e citação.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 15.6. Questão de alta indagação.
- 15.7. Administrador provisório.
- 15.8. Espécies de inventário.
- 15.9. Arrolamento.
- 15.10. Distinção entre inventário e arrolamento.
- 15.11. Distinção de inventário e de arrolamento.
- 15.12. Partilha.
- 15.13. Sobrepartilha.
- 15.14. Emenda da partilha.
- 15.15. Formal de partilha.
- 15.16. Herdeiro evicto.
- 15.17. Pagamento das dívidas.
- 15.18. Anulação e rescisão da partilha.
- 16. DA AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA:
- 16.1. Conceito.
- 16.2. Legitimidade ativa.
- 16.3. Legitimidade passiva.
- 16.4. Objeto.
- 16.5. Natureza jurídica.
- 16.6. Prescrição.
- 16.7. Efeitos da sentença.
- 16.8. Acumulação de ações.

## AVALIAÇÃO

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova Escrita	Valor 10

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	Valor 8
Atendimento à comunidade	Valor 2

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	Valor 8
Atendimento à comunidade	Valor 2

## REFERÊNCIAS BÁSICAS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

ROSA, Conrado Paulino da; FARIAS, Cristiano Chaves de. DIREITO DAS SUCESSÕES NA PRÁTICA - Comentários ao livro de Sucessões do Código Civil - artigo por artigo. Salvador: Juspodivm, 2023.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Manual de Direito Civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820238> (Biblioteca Virtual)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Novo Curso de Direito Civil - Direito das Sucessões. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819274> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816338> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GOMES, Orlando. *Sucessões*. Rio de Janeiro: Forense. 2019.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva. 2016.

LÔBO, P. Direito Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/781154> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. Direito Civil Esquemático<sup>®</sup>. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/813251> (Biblioteca Virtual)

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/812476> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters n. 4, v.13, out-dez. 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.15, abr-jun. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.16, jul-set. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 5, v.17, out-dez. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO ADMINISTRATIVO III	DIR – 053	Obrigatória	8º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
DIREITO ADMINISTRATIVO I	54 h		06 h		60 horas
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>Prof. Me. Leandro Carvalho Sanson</b>					
EMENTA					
<p>Intervenção do Estado na propriedade privada. Servidores públicos. Agentes públicos. Regime jurídico do servidor. Acesso às funções públicas. Remuneração. Greve e associação. Aposentadoria. Estabilidade. Responsabilidade. Processo administrativo. Processo e procedimento. Princípios. Processo administrativo disciplinar. Controle da Administração Pública. Responsabilidade do Estado: teorias. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Excludentes da responsabilidade. Improbidade administrativa.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ensino da disciplina de Direito Administrativo III tem por finalidade precípua oferecer uma visão lógico-formal e prática ao aluno, a fim de torná-lo capaz de lidar com a realidade, apresentando soluções éticas e humanas na resolução dos problemas jurídicos.</li> <li>- Oferecer uma visão global da disciplina, mediante análise crítica da lei, da doutrina e da jurisprudência, a fim de garantir o êxito ao longo da carreira profissional.</li> </ul>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar o regime jurídico dos servidores públicos, à luz da Constituição Federal de 1988.</li> <li>- Oportunizar o estudo de temas atuais e relevantes ligados ao controle da Administração Pública.</li> <li>- Enfocar os aspectos nodais do processo administrativo e o acesso às instâncias administrativas.</li> <li>- Discutir os instrumentos jurídicos de intervenção do Estado na propriedade, procurando enfatizar os preceitos constitucionais sobre o tema.</li> <li>- Contextualizar as principais teorias acerca da responsabilidade extrapatrimonial do Estado, bem como as mutações em curso e as novas perspectivas teóricas.</li> <li>- Conhecer e analisar de forma crítica a Lei de Improbidade administrativa.</li> </ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Procurar despertar a curiosidade científica do discente, incentivando a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos sobre temas que demandam novos paradigmas teóricos.

## METODOLOGIA

O ensino da disciplina será fundamentado na participação efetiva dos discentes na construção do processo de aprendizado. Para isso, serão realizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) debates em sala virtual;
- b) leitura e produção textual;
- c) pesquisas sobre temas previamente escolhidos.
- d) Apresentação da pesquisa de forma oral e escrita;
- e) aulas expositivas e dialogadas;
- f) seminários;
- g) análise de casos e debates;
- h) pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência;
- i) uso de ferramentas digitais: canva, goggle class, drive etc.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

##### 1.1. Evolução

##### 1.1.2. Competência

##### 1.1.2.. Fundamentos

##### 1.1.3. Modalidades

#### 1.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

##### 1.2.1. Servidão na Teoria Geral do Direito

##### 1.2.2. Fundamentos

##### 1.2.3. Objeto

##### 1.2.4. Formas de instituição

##### 1.2.5. Indenização

##### 1.2.6. Características

#### 1.3. REQUISICÃO

##### 1.3.1. Sentido

##### 1.3.2. Fundamentos

##### 1.3.3. Objeto e indenização

##### 1.3.4. Instituição e extinção

##### 1.3.5. Características

#### 1.6. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

##### 1.6.1. Sentido e objeto

##### 1.6.2. Fundamentos

##### 1.6.3. Modalidades e indenização

##### 1.6.4. Instituição e extinção

##### 1.6.5. Características

#### 1.7. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS

##### 1.7.1. Sentido

##### 1.7.2. Natureza jurídica



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 1.7.3. Fundamentos
- 1.7.4. Indenização
- 1.7.5. Características
- 1.8. TOMBAMENTO
- 1.8.1. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
- 1.8.2. Conceito e características
- 1.8.3. Objeto
- 1.8.4. Modalidades
- 1.8.5. Procedimento
- 1.8.6. Efeitos
- 1.8.7. Natureza jurídica
- 1.9. DESAPROPRIAÇÃO
- 1.9.1. Evolução no direito brasileiro
- 1.9.2. Conceito
- 1.9.3. Modalidades de desapropriação
- 1.9.4. Competência
- 1.9.5. Procedimento
- 1.9.6. Sujeito ativo e sujeito passivo
- 1.9.7. Pressupostos
- 1.9.8. Objeto
- 1.9.9. Indenização
- 1.9.10. Natureza jurídica
- 1.9.11. Imissão provisória na posse
- 1.9.12. Destino dos bens desapropriados
- 1.9.13. Desapropriação indireta
- 1.9.14. Retrocessão

## **II UNIDADE:**

- 1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
- 1.1. Direito positivo
- 1.2. Lei de improbidade administrativa
- 1.2.1. Competência para legislar
- 1.2.2. Concomitância de instância penal, civil e administrativa
- 1.2.3. Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa
- 1.3. Sanções
- 1.4. Procedimento administrativo
- 1.5. Ação judicial de improbidade administrativa
  
- 2. PROCESSO ADMINISTRATIVO
- 2.1. Processos estatais
- 2.2. Processo administrativo
- 2.3. Processo e procedimento
- 2.4. Modalidades
- 2.5. Princípios
- 2.6. Processo administrativo disciplinar
- 2.7. Processo sumário
  
- 3. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL PATRIMONIAL DO ESTADO
- 3.1. Responsabilidade. Noções gerais
- 3.1.1. Tipos de Responsabilidade

## **III UNIDADE:**

- 1. SERVIDORES PÚBLICOS



- 1.1. Agentes públicos
  - 1.1.1. Sentido
  - 1.1.2. Classificação
- 1.2. Servidores públicos
  - 1.2.1. Sentido
  - 1.2.2. Características
  - 1.2.3. Classificação
  - 1.2.4. Regimes jurídicos funcionais
  - 1.2.5. Organização funcional
  - 1.2.6. Regime constitucional
  - 1.2.7. Acessibilidade
  - 1.2.8. Acumulação de cargos e funções
  - 1.2.9. Estabilidade
  - 1.2.10. Regime previdenciário: aposentadoria e pensões
  - 1.2.11. Disponibilidade
  - 1.2.12. Mandato eletivo
  - 1.2.13. Sistema constitucional de remuneração
  - 1.2.14. Associação sindical e direito de greve
  - 1.2.15. Direitos sociais dos Servidores
  - 1.2.16. Responsabilidade dos Servidores públicos

### **AVALIAÇÃO**

A avaliação pretendida será processual, observando-se compreensão, interesse e desempenho do aluno nos trabalhos propostos durante as aulas.

Além dos aspectos apresentados acima, considera-se no processo de avaliação e aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa.

Os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- c) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- d) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- e) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) elaboração e participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- e) trabalhos individuais orais;
- f) fichamentos;
- g) reescrita dos textos;
- h) produção escrita individual e coletiva;
- i) debates e rodas de conversa;
- j) TBL.

### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

CARVALHO, Matheus. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA - Atualizada com a lei 14.230/2021. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

MAZZA, A. Manual de Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818248> (Biblioteca Virtual)

ALMEIDA, F. B. D. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/798445> (Biblioteca Virtual)

FILHO, R. D. S. C. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794284> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

VELLOSO, L. Direito Administrativo para Exame da OAB 2ª Fase. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/646404> (Biblioteca Virtual)

ARAÚJO, E. N. D. Curso de Direito Administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/627694> (Biblioteca Virtual)

SILVA, C. M. D.; PINHEIRO, L. F. V. Direito Administrativo-direito da Infraestrutura. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/621880> (Biblioteca Virtual)

TAVARES, A. R. Manual do Poder Judiciário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/582791> (Biblioteca Virtual)

Vade Mecum Saraiva - Tradicional. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818270> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 87, jan-mar. 2023.

REVISTA de Direito Tributário Contemporâneo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 10, Jan-fev. 2019.

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
<b>Direito Processual Penal II</b>	DIR-050	Obrigatória	8º Semestre	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Processual Penal I	54H		06H		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Prof. Me. <b>Ângelo Maciel Santos Reis</b>					
<b>EMENTA</b>					
Fatos e atos processuais. Nulidades: os princípios constitucionais e a ineficácia dos atos processuais. Citação, notificação e intimação. Prova. Prisão e liberdade provisória: os princípios constitucionais e os direitos humanos fundamentais. Procedimento penal comum e procedimentos especiais. O júri. Sentença penal. Coisa julgada. Recursos. Habeas Corpus. Revisão criminal. Leis processuais especiais.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Demonstrar os vários incidentes que podem ocorrer na prática processual e as formas previstas em lei para a respectiva solução. Desenvolver a problemática teórico-doutrinária dentro de uma perspectiva de ordem prática, a fim de se permitir a compreensão da dinâmica da legislação processual penal através dos códigos e das leis esparsas, refletindo acerca da persecução penal de forma crítica;					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					



- Dar aos alunos noções sobre o objeto da Jurisdição Penal, mostrando-lhes, em exposição sistemática, as causas penais e os órgãos investidos desse poder. Ressaltar os princípios que governam a jurisdição Penal, examinando-se a constituição Federal e o Estado, as Leis de Organização judiciária e os regimentos internos dos Tribunais, na parte relativa aos assuntos.
- Demonstrar ao estudante a importância da prova para o processo, sua sistematização e princípios informadores, focalizando-se cada espécie.
- Estudar o processo cautelar sua importância e fundamentos apresentando a matéria dentro de uma sistemática, com a indicação de várias espécies de medidas cautelares no processo penal.
- Exposição sistematizada da fase recursal, focalizando pressupostos gerais dos recursos, seus efeitos e espécies, com análise de cada espécie.
- Estudo do fenômeno da execução penal e dos seus incidentes, sistematizando-se a matéria, com vistas a cada espécie de execução, possibilitando, inclusive, a visão crítica do problema.
- Estude os diversos tipos de procedimentos especiais no processo penal, com enfoque especial para o procedimento do Júri e o sumário, inclusive nos crimes culposos por acidente de veículo, por abuso de autoridade, de tóxico e entorpecentes, de imprensa eleitorais.
- Fomentar a realização de pesquisa e trabalhos científicos sobre temas da disciplina, com o intuito de encorajar o aprofundamento do conhecimento científico.

#### **METODOLOGIA**

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) análise de casos, debates e exercícios;
- c) apresentação de seminários;
- d) aulas dialogadas;
- e) leituras orientadas e fichamento;
- f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico;
- g) uso de tecnologia de aulas remotas;
- h) atividades de extensão em contato com os órgãos do poder judiciário e as atividades policiais;
- i) visitas técnicas a órgãos voltados para a persecução penal.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**



I UNIDADE:

1. DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS

- 1.1. Noções gerais
- 1.2. Os atos processuais. Conceito
- 1.3. Atos das partes
- 1.4. Atos dos juízes
- 1.5. Atos dos auxiliares da Justiça
- 1.6. Atos de terceiros
- 1.7. Atos simples e complexos
- 1.8. Termos
- 1.9. Audiências
- 1.10. Sessões
- 1.11. Limites de lugar
- 1.12. Limites de forma
- 1.13. Limites de tempo
- 1.14. Prazo
- 1.15. Preclusão
- 1.16. Espécies de prazo
- 1.17. Contagem de prazo
- 1.18. Fixação do dies a quo
- 1.19. Prazos contínuos e peremptórios

2. DAS NULIDADES

- 2.1. Vícios processuais
  - 2.2. Princípios básicos das nulidades
  - 2.3. Nulidades em espécie
  - 2.4. Argüição das nulidades relativas
3. DA CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

4. DAS PROVAS

- 4.1. Conceito e finalidade
- 4.2. Classificação
- 4.3. Meios de prova
- 4.4. Ônus da prova
- 4.5. Sistemas de apreciação
- 4.6. Princípios gerais
- 4.7. A cautelar de busca e apreensão
- 4.8. As perícias
- 4.9. O interrogatório
- 4.10. Confissão
- 4.11. Prova testemunhal
- 4.12. Reconhecimento de pessoas e coisas
- 4.13. Acareação
- 4.14. Documentos
- 4.15. Indícios e presunções
- 4.16. Prova antecipada e emprestada
- 4.17. Delação

5. DO INTERROGATÓRIO

- 5.1. Noções gerais



- 5.2. Necessidade
- 5.3. Oportunidade
- 5.4. Caracteres
- 6. OFENDIDO E TESTEMUNHAS
  - 6.1. Conceito de ofendido ou vítima
  - 6.2. Ofendido e testemunhas. Sanções
  - 6.3. Valor probatório da palavra ofendido
  - 6.4. Conceito de testemunha
  - 6.5. Fundamento da prova testemunhal
  - 6.6. Valor probatório
  - 6.7. Caracteres do testemunho
- 7. RECONHECIMENTO, ACAREAÇÃO E DOCUMENTOS
  - 7.1. Do reconhecimento de pessoas e coisas
  - 7.2. Procedimento
  - 7.3. Reconhecimento de coisas
  - 7.4. Procedimento
  - 7.5. Dos documentos
  - 7.6. Classificação dos documentos
  - 7.7. Momento da apresentação
  - 7.8. Desentranhamento
  - 7.9. Dos indícios
- 8. DA BUSCA E APREENSÃO
  - 8.1. Noção geral
  - 8.2. Iniciativa
  - 8.3. Sujeito ativo e sujeito passivo
  - 8.4. Finalidade
  - 8.5. Espécies
- 9. PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA
  - 9.1. Conceito
  - 9.3. Prisão-pena e prisão sem pena
  - 9.4. As penas previstas no Código Penal
  - 9.5. Prisão-pena nas contravenções
  - 9.6. Prisão na Lei de Imprensa
  - 9.7. Prisão de natureza processual
  - 9.8. Princípios constitucionais
  - 9.9. A autoridade competente
  - 9.10. A ordem escrita
  - 9.11. Duplicata
  - 9.12. Prisão sem mandado
  - 9.13. Prisão solicitada por precatória
  - 9.14. Prisão em outra comarca
  - 9.15. Custódia
  - 9.16. Realização da prisão por mandado
  - 9.17. Momento para a realização da prisão
  - 9.18. Inviolabilidade do domicílio
  - 9.19. Prisão especial
- 10. DA PRISÃO EM FLAGRANTE E TEMPORÁRIA
  - 10.1. Origem da palavra flagrante



- 10.2. Fundamento
- 10.3. Natureza jurídica
- 10.4. Sujeito ativo
- 10.3. Sujeito passivo
- 10.4. Flagrante nos crimes de ação penal condicionada e de ação privada
- 10.5. Flagrante nas contravenções
- 10.6. Espécies de flagrante
- 11. DA PRISÃO PREVENTIVA
- 11.1. Noções gerais
- 11.2. Fundamento
- 11.3. Pressupostos
- 11.4. Momento da decretação
- 11.5. As hipóteses legais
- 11.6. Recursos
- 11.7. Preventiva nas contravenções
- 11.8. Revogação
- 12. LIBERDADE PROVISÓRIA
- 12.1. Conceito
- 12.2. Fundamento
- 12.3. Antecedentes
- 13.5. Sucedâneos da prisão provisória
- 13.4. A prisão domiciliar
- 13.5. A liberdade provisória sem fiança, mas vinculada
- 13.6. A liberdade provisória sem fiança e sem vinculação

## **II UNIDADE:**

- 1. DOS PROCESSOS E DOS PROCEDIMENTOS
- 1.2. Processo. Noções gerais
- 1.3. Natureza jurídica
- 1.4. Teoria da relação jurídica
- 1.5. Sujeitos da relação processual
- 1.6. Objeto da relação processual
- 1.7. Caracteres
- 2. DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS
- 3. DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS
- 3.1. Conceito de procedimento
- 3.2. Formas procedimentais
- 3.3. Procedimentos especiais para crimes apenados com reclusão
- 3.4. Procedimentos para os crimes apenados com detenção
- 3.5. Procedimentos especiais para os crimes apenados com detenção
- 3.6. Procedimentos das contravenções
- 4. DA SENTENÇA
- 4.1. Natureza jurídica
- 4.2. Classificações das decisões
- 4.3. Conceito de sentença em “sentido estrito”
- 4.4. Sentença absolutória
- 4.4. Sentença condenatória
- 5. RECURSOS



- 5.1. Conceito
- 5.2. Fundamentos
- 5.3. Pressupostos processuais
- 5.4. Impetração
- 5.5. Efeitos
- 5.6. Extinção
- 6. RECURSOS EM ESPÉCIE
- 6.1. DA APELAÇÃO
- 6.1.1. Conceito
- 6.1.2. Características
- 6.1.3. Características
- 6.1.4. Apelação plena e limitada
- 6.1.5. Legitimidade interesse
- 6.1.6. Apelação subsidiária de apelo oficial
- 6.1.7. Prazo
- 6.1.8. Renúncia e desistência
- 6.1.9. Prazo
- 6.1.10. Processamento
- 6.1.11. Liberdade provisória
- 6.1.12. Apelação sumária
- 6.1.13. Apelação ordinária
- 6.1.14. Deserção
- 6.1.15. Efeitos
- 6.1.16. Reformatio in pejus, reformatio in pejus indireta e reformatio in mellius
- 6.2. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
- 6.2.1. Conceito
- 6.2.2. Cabimento
- 6.2.3. Competência para o julgamento
- 6.2.4. Prazos
- 6.2.5. Processamento
- 6.2.6. Efeitos
- 6.3. PROTESTO POR NOVO JÚRI
- 6.3.1. Conceito
- 6.3.2. Origem histórica
- 6.3.3. Fundamento
- 6.3.4. Características
- 6.3.5. Finalidade
- 6.3.6. Pressupostos
- 6.4. CARTA TESTEMUNHÁVEL
- 6.4.1. Conceito
- 6.4.2. Origem histórica
- 6.4.3. Natureza jurídica
- 6.4.4. Procedimento
- 6.5. CORREIÇÃO PARCIAL
- 6.5.1. Conceito
- 6.5.2. Natureza jurídica
- 6.5.3. Previsão legal
- 6.5.4. Legitimidade legal



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 6.5.5. Objeto do recurso
- 6.5.6. Processamento
- 6.6. EMBARGOS INFRINGENTES
  - 6.6.1. Conceito
  - 6.6.2. Prazo
  - 6.6.3. Cabimento
  - 6.6.4. Procedimento
- 6.7. EMBARGOS DECLARATÓRIOS
  - 6.7.1. Conceito
  - 6.7.2. Natureza jurídica
  - 6.7.3. Prazo
  - 6.7.4. Pressupostos
  - 6.7.5. Legitimidade
  - 6.7.6. Embarguinhos
  - 6.7.7. Efeito suspensivo
- 6.8. REVISÃO CRIMINAL
  - 6.8.1. Conceito
  - 6.8.2. Natureza jurídica
  - 6.8.3. Legitimidade
  - 6.8.4. Prazo
  - 6.8.5. Cabimento
  - 6.8.6. Admissibilidade
  - 6.8.7. Competência
  - 6.8.6. Processamento

### **III UNIDADE:**

- 1. RECURSOS EM ESPÉCIE
  - 1.1. HABEAS CORPUS
    - 1.1.1. Origem histórica
    - 1.1.2. Conceito
    - 1.1.3. Natureza jurídica
    - 1.1.4. Espécies
    - 1.1.5. Legitimidade ativa e passiva
    - 1.1.6. Admissibilidade
    - 1.1.7. Competência
    - 1.1.8. Processamento
    - 1.1.9. Julgamento e efeitos
    - 1.1.10. Recursos
  - 1.2. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL
    - 1.2.1. Conceito
    - 1.2.2. Admissibilidade
    - 1.2.3. Legitimidade ativa e passiva
    - 1.2.4. Competência
    - 1.2.5. Procedimento
  - 1.3. RECURSO EXTRAORDINÁRIO
    - 1.3.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade
    - 1.3.2. Condições de admissibilidade
    - 1.3.3. Legitimidade



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 1.3.4. Interposição e processamento
- 1.4. RECURSO ESPECIAL
  - 1.4.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica
  - 1.4.2. Condições da admissibilidade
  - 1.4.3. Interposição e processamento
- 1.5. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL
  - 1.5.1. Recurso ordinário constitucional
- 2. DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS
  - 2.1. Do objeto e da aplicação da Lei de execução penal
  - 2.2. Do condenado e do internado
  - 2.3. Da assistência
  - 2.4. Do trabalho
  - 2.5. Dos órgãos de execução penal
  - 2.6. Da execução das penas em espécie
  - 2.7. Da progressão de regime
  - 2.8. Da regressão de regime
  - 2.9. Da autorização de saída
  - 2.10. Da remição
  - 2.11. Do livramento condicional
  - 2.12. Das penas restritivas de direito
  - 2.13. Da suspensão condicional da pena
  - 2.14. Da pena de multa
  - 2.15. Da execução das medidas de segurança
  - 2.16. Do procedimento
- 3. DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS – INFRAÇÕES PENAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO
  - 3.1. Competência
  - 3.2. Princípios
  - 3.3. Fase preliminar
  - 3.4. Do descumprimento da multa decorrente de transação penal
  - 3.5. Da fase judicial
  - 3.6. Dos recursos e “habeas corpus”
  - 3.7. Competência para execução

## AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AV1 – Prova	8,0
Estudo dirigido	2,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AV2 Estudo dirigido	8,0
Atividade de extensão	2,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AV3 – Prova	8,0
Estudo dirigido / Simulado	2,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 30 Ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

JR., A. L. Direito Processual Penal. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818431> (Biblioteca Virtual)

BRITO, A. C. D. Execução Penal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820235> (Biblioteca Virtual)

MARCÃO, R. Curso de Processo Penal. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/808981> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

REIS, A. C. A.; LENZA, P.; GONÇALVES, V. E. R. Direito Processual Penal. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818384> (Biblioteca virtual)

JR., A. L. Fundamentos do Processo Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819929> (Biblioteca Virtual)

BONFIM, E. M. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/646402> (Biblioteca Virtual)

JÚNIOR, A. P.; CALVES, J. P.; ARRUDA, R. A. D.; PEREIRA, R. S. Manual de Direito Processual Penal. São Paulo: SARAIVA, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580849> (Biblioteca Virtual)



CHOUKR, F. H. Código de Processo Penal : Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580923> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 279, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 280, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 281, julho. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO TRIBUTÁRIO I	DIR-054	Obrigatória	8º semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Introdução ao Estudo do Direito	54h		6h		60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>MARIA MIDLEJ BASTOS</b>					
EMENTA					
<p>Conceito, fontes e histórico. Princípios constitucionais de Direito tributário. Normas gerais de direito financeiro. Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência impositiva. Imunidades e isenções. Limitações ao poder de tributar. Obrigação tributária. Fato gerador. Responsabilidade. Crédito tributário. Administração tributária. Fiscalização. Dívida ativa tributária.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Situar a disciplina como Ramo autônomo do Direito, destacando as suas familiaridades com outros ramos, a fim de facilitar sua compreensão. Apresentar panorama contextualizado do Sistema Tributário Nacional, bem como os conceitos de Tributo e espécies Tributárias, com enfoque na sua forma de instituição, cobrança e pagamento. Descrever as Limitações ao Poder de Tributar, Crédito e Responsabilidade Tributária, a partir das técnicas existentes para se promover a solução de questões de ordem teórica e prática</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					



- Referenciar a disciplina no curso de Direito e sua importância teórico-prática
- Contextualizar e Conceituar o Sistema Tributário Nacional
- Descrever Tributo e Espécies Tributárias (Empréstimo Compulsório, Taxas, Contribuições de Melhoria, Impostos, Contribuições)
- Ler e interpretar o Código Tributário Nacional;
- Expor e Descrever as Limitações ao Poder de Tributar (Princípios, Imunidades, Isenções, Anistia e Remissão).
- Analisar a relação Jurídico Tributária (Fato Gerador, Hipótese Tributária, Obrigação e Responsabilidade);
- Expor exemplos práticos e seus reflexos na sociedade, a depender da configuração histórica, econômica e política.

### **METODOLOGIA**

Contemplar contextos, conceitos e mais relevantes tópicos atinentes aos temas abordados em sala, construindo uma cadeia lógica para fixação a partir dos seguintes recursos;

8. Exposições dialogadas em sala de aula, mesclando aula e discussões do cotidiano
9. Resolução de Questões de OAB e Concursos Públicos ao final de todas as aulas, para criação de familiaridade com a abordagem técnica dos pontos expostos;
10. Leitura e fichamento para fixação ao final de cada Unidade.
11. Mesclar teoria e prática, a partir do debate de casos concretos;
12. Avaliação escrita, estimulando pensamento crítico e articulação de argumentos;
13. Avaliação objetiva, estimulando interpretação e exercício lógico;
14. 7. Pesquisa, Seminários, debates e avaliação subjetiva de exposição oral.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

##### **1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

- 1.1. Definição de tributo
- 1.2 Prestação pecuniária
- 1.3 Prestação compulsória
- 1.4 Prestação diversa de sanção
- 1.5 Prestação instituída por lei
- 1.6 Prestação cobrada por lançamento

##### **2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

###### **2.1 Competência tributária e capacidade tributária ativa**

Detalhando a classificação da competência tributária

Competência privativa

Competência comum

Competência cumulativa

Competência especial

Competência residual

Competência extraordinária

##### **3. RELAÇÃO JURÍDICO TRIBUTÁRIA**

Hipótese de Incidência Tributária.

Fato Gerador, Base de Cálculo Alíquota.

Sujeito Ativo, Sujeito Passivo, Objeto e Obrigação Tributária.

##### **4. ESPÉCIES DE TRIBUTOS**

###### **4.1 Imposto**

**4.2 Taxa**

Taxa de polícia

Taxa de serviço

Informações complementares sobre taxas

Base de cálculo

O confronto taxa versus tarifa

Análise dos pedágios

**4.3. Contribuição de melhoria**

Conceito e aspectos gerais

O fato gerador

A base de cálculo

**AVALIAÇÃO**

Espera-se que os discentes consigam identificar as ferramentas interpretativas, práticas e legislativas disponíveis no Sistema Tributário Nacional e consigam compreendê-las e manipulá-las adequadamente, assimilando, inclusive, os reflexos de tal manipulação na prática (enquanto futuros políticos, advogados, juízes, promotores e juristas em geral). Para tanto, a partir de diagnóstico realizado na primeira aula (buscando identificar os objetivos de cada discente na escolha do Curso de Graduação), pretende-se incentivar os estudos e apreensão a partir de avaliação contínua constituída de:

- Exposição dos conceitos e posterior análise crítica a partir da realidade municipal, estadual e nacional;
- Debates em sala de aula;
- Confecção de textos acerca de CASOS PRÁTICOS envolvendo o cotidiano do Direito Tributário (notícias e polêmicas recentes, por exemplo);
- Resolução de Questões de concurso, especialmente INTERDISCIPLINARES, destacando a importância do estudo da disciplina de maneira geral e específica;

Neste sentido, tendo em vista a necessidade de averiguar o desempenho individual e coletivo dos discentes, serão utilizados os seguintes instrumentos avaliativos:

**1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
REVISÃO AV I – Prova da OAB 2ª Fase Os discentes irão responder às questões de OAB 2ª Fase, selecionadas de acordo com o tema da Unidade.	2,0
AVALIAÇÃO OBJETIVA – 10 QUESTÕES	8.0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO SUBJETIVA: IMPOSTOS EM ESPÉCIE (Municipais, Estaduais e Federais). Averiguar se os alunos conhecem as características, regra matriz de incidência e aplicação dos impostos vigentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro, através de questões práticas.	10,00
Avaliação Qualitativa continuada como incentivo: Em todos os encontros da 2ª Unidade serão realizadas atividades (resolução de questões, discussões de casos)	Ao fim pode ser atribuída a pontuação de até 2,0 (extra) para cada aluno, considerando o nível sua participação nas atividades.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
LIDE SIMULADA (estudo de caso). Os alunos se dividirão em grupos através dos quais representarão: O FISCO, UM RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO, UM CONTRIBUINTE DE FATO, UM JULGADOR. Serão apresentados a um caso concreto envolvendo a temática da disciplina e deverão apresentar POR ESCRITO E ORALMENTE que solução/atitude <b>deveriam tomar</b> diante da situação. Trazendo, quando couber, peça processual que entenderem pertinente na resolução do conflito.	10,00
DEBATES DIREITO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO: Roda de conversa no ultimo dia de aula sobre a Reforma Tributária Nacional.	Aos alunos que contribuírem com os debates, será concedido até 1,0 (um ponto) extra como incentivo, na medida de sua participação e envolvimento com a atividade.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

MACHADO, Hugo Brito. *Curso de direito tributário*. 42ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.

SCHOUERI, L. E. *Direito Tributário*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819260> (Biblioteca Virtual)

PAULSEN, L. *Curso de Direito Tributário Completo*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818236> (Biblioteca Virtual)

COSTA, R. H. *Curso de Direito Tributário*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785426> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário brasileiro*. São Paulo: Forense, 2022.

PAULSEN, L. *Tratado de Direito Penal Tributário Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820255> (Biblioteca Virtual)

NUNES, C. S. *Curso Completo de Direito Processual Tributário*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/799516> (Biblioteca Virtual)

AMARO, L. D. S. *Direito Tributário Brasileiro*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/759694> (Biblioteca Virtual)



JARDIM, E. M. F. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642178> (Biblioteca Virtual)

## PERIÓDICOS

**Revista Direito Tributário Atual:** <https://ibdt.org.br/site/rdt/>

**Revista de Direito Tributário e Financeiro - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI):** <https://www.indexlaw.org/index.php/direitotributario>

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 281, julho. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
PRÁTICA JURÍDICA II	DIR-051	Obrigatória	8º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Prática Jurídica I	36	36	8h		80
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>JOÃO ALBERTO FACÓ JUNIOR</b>					
<b>EMENTA</b>					
Trabalhos orientados de prática jurídica trabalhista; noções sobre o exercício profissional da advocacia. Elaboração de peças. Petição Inicial. Defesa do réu. Impugnação. Recursos. Demais peças cíveis. Análise procedimental e comportamental em audiência. Audiências simuladas. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Participação em audiências reais.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Oportunizar ao aluno, através da redação de petições, a aplicação do conhecimento teórico adquirido durante o curso, auxiliando-o na prática jurídica trabalhista.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
Favorecer a formação do aluno para a atuação no âmbito forense, introduzindo-o na prática forense real, traduzindo o dia-a-dia do advogado e auxiliando na redação das peças jurídicas em todas as fases do processo.					
<b>METODOLOGIA</b>					
Aulas expositivas e práticas, dando-se ênfase à elaboração de peças jurídicas a partir da apresentação e estudo de casos e atos processuais, oriundos de Exame de Ordem e de processos findos e em tramitação.					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					



1. Petição Inicial

Requisitos: pressupostos processuais; fatos e fundamentos da pretensão.

2. Ações Cíveis

Redação de petição inicial pelo procedimento ordinário;

Redação de petição inicial pelo procedimento especial;

Ações Possessórias (manutenção, reintegração e interdito).

3. Defesa do Réu

Contestação, Exceção, Reconvenção, Impugnação.

4. Recursos

Apelação

Recurso Inominado

Embargos de Declaração

Agravo

**AVALIAÇÃO**

**1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
ELABORAÇÃO DE PEÇAS	10,0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
ELABORAÇÃO DE PEÇAS	10,0

**3º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
ELABORAÇÃO DE PEÇAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS	10,0

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

OLIVEIRA, Aristeu de; SANTOS, Leandro Carlos. Manual de Prática Trabalhista em tempo Digital. Salvador: Juspodivm, 2023.

BARROSO, D.; JUNIOR, M. A. A.; RALIN, P.; ORSI, R.; , R. S. Prática Trabalhista. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820207> (Biblioteca Virtual)

HINZ, H. M. Audiência Trabalhista na Prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/626790> (Biblioteca Virtual)

LEITE, C. H. B. Curso de Direito Processual do Trabalho. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820221> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito processual do trabalho, 11ª edição revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Saraivajus, 2023.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho, 21ª edição, São Paulo: Saraivajus, 2023.

CREMONESI, A.; MONTEIRO, C. A. M. D. O. Coleção Prática Trabalhista - Audiência Trabalhista. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580473> (Biblioteca Virtual)

FILHO, R. P.; SOUZA, T. R. P. Curso de Direito Processual do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785424> (Biblioteca Virtual)

PEREIRA, L. Manual de Processo do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/723555> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito do Trabalho. São Paulo, Thomson Reuters, n. 187, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 189, maio. 2018.

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 279, maio. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
PROCESSUAL CIVIL IV	DIR-052		8º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
PROCESSUAL CIVIL I	54		6		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>JOÃO ALBERTO FACÓ JUNIOR</b>					
<b>EMENTA</b>					
Execução. Princípios informadores. Pressupostos Específicos. Responsabilidade patrimonial. Sujeitos do processo de execução. Espécies de Execução. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Procedimento na execução: petição inicial, citação, arresto, penhora, avaliação, arrematação, pagamento ao credor. Adjudicação de imóvel ou empresa. Suspensão da Execução. Remição da execução, remição de bens e remissão. Insolvência. Defesas no processo de execução. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Oferecer ao acadêmico o estudo da teoria geral da execução, abordando princípios, características, jurisprudência, doutrina, legislação, a fim de propiciar uma visão lógico-formal e prática da realidade que encontrará na vida profissional.</li></ul>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolver pesquisa e elaboração de trabalhos monográficos, no intuito de despertar no aluno a capacidade crítica e científica.</li><li>- Estudar a teoria do processo de execução, analisando os requisitos, as partes e terceiros, as espécies de execução.</li><li>- Transmitir ao aluno os institutos processuais do processo de execução, além dos meios de defesa judiciais e extrajudiciais.</li></ul>					
<b>METODOLOGIA</b>					



A disciplina será ministrada, partindo dos seguintes recursos didático-pedagógicos:

- a) aulas expositivas com apoio em recursos áudio-visuais;
- b) discussão crítica de casos concretos;
- c) realização de seminários;
- d) trabalhos em grupo ou individuais;
- e) realização de pesquisas sobre temas fundamentais do Direito Processual Civil;
- f) leituras orientadas e discussão crítica em sala de aula;
- g) atualização e discussão crítica da doutrina e da jurisprudência.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. EXECUÇÃO

- 1.1. Conceito de execução jurisdicional
- 1.2. Execução no quadro geral da jurisdição
- 1.3. Execução e cognição
- 1.4. Processo de execução

#### 2. REQUISITOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

- 2.1. Incidência das regras sobre pressupostos processuais e condição da ação
- 2.2. Requisitos
- 2.3. Título executivo
  - 2.3.1. Conceito
  - 2.3.2. Natureza jurídica
- 2.4. Liquidez, certeza e exigibilidade
- 2.5. Inadimplemento
- 2.6. Competência no processo executivo
- 2.7. Cumulação das demandas executivas

#### 3. LIQUIDEZ DA SENTENÇA

- 3.1. Noções gerais
- 3.2. Natureza jurídica
- 3.3. Características
- 3.4. Espécies de liquidação

#### 4. PARTES E TERCEIROS NA EXECUÇÃO

- 4.3. A posição jurídica do cônjuge do executado
- 4.4. Credor e devedor
- 4.5. Exeqüente e executado
- 4.6. Litisconsórcio
- 4.7. Intervenção de terceiros
- 4.8. Responsabilidade patrimonial

#### 5. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

#### 6. CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

- 5.1. Quanto à origem do litígio
- 5.2. Quanto à estabilidade do título executivo
- 5.3. Quanto à natureza e ao objeto da prestação
- 5.4. Quanto à especificidade do objeto
- 5.5. Quanto à especificidade do procedimento
- 5.6. Quanto à solvibilidade do devedor



**II UNIDADE:**

**7. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: FASE INICIAL**

- 7.1. Estrutura procedimental
- 7.2. Petição inicial
- 7.3. Efeitos
- 7.4. Prescrição
- 7.5. Citação
- 7.6. Arresto

**8. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA**

- 8.1. Nomeação dos bens à penhora
- 8.2. Ausência de nomeação de bens à penhora
- 8.3. Penhora
  - 8.3.1. Conceito
  - 8.3.2. Natureza jurídica
  - 8.3.3. Fins
  - 8.3.4. Hipóteses especiais de penhora

**9. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: DEPÓSITO, CAUÇÃO, ALIENAÇÃO ANTECIPADA DOS BENS PENHORADOS**

- 9.1. Depósito dos bens penhorados
- 9.2. Deveres do depositário
- 9.3. Direitos do depositário
- 9.4. Avaliação dos bens penhorados
- 9.5. Alienação antecipada dos bens penhorados

**10. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: ALIENAÇÃO JUDICIAL (ARREMATACÃO)**

- 10.1. Expropriação dos bens penhorados
- 10.2. Natureza da alienação judiciária
- 10.3. Conceito de arrematação
- 10.4. Espécies de hasta pública
- 10.5. Atos preparatórios de arrematação
- 10.6. Legitimidade para arrematação
- 10.7. Procedimento

**11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: ADJUDICAÇÃO, USUFRUTO EXECUTIVO, ENTREGA DO DINHEIRO**

- 11.1. Adjudicação
- 11.2. Legitimidade para ser usufrutuário judicial
- 11.3. Condições objetivas do usufruto
- 11.4. Condições formais
- 11.5. Administração
- 11.6. Forma de satisfação do credor
- 11.7. Entrega do dinheiro

**III UNIDADE:**

**12. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER**

- 12.1. Remição da execução
- 12.2. Remição dos bens
- 12.3. Suspensão e extinção da execução

**13. TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER E SUA EXTENSÃO ÀS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA**



- 13.1. Execução de fazer
- 13.2. Execução de não fazer
- 13.3. Multa
- 13.5. Sentença substitutiva de declaração de vontade
- 14. EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA
- 14.1. Sentenças mandamentais e executivas "lato sensu"
- 14.2. Eficácia mandamental
- 14.3. Antecipação da tutela
- 14.4. Multa diária
- 14.5. Conversão em perdas e danos
- 14.6. Efetivação da sentença
  
- 15. EMBARGOS DO EXECUTADO
- 15.1. Natureza
- 15.2. Espécies
- 15.3. Condições objetivas
- 15.4. Legitimidade
- 15.5. Intervenção de terceiro
- 15.6. Procedimento
- 15.7. Sentença de embargos
  
- 16. EMBARGOS DE TERCEIRO
- 16.1. Noções
- 16.2. Legitimidade
- 16.3. Momento da propositura
- 16.4. Competência
- 16.5. Sentença
- 16.6. Natureza
- 16.7. Efeitos
- 16.8. Autoridade
- 17. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
- 17.1. Legitimidade
- 17.2. Competência
- 17.3. Efeitos
- 17.4. Procedimento
- 18. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
- 18.1. Procedimento especial da execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.
- 18.2. Execução forçada contra a Fazenda Pública.
- 18.3. Julgamento.
- 18.3. Execução por quantia certa fundada em sentença.
- 18.4. Execução provisória.
- 18.5. Atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.
- 18.6. Procedimento para a obtenção do precatório complementar.
- 18.7. Embargos à execução contra a Fazenda Pública.
  
- 19. EXECUÇÃO FISCAL
- 19.1. Finalidade.
- 19.2. Título executivo.
- 19.3. Legitimidade passiva.
- 19.4. Procedimento.
- 19.5. Recursos.



### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	10,0

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
TRABALHO	10,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LOPES JR, Jaylton. Manual de Processo Civil. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

GONÇALVES, M. V. R. Novo Curso de Direito Processual Civil. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785473> (Biblioteca Virtual)

BUENO, C. S. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820227> (Biblioteca Virtual)

BUENO, C. S. Manual de Direito Processual Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/790043> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSIS, Araken de. Manual da execução. 21 ed. São Paulo: RT. 2020.

RANGEL, R. C. Manual de Direito Processual Civil das Famílias. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818439> (Biblioteca Virtual)

LUNARDI, F. C. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/661282> (Biblioteca Virtual)

GONÇALVES, M. V. R. Sinopses Jurídicas - Execução Civil. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642196> (Biblioteca Virtual)



Vade Mecum Saraiva - Tradicional. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818270> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito do Trabalho. São Paulo, Thomson Reuters, n. 187, março. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 189, maio. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
PROJETO DE PESQUISA	DIR - 060	Obrigatória	8º Semestre	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	54h		06h		60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Professora Dr <sup>a</sup> Jeane Denise de Souza Menezes					
<b>EMENTA</b>					
Elaboração e consolidação do projeto de pesquisa. Aplicação das normas da ABNT. Execução da proposta da monografia: discussões teóricas, pesquisa bibliográfica, consulta as fontes para a construção da fundamentação teórica.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Instrumentalizar os estudantes para elaboração do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
Conhecer as Normas Técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos; Apresentar diferentes áreas do Direito para a seleção dos temas das pesquisas; Preparar os estudantes para uma análise crítica de diferentes textos jurídicos em vista da escrita da pesquisa acadêmica. Desenvolver um perfil de pesquisador que pense o Direito como uma área que se relaciona e se desenvolve conjuntamente com outras áreas do saber de forma interdisciplinar.					
<b>METODOLOGIA</b>					
O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos metodológicos: a) análises de textos; b) aulas dialogadas; c) análise de casos, debates e exercícios; d) leituras orientadas e fichamento; e) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico.					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					



### **I UNIDADE**

O que é pesquisa científica e suas etapas;  
Aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos da pesquisa jurídica;  
Estrutura do Projeto de Pesquisa;  
Elaboração do: tema, problema, hipóteses, justificativa e objetivos da pesquisa.

### **II UNIDADE**

Metodologias utilizadas no campo jurídico;  
Referencial Teórico;  
Citações diretas e indiretas;  
Cronograma.

### **III UNIDADE**

Normatização dos Projetos de Pesquisa segundo a ABNT;  
Revisão dos textos e inclusão das Referências Bibliográficas.

## **AVALIAÇÃO**

### **1º UNIDADE**

<b>Atividades</b>	<b>Nota máxima da atividade</b>
Tema, problema, justificativa e objetivos da pesquisa.	10,0

### **2º UNIDADE**

<b>Atividades</b>	<b>Nota máxima da atividade</b>
Metodologia, Referencial Teórico e Cronograma	10,0

### **3º UNIDADE**

<b>Atividades</b>	<b>Nota máxima da atividade</b>
Referencias e formatação	10,0

## **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de Andrade. *Fundamentos de Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2014.
- MONTEIRO, C. S.; MONTEIRO, C. S.; MEZZARROBA, O. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818254> (Biblioteca Virtual)
- BARBOSA, C. V. Metodologia da Pesquisa Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794314> (Biblioteca Virtual)
- BITTAR, E. C. B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/790077> (Biblioteca virtual)



### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDINA, D. Série IDP - Linha Pesquisa Acadêmica - a Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580365> (Biblioteca Virtual)

QUINTAS, F. L. Linha Pesquisa Acadêmica - o Mandado de Injução Perante o Supremo Tribunal Federal. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/604565> (Biblioteca Virtual)

VICTOR, S. A. F. Linha Pesquisa Acadêmica - Diálogo Institucional. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580432> (Biblioteca Virtual)

VICTOR, S. A. F. Linha Pesquisa Acadêmica - Presidencialismo de Coalizão - Exame do Atual Sistema de Governo Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580431> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

Revista Direitos Fundamentais Democracia

<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd>

Direito & Justiça

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir>

Juris Revista do Departamento de Ciências Jurídicas

<http://www.seer.furg.br/juris>

Panóptica – Revista Eletrônica Acadêmica de Direito

<http://www.panoptica.org/seer/index.php/op>

REJUR – Revista Eletrônica Jurídica do Curso de Direito

<http://revistas.facecla.com.br/index.php/redirect>



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA



**9º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO DO CONSUMIDOR	DIR – 056	Obrigatória	9º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	36 h		04 h		40 horas
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>Profa. Me. Luciana Teixeira Medeiros</b>					
<b>EMENTA</b>					
Noções introdutórias: o consumo na sociedade industrial de massa. Direito do consumidor: relação de consumo - sujeitos e objeto. Práticas comerciais: oferta, publicidade, informação. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço. Práticas e cláusulas abusivas e contratos de adesão. Resolução dos contratos. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em Juízo. Ações coletivas de proteção ao consumidor.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
- Desenvolver no aluno a compreensão do Direito do Consumidor como um microsistema, a partir do tratamento jurídico dado à relação de consumo pelo Código de Defesa do Consumidor.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Ensinar o aluno a identificar as práticas comerciais lícitas e as ilícitas.
- Dar ao discente o domínio dos meios administrativos e processuais de defesa dos direitos do consumidor.
- Desenvolver no discente a visão crítica do fenômeno jurídico, incentivando-o para a pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos.

### **METODOLOGIA**

- Aulas discursivas e participativas.
- Estudo de casos práticos em grupo.
- Apresentação de seminários.
- Análise de casos concretos.
- Debates e exercícios que demandem a leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa, elaboração de relatórios.
- Leituras atualizadas e debates sobre temas atuais.
- Fichamentos, resumos e resenhas de textos jurídicos.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE**

##### **1. DO DIREITO DO CONSUMIDOR**

- 1.1. Direito do Consumidor. Histórico. Conceito.
- 1.2. O microsistema das relações de consumo.
- 1.3. Fontes.
- 1.4. Convenção Coletiva de Consumo.
- 1.5. Aplicação e Interpretação.
- 1.6. Relação de Consumo: caracterização.
- 1.7. Princípios Constitucionais.
- 1.8. O CDC - Lei nº.8.078, de 11.09.90. Elaboração. Alterações. Regulamento.

##### **2. A RELAÇÃO DE CONSUMO**

- 2.1. Consumidor.
- 2.2. Fornecedor.
- 2.3. Conceito de Produto e de Serviços.
- 2.4. A Política Nacional de Relações de Consumo.
- 2.5. O Sistema de Execução da Política Nacional das Relações de Consumo.
- 2.6. Direitos Básicos do Consumidor.
- 2.8. Deveres dos Fornecedores.

#### **II UNIDADE:**

##### **1. RELAÇÃO DE CONSUMO**

- 1.1. Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço.
- 1.2. Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço Responsabilidade da Pessoa Jurídica.
- 1.3. Decadência e Prescrição.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

## 2. PRÁTICAS COMERCIAIS

- 2.1. Oferta.
- 2.2. Publicidade.
- 2.3. Práticas Abusivas.
- 2.4. Cobrança de Dívidas.
- 2.5. Bancos de Dados e Cadastros dos Consumidores.

### III UNIDADE:

#### 3. A PROTEÇÃO CONTRATUAL

- 3.1. Disposições Gerais.
- 3.2. Cláusulas Abusivas.
- 3.3. Contratos de Adesão.

#### 4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 4.1. Competência dos Estados, Municípios e da União.
- 4.2. Espécies de Sanções.

#### 5. CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO

- 5.1. Princípios.
- 5.2. Tipos.
- 5.3. Penas.

#### 6. ASPECTOS PROCESSUAIS DA DEFESA DO CONSUMIDOR

- 6.1. Ações Individuais.
- 6.2. Ônus da Prova.
- 6.3. Ações coletivas.
- 6.4. Interesses Individuais Homogêneos.
- 6.5. Coisa Julgada.

## AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Assim, os critérios para averiguação contínua do ensino-aprendizagem, são:

- a) compreensão dos conteúdos e conceitos;
- b) capacidade de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas;
- b) capacidade crítica e formulação das próprias ideias;
- c) capacidade de expressar-se com clareza de forma escrita e falada;
- d) participação, interesse, assiduidade e pontualidade;

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação de seminários;
- d) elaboração de trabalho de pesquisa;
- f) trabalhos individuais orais;
- g) fichamentos;
- h) autoavaliação;
- i) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

NUNES, Rizzato. Curso de direito do consumidor. 15ª ed. São Paulo: Saraivajur, 2022.

SOARES, R. M. F. Princípios Básicos do Direito do Consumidor Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/825840> (Biblioteca Virtual)

ALMEIDA, F. B. D. Coleção Esquematizado® - Direito do Consumidor. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818390> (Biblioteca Virtual)

ALQUALO, Fernando Pereira. Coleção Amo Direito - Direito do Consumidor. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209335> (Biblioteca Virtual)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direito do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2017.

MANCUSO, Rodolfo Camargo. *Manual do consumidor em juízo*. São Paulo: Saraiva. 2020.

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: RT. 2022.

MASSO, F. D. D.; EBERLIN, F. B. V. T.; EBERLIN, F. B. V. T.; ABDO, H. N.; CORDOVIL, L. A. G.; CORDOVIL, L.; PFEIFFER, R. A. C.; COVAS, S.; OLIVEIRA, T. M. D.; AGUIAR, T. C. L. D.; FERNANDES, W. *Direito, Gestão e Prática - Direito do Consumidor: a Visão da Empresa e da Jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642177> (Biblioteca virtual)

ALMEIDA, J. B. D. *Manual de Direito do Consumidor*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580838> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 993, julho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 999, janeiro. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1000, fevereiro. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1001, março. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Internacional	DIR - 057	Obrigatória	9º	2023.1	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Constitucional II	54	-	6	-	60
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Daniel Borges					
<b>EMENTA</b>					
<p>Conceito e desenvolvimento histórico. Normas internacionais: tratados e formas não convencionais de expressão do direito internacional. O costume internacional. Princípios gerais. Atos unilaterais. Decisões das organizações internacionais. Instrumentos de interpretação e de compensação. Jurisprudência e doutrina. Conflitos de normas de Direito Internacional Público e Direito interno. Responsabilidade internacional. O fenômeno sucessório. Jurisdição do Estado: população e nacionalidade. Imunidades. Domínio público internacional. Conflitos internacionais: solução pacífica, guerras. Direito internacional contemporâneo. Direito internacional Privado. Direito intertemporal e direito internacional privado. Direito uniforme e direito comparado. As normas de direito internacional privado. Codificações e tentativas de codificação. Nacionalidade.</p>					
<b>OBJETIVOS GERAIS</b>					
<p>Adquirir conhecimento teórico/prático sobre os princípios e normas jurídicas que regem o Direito Internacional Público e Privado, capacitando o aluno a solucionar os problemas que transcendem ao interesse exclusivo da ordem jurídica interna;</p> <p>Desenvolver uma visão crítica e ética do fenômeno jurídico, permitindo ao aluno a habilidade de equacionar os problemas de seu tempo e de seu espaço;</p>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolver no acadêmico a capacidade, através da pesquisa, o conhecimento técnico e ético, do Direito Internacional Público e Privado, enquanto instrumento fundamental das relações internacionais, permitindo uma análise dos fenômenos principais o cenário internacional;</li><li>- Propiciar no alunado informações acerca da competência e funções do Estado brasileiro na ordem jurídica internacional;</li><li>- Estudar os mais importantes casos das relações internacionais contemporâneas;</li><li>- Compreender o novo cenário internacional: a formação de blocos econômicos, a superação do conceito clássico de soberania, o reagrupamento de forças políticas, as organizações internacionais.</li></ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Procurar despertar a curiosidade científica no discente, incentivando a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos sobre temas do Direito Internacional Público e Privado, propiciando-o uma compreensão científica da nova ordem mundial.

### **METODOLOGIA**

- Aulas discursivas e participativas.
- Estudo de casos práticos em grupo.
- Apresentação de seminários.
- Análise de casos concretos.
- Debates e exercícios que demandem a leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa, elaboração de relatórios.
- Leituras atualizadas e debates sobre temas atuais.
- Fichamentos, resumos e resenhas de textos jurídicos.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

I UNIDADE:

#### 1. O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 1.1. Conceito.
- 1.2. Denominação.
- 1.3. Fundamentos.
- 1.4. Evolução.
- 1.5. Divisão.
- 1.6. Direito Internacional Público e a relação com o Direito Interno.
- 1.7. Fontes:
  - 1.7.1. Espécies:
    - a) Costumes;
    - b) Tratados;
    - c) Princípios Gerais de Direito;
    - d) Decisões Judiciárias;
    - e) Doutrina;
    - f) Equidade;
    - g) Atos Unilaterais.
- 1.8. Hierarquia.
- 1.9. Codificação.

#### 2. TRATADOS INTERNACIONAIS

- 2.1. Classificação.
- 2.2. Terminologia.
- 2.3. Estrutura.
- 2.4. Condições de validade.
- 2.5. Celebração.
- 2.6. Efeitos perante terceiros.
- 2.7. Interpretação.
- 2.8. Revisão.
- 2.9. Validade.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

## 2. SOCIEDADE INTERNACIONAL

### 2.1. Pessoas Internacionais

2.1.1. Conceito.

2.1.2. Classificação.

2.1.3. Enumeração.

### 3. ESTADO

3.1. Conceito.

3.2. Elementos.

3.3. Classificação.

3.4. Nascimento.

3.5. Reconhecimento de Estado.

3.6. Reconhecimento de Governo.

3.8. Extinção.

3.9. Sucessão.

3.10. Direitos.

3.11. Deveres.

3.12. Não-Intervenção.

3.13. Responsabilidade:

a) Fundamentos;

b) Requisitos;

c) Espécies;

d) Excludentes.

## 4. DIMENSÃO TERRITORIAL DO ESTADO

4.1. Espaço terrestre.

4.2. Espaço lacustre.

4.3. Espaço marítimo:

a) Mar interior;

b) Mar territorial;

c) Zona contígua;

d) Zona econômica exclusiva;

e) Plataforma continental;

f) Alto mar.

## 5. DIMENSÃO TERRITORIAL DO ESTADO

5.1. Espaço aéreo.

5.2. Espaço extra-atmosférico.

5.3. Espaço polar.

## II UNIDADE:

### 1. ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO

1.1. Chefes de Estado.

1.2. Ministro das Relações Exteriores.

1.3. Agentes diplomáticos e consulares:

a) Conceito;

b) Evolução;

c) Fundamentação da atuação

d) Divisão

e) Seleção e carreira;



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- f) Funções;
- g) Deveres;
- h) Privilégios e imunidades.

## 2. DIMENSÃO PESSOAL DO ESTADO

- 2.1. Nacionalidade.
- 2.2. Conceito.
- 2.3. Conceito.
- 2.4. Princípios
- 2.5. Aquisição originária.
- 2.6. Aquisição derivada.
- 2.7. Perda.

## 3. DIMENSÃO PESSOAL DO ESTADO

- 3.1. Relação do Estado com seus Nacionais no Exterior.
- 3.2. Relação do Estado com Estrangeiros em seu Território.

## 4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- 4.1. Conceito.
- 4.2. Classificação.
- 4.3. Entes análogos.
- 4.4. Características.

## 5. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

- 5.1. Origem.
- 5.2. Composição.
- 5.3. Objetivos.
- 5.4. Princípios.
- 5.5. Órgãos:
  - a) Assembleia Geral;
  - b) Conselho de Segurança;
  - c) Conselho Econômico e Social;
  - d) Conselho de Tutela;
  - e) Corte Internacional de Justiça;
  - f) Secretariado;
  - g) Organismos Especializados.
- 5.6. Perspectivas.
- 5.7. Relações com Organizações Regionais.
- 5.8. OEA.

## 6. MERCADO COMUM DO SUL (Mercosul)

- 6.1. Antecedentes.
- 6.2. Composição.
- 6.3. Objetivos.
- 6.4. Princípios.
- 6.5. Instrumentos.
- 6.6. Órgãos.
- 6.7. Relações com Outras Organizações.
- 6.8. Perspectivas.



## 7. O HOMEM

- 7.1. Personalidade Internacional.
- 7.2. Instituições Internacionais de proteção aos Direitos Humanos:
  - a) No âmbito da ONU;
  - b) No âmbito europeu;
  - c) No âmbito americano;
- 7.3. Tratamento especial aos Direitos Humanos.
- 7.4. Direito de Asilo.

## 8. DEMAIS PESSOAS INTERNACIONAIS

- 8.1. Santa Sé.
- 8.2. Beligerantes.
- 8.3. Insurgentes.
- 8.4. Soberana Ordem de Malta.
- 8.5. Cruz Vermelha Internacional.
- 8.6. Territórios Internacionalizados.
- 8.7. Sociedades Comerciais.
- 8.8. Povos e Nações.
- 8.9. Organizações Não Governamentais.
- 8.10. Outras.

## 9. LITÍGIOS INTERNACIONAIS

- 9.1. Conceito.
- 9.2. Espécies.
- 9.3. Modos de solução pacífica:
  - a) Meios diplomáticos;
  - b) Meios políticos;
  - c) Meios jurídicos;
  - d) Meios coercitivos.

## III UNIDADE:

### 1. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 1.1. Definição
- 1.2. Objeto
- 1.3. Método
- 1.4. Fontes
- 1.5. Teorias modernas
- 1.6. Princípios
- 1.7. Fontes legislativas
- 1.8. Unificação do Direito Internacional Privado

### 2. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 2.1. Noções gerais
- 2.2. Objeto
- 2.3. Método
- 2.4. O direito internacional privado e as disciplinas afins
- 2.5. Fontes
- 2.6. Princípios
- 2.7. Fontes legislativas
- 2.8. Unificação do Direito Internacional Privado
- 2.9. Direito Internacional Privado e o Direito interno

### 3. ESTRUTURA DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 3.1. Considerações gerais
- 3.1. Regras indiretas e regras e indicativa
- 3.2. Regras qualificadoras.
- 3.4. Objeto de conexão e elemento de conexão.
- 3.5. Aplicação das normas de Direito Internacional Privado
- 3.6. Teoria das qualificações
- 3.7. Estatuto pessoal da pessoa jurídica no Direito Internacional Privado
- 4. PRECEITOS BÁSICOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
- 4.1. Ordem pública
- 4.2. Questão privada
- 4.3. Fraude à lei
- 4.4. Reenvio
- 4.5. Conflito móvel
- 5. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
- 5.1. Noções gerais
- 5.2. Verificação do conteúdo e aplicação do direito estrangeiro
- 5.3. Aplicação das normas do direito internacional privado
- 5.4. Verificação do conteúdo do direito estrangeiro no processo
- 6. DIREITO CIVIL INTERNACIONAL
- 6.1. Direito das obrigações
- 6.1.1. Contratos e obrigações internacionais
- 6.2. Direito de família
- 6.2.1. Casamento
- 6.2.2. Alimentos
- 6.2.3. Guarda
- 6.3. Direito das sucessões
- 7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL NO MERCOSUL
- 7.1. Considerações gerais
- 7.2. Princípios básicos de cooperação e assistência jurisdicional
- 7.3. Jurisdição em matéria contratual
- 11.4. Responsabilidade civil

**AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Questões relacionadas ao tema da aula, aplicadas semanalmente.	4 pontos
Prova	6 pontos

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Questões relacionadas ao tema da aula, aplicadas semanalmente.	4 pontos
Prova	6 pontos

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Questões relacionadas ao tema da aula, aplicadas semanalmente.	4 pontos
Atividade de extensão – gravação de vídeo para ser publicado no canal do youtube da IES.	6 pontos

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

SILVA, Geraldo E. do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. 23ª ed. *Manual de direito internacional público*. São Paulo: Saraivajus, 2023.

TEIXEIRA, C. N.; MACIEL, J. F. R. *Manual de Direito Internacional Público e Privado*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820241> (Biblioteca Virtual)

GUERRA, S. *Curso de Direito Internacional Público*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/816739> (Biblioteca Virtual)

RECHSTEINER, B. W. *Direito Internacional Privado - Teoria e Prática*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785668> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

REZEK, F. *Direito Internacional Público*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785474> (Biblioteca Virtual)

PIOVESAN, F. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820234> (Biblioteca Virtual)

RAMOS, A. D. C. *Curso de Direito Internacional Privado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/759698> (Biblioteca Virtual)

ACCIOLY, H.; CASELLA, P. B.; SILVA, G. E. D. N. E. *Manual de Direito Internacional Público*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/753428> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

CAMPOS, D. D. S. A. Sinopses Jurídicas 33 - Direito Internacional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/644997> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

**REVISTA de Direito do Trabalho. São Paulo, Thomson Reuters, n. 187, março. 2018.**

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 189, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 190, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 191, julho. 2018.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Prática Jurídica III – Processual Penal	DIR-058	Obrigatória	9º Semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Prática Jurídica II	30	30	10	10	80
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Prof. Me. Ângelo Maciel Santos Reis					
EMENTA					
<p>Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, com ênfase na área Penal.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Introduzir o conhecimento prático jurídico voltando para a dinâmica processual criminal. Desenvolver a problemática teórico-doutrinária dentro de uma perspectiva de ordem prática, a fim de se permitir a compreensão da dinâmica da legislação processual penal através dos códigos e das leis esparsas, refletindo acerca da persecução penal de forma crítica;</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar aos estagiários um razoável embasamento prático-teórico de Direito Processual Criminal.</li> <li>• Promover e estimular nos estagiários um maior contato com as atividades de extensão.</li> <li>• Analisar a problemática das novas alterações promovidas na legislação penal e processual e seus reflexos diante das exigências inexoráveis da facticidade social, especialmente após advento do pacote anticrime.</li> </ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Situar os estagiários nas discussões elementares que circundam a produção de documentos, inquéritos policiais, petições diversas, sentenças, interpretação, aplicação e legitimidade das normas penais em face das normas constitucionais.
- Fomentar a realização de pesquisa e trabalhos científicos sobre temas da disciplina, com o intuito de encorajar o aprofundamento do conhecimento prático-científico incentivando a procura de soluções jurídicas criativas e éticas para os problemas sociais.

### **METODOLOGIA**

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:

- a) aulas dialogadas e revisão de conteúdos;
- b) análise de casos, debates e exercícios;
- c) produção de peças/petições jurídicas;
- d) acompanhamento e participação de audiências reais com produção de relatórios;
- e) atendimentos ao público no Núcleo de Prática Jurídicas;
- f) atividades de extensão em contato com os órgãos do poder judiciário e as atividades policiais;
- g) visitas técnicas a órgãos voltados para a persecução penal;
- h) audiências simuladas e defesa oral de recursos perante os tribunais superiores.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

- 1 – A primeira fase da persecução penal – Atividades Policiais
- 2 – Medidas Cautelares, Medidas de Contracautela e Liberdade Provisória
- 3 – Atribuições dos Delegados de Polícia e demais sujeitos processuais da primeira fase da persecução penal

#### **II UNIDADE:**

- 4 – A segunda fase da persecução penal – Atividades Judiciais e Administrativas
- 5 – Processo e Procedimentos: Petições iniciais (Denúncia e Queixa; Defesas iniciais (Resposta à Acusação e Defesa Prévia)
- 6 – Procedimentos Comuns e Especial do Júri: Produção de peças (alegações finais) e acompanhamento de audiências.

#### **III UNIDADE:**

- 7 – Decisões e Sentença Penal – Atribuições das autoridades Judiciais (análise de Sentenças)
- 8 – Recursos no Processo Penal – Atribuições dos Tribunais (produção de recursos)
- 9 – Sustentação oral de Recursos nos Tribunais Superiores
- 10 – Júri simulado

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AV1 – Prova (peça ou petição)	5,0
Petições, audiências reais e atendimentos no NPJ	5,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AV2 – Prova (peça ou petição)	5,0
Atividades de extensão, atendimentos e audiências reais	5,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AV3 - Prova (petição de recurso)	5,0
Petições, audiências reais e atendimentos no NPJ	3,0
Júri Simulado	2,0

A avaliação do processo de aprendizagem, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, formaliza-se a partir de três vertentes básicas: a) diagnóstica; b) formativas; c) somativa.

Os instrumentos para verificação do nível de desempenho dos estudantes são:

- a) provas escritas individuais;
- b) participação nos trabalhos de leitura recomendadas;
- c) participação e produção de simulados escritos e audiências simuladas;
- d) elaboração de trabalho de campo e ações sociais;
- e) trabalhos individuais orais;
- g) auto-avaliação;
- h) prova multidisciplinar, que está vinculada ao projeto educativo mais amplo e interdisciplinar.

As avaliações do semestre serão realizadas seguindo os seguintes critérios:

**AV01 – Avaliação escrita valendo 10,0 (dez) pontos** (distribuídos entre uma primeira parte com avaliação escrita valendo 5,0 (cinco) pontos e uma segunda parte através das Petições, audiências reais e atendimentos no NPJ valendo 5,0 pontos)

Produção de peças jurídicas, onde o aluno deverá demonstrar a sua habilidade de escrita, argumentação, elaboração de raciocínio jurídico, criatividade e interpretação de textos. Faz parte da avaliação o cuidado com a organização das ideias, das regras gerais da língua portuguesa, do vocabulário e linguagem argumentativa.

**AV02 – Avaliação escrita valendo 10,0 (dez) pontos** (distribuídos entre uma primeira parte com avaliação escrita valendo 5,0 (cinco) pontos e uma segunda parte através das Petições, audiências reais e atendimentos no NPJ, atividades de extensão e promoção de ações sociais valendo 5,0 (cinco) pontos)

**AV03 – Atividades valendo 10,0 (dez) pontos:** prova (5,0), petições (3,0) e Júri Simulado (2,0)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Júri Simulado como forma de atividade de análise crítica de jurisprudência atualizada a ser realizada em grupo. O trabalho tem como objetivo o estudo dos fatos, a contextualização do caso, o exame dos argumentos jurídicos e dos dispositivos legais utilizados na causa analisada.

A atividade, que deverá ser apresentada de forma simulada, como Sessão de Julgamento de um caso concreto e de forma oral privilegiará a oralidade, a pontualidade, a capacidade de organização e distribuição de tarefas, a promoção do debate, a construção de teses em um espaço dialético, propício ao antagonismo de ideias e que comporte diversas visões de mundo. As apresentações dos alunos com o resultado dos trabalhos instiga o debate na turma e oportuniza à turma a conhecer a visão de mundo dos colegas, por meio das opiniões trazidas nos julgamentos e nos debates de um plenário do tribunal do Júri.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

SANTOS, Rodrigo. Manual de Peças Práticas para Carreiras Jurídicas - Prática Penal para Defensoria Pública. Salvador: Juspodivm, 2023.

BARROSO, D.; MARQUES, F.; TASOKO, M.; JUNIOR, M. A. A.; PAIVA, R.; CALDEIRA, S. Prática Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820206> (Biblioteca Virtual)

MESSA, A. F. Prática Penal para Exame da OAB. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820247> (Biblioteca Virtual)

MARQUES, I. L.; ROCHA, M. H. D.; ROCHA, M. H. D. Completaço® OAB 2ª Fase - Prática Penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642056> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASSETTARI, C. Multa Contratual-teoria e Prática da Clausula Penal Multa Contratual-teoria e Prática da Clausula Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/621649> (Biblioteca Virtual)

CAPEZ, F. Prática Forense Penal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/580827> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

GLOECKNER, R. J. Nulidade no Processo Penal Nulidade no Processo Penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/621557> (Biblioteca Virtual)

JR., A. L. Fundamentos do Processo Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819929> (Biblioteca Virtual)

Vade Mecum Saraiva - Tradicional. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818270> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA de Processo. São Paulo, Thomson Reuters, n. 277, março. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 289, março. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 290, abril. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO TRIBUTÁRIO II	DIR-061	Obrigatória	9º semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Direito Tributário I	54h		6h		60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>MARIA MIDLEJ BASTOS</b>					
EMENTA					
Norma tributária. Hipóteses de incidência. Relação jurídica tributária. Ilícito puramente fiscal. Crimes tributários. Contencioso tributário. Processo administrativo tributário. Processo tributário judicial. Tributos federais, estaduais e municipais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referenciar a disciplina no curso de Direito e sua importância teórico-prática</li> <li>• Contextualizar e Conceituar o Sistema Tributário Nacional</li> <li>• Descrever Tributo e Espécies Tributárias (Empréstimo Compulsório, Taxas, Contribuições de Melhoria, Impostos, Contribuições)</li> <li>• Ler e interpretar o Código Tributário Nacional;</li> <li>• Expor e Descrever as Limitações ao Poder de Tributar (Princípios, Imunidades, Isenções, Anistia e Remissão).</li> <li>• Analisar a relação Jurídico Tributária (Fato Gerador, Hipótese Tributária, Obrigação e Responsabilidade);</li> <li>• Expor exemplos práticos e seus reflexos na sociedade, a depender da configuração histórica, econômica e política.</li> </ul>					
METODOLOGIA					
<p>Contemplar contextos, conceitos e mais relevantes tópicos atinentes aos temas abordados em sala, construindo uma cadeia lógica para fixação a partir dos seguintes recursos;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>15. Exposições dialogadas em sala de aula, mesclando aula e discussões do cotidiano</li> <li>16. Resolução de Questões de OAB e Concursos Públicos ao final de todas as aulas, para criação de familiaridade com a abordagem técnica dos pontos expostos;</li> <li>17. Leitura e fichamento para fixação ao final de cada Unidade.</li> <li>18. Mesclar teoria e prática, a partir do debate de casos concretos;</li> </ol>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

19. Avaliação escrita, estimulando pensamento crítico e articulação de argumentos;
20. Avaliação objetiva, estimulando interpretação e exercício lógico;
21. 7. Pesquisa, Seminários, debates e avaliação subjetiva de exposição oral.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Normas de Fiscalização Tributária

Sigilo Fiscal x Sigilo Bancário

Domicílio Tributário

Constituição do Crédito Tributário

#### 3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO:

Lançamento (Conceito, Espécies Forma e conteúdo)

Prescrição e Decadência no Direito Tributário

Suspensão do Crédito Tributário

Moratória

Deposito do Montante Integral

Reclamações e recursos administrativos

Concessão de Medidas Liminares

Parcelamento

Extinção do Crédito Tributário

Pagamento

Compensação

Transação

Remissão

Decadência

Prescrição

Conversão do Depósito em Renda

Pagamento antecipado e homologação do lançamento

Consignação em Pagamento

Decisão administrativa irreformável

Decisão Judicial transitada em julgado

Dação em Pagamento

Exclusão do Crédito Tributário

Isenção

Anistia

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

#### 4. DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Execução Fiscal

Certidões Negativas

Certidões Positivas

Certidões Positivas com Efeitos de Negativas

### II – UNIDADE

#### IMPOSTOS EM ESPÉCIE

#### MUNICIPAIS

IPTU



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

ISS  
ITBI  
**ESTADUAIS**

ICMS  
IPVA  
ITCMD

**FEDERAIS**

ITR

II

IE

IPI

IR

IOF

**DISTRITAIS**

IPTU

ISS

ITBI

ICMS

IPVA

ITCMD

**CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS EM ESPÉCIE**

**Introdução às Contribuições Especiais:**

**Principais Tipos de Contribuições Especiais:**

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis (CIDE-Combustíveis).
- Contribuição Sindical.
- Contribuição para o PIS/Pasep.
- Contribuição Previdenciária.
- Contribuição de Iluminação Pública (CIP).
- Outras contribuições especiais e suas finalidades específicas.

**Finalidades e Destinação das Contribuições Especiais:**

- Custeio de ações e políticas públicas em setores específicos (saúde, seguridade social, educação, etc.).
- Financiamento de programas sociais, como o Seguro Desemprego e o Bolsa Família.
- Investimentos em infraestrutura e desenvolvimento, como a CIDE.
- Regulamentação e fiscalização de setores da economia, como a CIDE-Combustíveis.

**Regulamentação e Controvérsias:**

- Aspectos legais e regulamentações das Contribuições Especiais.
- Controvérsias, discussões e jurisprudência em torno da constitucionalidade e aplicação das contribuições.

**Impactos Sociais e Econômicos:**

- Análise dos impactos das Contribuições Especiais na sociedade e na economia.
- Avaliação dos benefícios e desafios decorrentes da utilização dessas contribuições.

**REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS****III - UNIDADE****ILÍCITOS FISCAIS. CRIMES TRIBUTÁRIOS.****ÂMBITOS DE PRÁTICA TRIBUTÁRIA****PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL****PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO**

Ação Declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária

Ação anulatória de Débito Fiscal

Mandado de Segurança individual e coletivo

Ação Cautelar

Ação de repetição de indébito

**EXECUÇÃO FISCAL****AVALIAÇÃO**

Espera-se que os discentes consigam identificar as ferramentas interpretativas, práticas e legislativas disponíveis no Sistema Tributário Nacional e consigam compreendê-las e manipulá-las adequadamente, assimilando, inclusive, os reflexos de tal manipulação na prática (enquanto futuros políticos, advogados, juízes, promotores e juristas em geral). Para tanto, a partir de diagnóstico realizado na primeira aula (buscando identificar os objetivos de cada discente na escolha do Curso de Graduação), pretende-se incentivar os estudos e apreensão a partir de avaliação contínua constituída de:

- Exposição dos conceitos e posterior análise crítica a partir da realidade municipal, estadual e nacional;
- Debates em sala de aula;
- Confecção de textos acerca de CASOS PRÁTICOS envolvendo o cotidiano do Direito Tributário (notícias e polêmicas recentes, por exemplo);
- Resolução de Questões de concurso, especialmente INTERDISCIPLINARES, destacando a importância do estudo da disciplina de maneira geral e específica;

Neste sentido, tendo em vista a necessidade de averiguar o desempenho individual e coletivo dos discentes, serão utilizados os seguintes instrumentos avaliativos:

**1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
REVISÃO AV I – Prova da OAB 2ª Fase Os discentes irão responder às questões de OAB 2ª Fase, selecionadas de acordo com o tema da Unidade.	2,0
AVALIAÇÃO OBJETIVA – 10 QUESTÕES	8.0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO SUBJETIVA: IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ESPÉCIE Averiguar se os alunos conhecem as características, regra matriz de incidência e aplicação dos principais	10,00



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

tributos vigentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro, através de questões práticas.	
Avaliação Qualitativa continuada como incentivo: Em todos os encontros da 2ª Unidade serão realizadas atividades (resolução de questões, discussões de casos)	Ao fim pode ser atribuída a pontuação de até 2,0 (extra) para cada aluno, considerando o nível sua participação nas atividades.

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
LIDE SIMULADA (estudo de caso). Os alunos se dividirão em grupos através dos quais representarão: O FISCO, UM RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO, UM CONTRIBUINTE DE FATO, UM JULGADOR. Serão apresentados a um caso concreto envolvendo a temática da disciplina e deverão apresentar POR ESCRITO E ORALMENTE que solução/atitude deveriam tomar diante da situação. Trazendo, quando couber, peça processual que entenderem pertinente na resolução do conflito.	10,00
DEBATES DIREITO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO: Roda de conversa no último dia de aula sobre a Reforma Tributária Nacional.	Aos alunos que contribuírem com os debates, será concedido até 2,0 (dois pontos) extra como incentivo, na medida de sua participação e envolvimento com a atividade.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- AMARO, Luciano da Silva. Direito Tributário Brasileiro. 25ª ed. São Paulo: Saraivajur, 2023.
- PAULSEN, L. Tratado de Direito Penal Tributário Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820255> (Biblioteca Virtual)
- SCHOUERI, L. E. Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819260> (Biblioteca Virtual)
- NUNES, C. S. Curso Completo de Direito Processual Tributário. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/799516> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- COLEHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 32ª ed. São Paulo: Noeses, 2022.
- COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785426> (Biblioteca Virtual)
- CARNEIRO, C. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/649847> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

PAULSEN, L. Constituição e Código Tributário Comentados à Luz da Doutrina. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/622645> (Biblioteca Virtual)



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITOS HUMANOS	DIR – 055	Obrigatória	9º	2023/2	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36h		4h		40h
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Professor Joelson Dias Queiroz					
<b>EMENTA</b>					
<p><b>EMENTA:</b> Conceito de direitos humanos. Análise histórica. Democracia e direitos humanos nas perspectivas liberal e social. Direitos humanos na perspectiva internacional. Os valores éticos jurídicos presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Direitos humanos, globalização e neo liberalismo. Direitos humanos e direito positivo. Direitos humanos no Brasil</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Permitir aos discentes um entendimento preciso, coerente e global sobre a importância dos direitos humanos no mundo contemporâneo.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Esclarecer o significado dos direitos humanos enquanto direitos fundamentais e invioláveis para todo e qualquer ser humano.</li><li>- Apresentar os direitos humanos como sucessivas conquistas históricas e, ao mesmo tempo, como um conjunto de direitos que atuam em âmbitos diferentes, mas são interdependentes.</li><li>- Discutir os limites da aplicação dos direitos humanos frente a uma comunidade internacional marcada por diferenças culturais e epistemológicas.</li><li>- Revisitar o séc. XX, em especial o período pós-Segunda Guerra, como um tempo de clamor pela formalização de instrumentos jurídico-legais que protegessem os direitos de todo e qualquer ser humano de eventuais conflitos de interesses.</li></ul>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Analisar a assimilação da doutrina dos direitos humanos na ordem jurídico-legal brasileira. Mostrar como, no Brasil, atualmente, a ânsia por medidas rígidas e severas no combate à criminalidade coloca parte da sociedade contra os direitos humanos, que passam a ser vistos como direitos protetivos de criminosos, mas apresentar uma visão crítica a essa impressão superficial.

### **METODOLOGIA**

O conteúdo da disciplina será ministrado a partir dos seguintes recursos Metodológicos:

- a) análises de textos;
- b) apresentação de seminários;
- c) aulas dialogadas;
- d) análise de casos, debates e exercícios;
- e) leituras orientadas e fichamento;
- f) pesquisa e apresentação, oral e escrita, do trabalho acadêmico.
- g) uso de tecnologia de aulas remotas

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **UNIDADE I:**

##### **1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS**

1.1. Fundamentos: natureza humana; racionalidade; dignidade.

##### **2. DIGNIDADE HUMANA**

2.1. Fontes:

2.1.1. Doutrina judaico-cristã: baseada na participação do homem na essência divina;

##### **3. UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS**

3.1 Pluralismo cultural e epistemológico;

3.2. Globalização, etnocentrismo e ocidentalismo;

#### **UNIDADE II:**

##### **4.1. HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NAS DECLARAÇÕES E LEIS**

4.1.1. Antecedentes históricos: Declaração de Diretos (1689); Declaração de Independência Americana (1776); Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789);

4.1.2. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)..

4.1.3. Os direitos humanos no ordenamento jurídico-legal brasileiro: historia e atualidade.

##### **5. DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA**

5.1. Organismos defensores dos direitos humanos: atuação no direito penitenciário; Lei de Execuções Penais;

##### **6. OS DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE**

6.1. A realidade brasileira



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

6.2. As Organizações Governamentais e Não-governamentais

**UNIDADE III:**

1. Trabalho de Iniciação Científica.

### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	7,0
TRABALHOS ESCRITOS	3,0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
PROVA	7,0
TRABALHOS COM ELABORAÇÃO DE TEXTOS	3,0

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Elaboração de artigo científico	7,0
Visita Técnica a unidade prisional	3,0

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

MORAES, Alexandre. *Direitos humanos fundamentais*. Teoria geral. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTILHO, R. *Direitos Humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/803380> (Biblioteca virtual)

RAMOS, A. D. C. *Curso de Direitos Humanos*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818425> (Biblioteca Virtual)

PIOVESAN, F. *Temas de Direitos Humanos*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/812448> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça internacional*. São Paulo: Saraivajur, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. São Paulo: Saraivajur, 2019.

GUERRA, S. *Curso de Direitos Humanos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/815861> (Biblioteca Virtual)

BITTAR, E. C. B. *Democracia, Justiça e Direitos Humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/799347> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

-REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 83, jan-mar. 2022

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	DIR - 063	Obrigatória	9º semestre	2023.2	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
PROJETO DE PESQUISA	60h	-----	-----	-----	60h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Professora Dr <sup>a</sup> Jeane Denise de Souza Menezes					
EMENTA					
<p>Natureza científica do trabalho monográfico. Técnicas de coletas de dados. Coleta de dados. Tabulação e tratamento de dados. Análise e interpretação dos resultados. Elementos da Monografia. Apresentação da Monografia. Normas e Formatação da pesquisa de acordo com as normas da ABNT.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Oferecer subsídios para a elaboração, finalização, formatação e apresentação Trabalho de Conclusão de Curso.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentar o tema investigado como um Trabalho de Conclusão de Curso;</li> <li>2. Executar e finalizar o plano de trabalho estabelecido junto com o orientador, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;</li> <li>3. Executar e finalizar o percurso metodológico frente à questão de pesquisa, sob orientação do docente orientador;</li> <li>4. Identificar os tipos de abordagens metodológicas em pesquisas científicas;</li> <li>5. Reconhecer cada etapa para o desenvolvimento de um trabalho científico;</li> <li>6. Compreender e discutir os aspectos éticos e legais sobre as pesquisas em elaboração;</li> </ol>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

7. Compreender os aspectos éticos, morais e jurídicos da propriedade intelectual;
8. Elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso.
9. Apresentação em público do Trabalho de Conclusão de Curso

### **METODOLOGIA**

Leitura orientada;  
Resenha de artigos científicos;  
Atendimento individualizado para orientação e consultas sobre o andamento do Trabalho de Conclusão de Curso;  
Entrega de versão final e apresentação oral do trabalho (após autorização do orientador).

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Recomendações para apresentação de trabalhos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
2. Execução das etapas de uma pesquisa científica;
3. Aspectos ético-legais em pesquisa científica;
4. Propriedade intelectual em pesquisa;
5. Elaboração do TRABALHO de pesquisa;
6. Apresentação em público do Trabalho de Conclusão de Curso.

### **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Apresentação da Introdução; Sumário	XXXXXXXXXXXXXXXX

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Apresentação dos Capítulos da Monografia; Considerações Finais; Referências	XXXXXXXXXXXXXXXX

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Depósito do Texto Completo para defesa; Defesa pública	6,0 – Texto escrito 4,0 – Defesa oral pública

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

A Bibliografia utilizada será de acordo com o objeto de pesquisa de cada Trabalho de Conclusão de Curso.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

A Bibliografia utilizada será de acordo com o objeto de pesquisa de cada Trabalho de Conclusão de Curso.

### PERIÓDICOS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Revista Direitos Fundamentais Democracia

<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd>

Direito & Justiça

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir>

Juris Revista do Departamento de Ciências Jurídicas

<http://www.seer.furg.br/juris>

Panóptica – Revista Eletrônica Acadêmica de Direito

<http://www.panoptica.org/seer/index.php/op>

REJUR – Revista Eletrônica Jurídica do Curso de Direito

<http://revistas.facecla.com.br/index.php/redir>



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA



**10º SEMESTRE**

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Direito Ambiental	DIR - 067	Obrigatória	10º	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36	-	4	-	40
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>Daniel Borges</b>					
EMENTA					
Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental e o movimento ecológico. Eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito ambiental: conceito, princípios e fontes. Dever constitucional ambiental. Direitos humanos e direito ao meio ambiente. Direito ambiental brasileiro. Política nacional do meio ambiente. Recursos Hídricos, educação ambiental, áreas naturais protegidas. Meio ambiente urbano e estatuto das cidades. Responsabilidade por danos ao meio ambiente. Princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.					
OBJETIVOS GERAIS					
Propiciar ao aluno conhecimentos teóricos e práticos sobre o Direito Ambiental, à luz dos princípios gerais e problemáticas teóricas, da doutrina e jurisprudência, capacitando o futuro profissional do Direito para as profissões que exigem o conhecimento da matéria.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Impulsionar o interesse do aluno para pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos sobre questões ambientais.
- Discutir noções básicas de Direito Ambiental, i.e. desenvolvimento histórico, conceito, natureza, fontes e regras pertinentes.
- Analisar os instrumentos jurídicos utilizados pelo Estado na proteção do meio ambiente equilibrado e desenvolvimento sustentável.
- Estudar, com embasamento constitucional, o âmbito de competência das Entidades Políticas na questão ambiental.
- Realizar um estudo comparativo acerca da questão ambiental nos sistemas jurídicos alienígenas.
- Procurar despertar a curiosidade científica no discente, incentivando a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos sobre temas de Direito Ambiental que requer novos paradigmas teóricos.

### **METODOLOGIA**

- Aulas discursivas e participativas.
- Estudo de casos práticos em grupo.
- Apresentação de seminários.
- Análise de casos concretos.
- Debates e exercícios que demandem a leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa, elaboração de relatórios.
- Leituras atualizadas e debates sobre temas atuais.
- Fichamentos, resumos e resenhas de textos jurídicos.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **I UNIDADE:**

1. O MEIO AMBIENTE SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA
  - 1.1. Conceito de meio ambiente.
  - 1.2. Meio ambiente físico, geográfico, social e cultural.
  - 1.3. O meio Ambiente e o desenvolvimento.
  - 1.4. A degradação ambiental.
2. A POLUIÇÃO SOB SUAS DIVERSAS FORMAS
  - 2.1. O desmatamento.
  - 2.2. A degradação do solo.
  - 2.3. A predação de espécies animais e vegetais.
3. DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO
  - 3.1. A Declaração de Estocolmo.
  - 3.2. Princípios internacionais relativos à proteção ambiental.
  - 3.3. As Nações Unidas e o meio ambiente.
  - 3.4. O estágio brasileiro.

#### **II UNIDADE:**

1. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE
  - 1.1. Conceitos ecológicos.
  - 1.2. Do manejo ecológico.
  - 1.3. Definição de eco-sistemas e área de preservação ambiental.
2. A COMPETÊNCIA FEDERATIVA NO MEIO AMBIENTE
  - 2.1. Competência da União.
  - 2.2. Competência do Estado e Distrito Federal
  - 2.3. Competência dos Municípios.
3. DEFINIÇÃO DE ESPAÇOS AMBIENTALMENTE PROTEGIDOS
  - 3.1. Unidades de conservação.
  - 3.2. Zoneamento ambiental.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

3.3.DEFINIÇÃO DE ESPAÇOS AMBIENTALMENTE PROTEGIDOS

3.4. Unidades de conservação - zoneamento ambiental.

3.5. Área de relevante interesse ecológico.

### **III UNIDADE:**

1. A SOCIEDADE E O MEIO AMBIENTE

1.1. Instrumentos jurídicos disponibilizados para defesa do meio ambiente.

1.2. O manejo da Ação Civil Pública.

1.3. As Organizações Não Governamentais.

2. O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

2.1.Características e fonte constitucional.

2.2. Procedimentos básicos.

2.3. O Relatório de Impacto Ambiental .

2.4. Natureza e vinculação do estudo de impacto ambiental.

3. O MEIO URBANO E O IMPACTO AMBIENTAL

3.1. A função social da Cidade.

3.2. O Estudo de Impacto de Vizinhança.

4. DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

4.1.O Dano e sua reparação.

4.2. Fundamentos da responsabilidade.

4.3. Inversão do ônus da prova.

4.4. Espécies de responsabilidade.

5. A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA NA GESTÃO DO SISTEMA AMBIENTAL

5.1.O Sistema de financiamento.

5.2. A Gestão comunitária.

5.3. Os Selos ambientais.

5.4. O Poluidor pagador.

6. DOS CRIMES AMBIENTAIS

## **AVALIAÇÃO**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Questões relacionadas ao tema da aula, aplicadas semanalmente.	4 pontos
Prova	6 pontos

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Questões relacionadas ao tema da aula, aplicadas semanalmente.	4 pontos
Prova	6 pontos

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Questões relacionadas ao tema da aula, aplicadas semanalmente.	4 pontos
Atividade de extensão – gravação de vídeo para ser publicado no canal do youtube da IES.	6 pontos

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FIORILLO, Celso Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 23ª ed. São Paulo: Saraivajus, 2023.

TRENNEPOHL, T. *Manual de Direito Ambiental*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818290> (Biblioteca Virtual)

RODRIGUES, M. A.; LENZA, P. *Direito Ambiental Esquemático*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820198> (Biblioteca Virtual)

PINHEIRO, C. *Coleção Direito Vivo - Direito Ambiental Coleção Direito Vivo - Direito Ambiental*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/621159> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Juspodivm, 2022.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de Direito Ambiental*. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

FIORILLO, C. A. P.; FERREIRA, R. M. *Direito Ambiental Tributário*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/625151> (Biblioteca Virtual)

GARCIA, Wander Carvalho Dompieri; BORDALO, Rodrigo. *Manual Completo de Direito Ambiental: ideal para provas e concursos*. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208800> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

RECH, Adir Ubaldo et al. (org.). Direito ambiental e desenvolvimento sustentável: artigos do IV encontro nacional de pesquisadores. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educ, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208321> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

REVISTA de Direito Ambiental. São Paulo, Thomson Reuters, n. 89, jan-mar. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 90, abr-jun. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 91, jul-set. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 92, out-dez. 2018.  
\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, n. 93, jan-mar. 2019.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	DIR – 066	OB	10º	2023.2	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	54h		6h		60h
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>PROF. ME. EDMARIO NASCIMENTO DA SILVA</b>					
<b>EMENTA</b>					
Evolução histórica da previdência social. Direito previdenciário: fontes, princípios e conceitos. A previdência social no Brasil. Sistema geral de seguridade social. A lei orgânica da previdência social: atividades abrangidas; beneficiários; custeio; prestações. Acidente do trabalho. Administração e contencioso da previdência social. Disposições penais da previdência social. Sistemas especiais. Tendências e rumos gerais da previdência social..					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Capacidade para diferenciar a natureza jurídica, o objeto e os sujeitos das relações jurídicas previdenciárias.</li><li>- Habilidades para solucionar problemas que envolvam o direito dos cidadãos a benefícios previdenciários e assistenciais</li><li>- Confeccionar pareceres/decisões/petições que versem sobre a efetividade de direitos previdenciários e assistenciais</li></ul>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Diferenciar a natureza, objeto e os sujeitos das relações Jurídicas Previdenciárias: de custeio e prestacional, priorizando a autonomia existente entre ambas, quando da análise de questões práticas envolvendo direitos à proteção social na sua vertente previdenciária e assistencial.</li><li>2. Solucionar problemas que envolvam o direito a benefícios previdenciários e assistenciais, com base nos Princípios Constitucionais e nas normas existentes nas leis nº 8.212 e 8.213/91, relacionados a questões fáticas/jurídicas reais.</li><li>3. Analisar casos concretos que versem sobre a efetividade de direitos previdenciários e assistenciais, cotejando os aspectos fáticos e jurídicos da situação concreta apresentada e atendendo à praxis da norma jurídica processual.</li></ol>					
<b>METODOLOGIA</b>					



Aula expositiva dialogada – É a exposição do conteúdo, com a participação ativa dos alunos, cujo conhecimento deve ser considerado e pode ser tomado como ponto de partida. O professor leva os estudantes a questionarem, interpretar e discutirem o objeto de estudo, a partir do reconhecimento e do confronto com a realidade. Deve favorecer a análise crítica, resultando na produção de novos conhecimentos. Propõe a superação da passividade e imobilidade intelectual dos estudantes.

Estudo dirigido – É o ato de estudar sob a orientação do professor, visando a sanar dificuldades específicas. Prevê atividades individuais, grupais, podendo ser socializadas: (i) Leitura individual a partir de um roteiro elaborado pelo professor; (ii) resolução de questões e situações-problema, a partir do material estudado; (iii) no caso de grupos de entendimento, debate sobre o tema estudado, permitindo à socialização dos conhecimentos, a discussão de soluções, a reflexão e o posicionamento crítico dos estudantes ante a realidade vida.

Estudo de caso – É a análise minuciosa e objetiva de uma situação real que necessita se investigada e é desafiadora para os envolvidos.

Atividades em sala - Estudo de julgados, casos práticos, proposições legislativas e temas polêmicos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo:

#### **I UNIDADE**

##### **1. O Estado e a proteção social ao trabalhador**

1.1 O surgimento da noção de proteção social

1.2 A mútua assistência e a caridade

1.3 A assistência social estatal

1.4 A formação do conceito de bem-estar social

1.5 Evolução da Previdência Social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge

##### **2. A Seguridade Social na CF/88**

2.1 Noções gerais

2.2 Objetivos (princípios) constitucionais da seguridade social

2.2.1 Universalidade da cobertura e do atendimento

2.2.2 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços

2.2.3 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais

2.2.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios

2.2.5 Diversidade da base de financiamento

2.2.6 Equidade na forma de participação no custeio

2.2.7 Caráter democrático e descentralizado da administração mediante gestão quadripartite

2.3 Princípio da solidariedade, financiamento da Seguridade Social e seu orçamento diferenciado

2.4 Princípio da anterioridade nonagesimal

2.5 Princípio da preexistência de custeio (regra da contrapartida)

2.6 Competência tributária e capacidade tributária ativa em matéria de seguridade social

##### **3. Proteção social no Brasil – Evolução histórica**

3.1 Origem

3.2 Direitos sociais no Brasil

3.3 A Previdência Social no Brasil

3.4 O Sistema Previdenciário

3.5 Redistribuição de renda

3.6 Modelos existentes no Brasil

3.6.1 Regimes previdenciários

3.6.2 Sistema de pilares

3.6.3 Sistemas contributivos e não contributivos

3.6.4 Sistemas contributivos de repartição e capitalização

##### **4. Princípios que regem o direito previdenciário**

4.1 Princípios consagrados na Constituição Federal

4.2 Princípios gerais da Seguridade Social



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

4.3 Princípios específicos da Previdência Social

**5. Direito previdenciário**

5.1 Conceito

5.2 Fontes do direito previdenciário

5.3 Legislação previdenciária

5.4 Aplicação do direito previdenciário

5.5 Financiamento do direito previdenciário

5.6 Aplicabilidade do direito previdenciário

5.7 Direito previdenciário e demais ramos do direito

**6. Aplicação das normas de direito previdenciário**

6.1 Espécies de normas previdenciárias

6.2 Interpretação das normas

6.3 Vigência das normas no tempo

6.4 Vigência e eficácia das normas no espaço

6.5 Lacunas do ordenamento previdenciário

6.6 Previdência Social e os acordos internacionais

**7. Regime Geral de Previdência Social e os segurados**

7.1 Segurados – Conceito

7.2 Segurados obrigatórios

7.3 Segurados facultativos

7.4 Empregado rural e urbano

7.5 Empregado doméstico

7.5.1 Pressupostos básicos da relação de emprego

7.6 Contribuinte individual

7.7 Trabalhador avulso

7.7.1 Principais características

7.8 Segurado especial

7.9 Filiação do segurado menor de idade

7.10 Retorno de aposentado à atividade

**8. Segurado: manutenção e perda da qualidade**

8.1 Qualidade

8.2 Período de graça

8.3 Segurado – Perda da qualidade

**9. Dependentes e segurados**

9.1 Dependentes – Conceito

9.1.1 Dependentes na união estável

9.2 Inscrição de dependentes

9.3 Filiação de dependentes

9.4 Inscrição dos segurados

9.5 Inscrição de segurado post mortem

**10. Financiamento da Seguridade Social**

10.1 Sistema contributivo

10.2 Participação da União

10.3 Contribuições sociais

10.3.1 Conceito

10.3.2 Natureza jurídica

10.3.3 Características gerais

**11. Prestações do RGPS**

11.1 Benefício por incapacidade temporária

11.1.1 Requisitos legais

11.1.2 Data de início do benefício e data de restabelecimento do benefício

11.1.3 Deveres do beneficiário

11.1.4 Valor do benefício



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 11.1.5 Cessação do benefício
- 11.2 Benefício por incapacidade permanente
  - 11.2.1 Requisitos legais
  - 11.2.2 Data de início do benefício
  - 11.2.3 Deveres do beneficiário
  - 11.2.4 Valor do benefício
  - 11.2.5 Cessação do benefício
  - 11.2.6 Grande invalidez
- 11.3 Auxílio-acidente
  - 11.3.1 Requisitos legais
  - 11.3.2 Caráter indenizatório
  - 11.3.3 Data de início do benefício
  - 11.3.4 Manutenção do benefício
  - 11.3.5 Valor do benefício
  - 11.3.6 Reabertura de auxílio-doença
  - 11.3.7 Cessação do benefício
- 11.4 Aposentadoria por idade
  - 11.4.1 Requisitos legais
  - 11.4.2 Data de início do benefício
  - 11.4.3 Valor do benefício
  - 11.4.4 Aposentadoria compulsória por idade
  - 11.4.5 Regra de transição prevista no art. 143 da Lei n. 8.213/91
- 11.5 Aposentadoria por tempo de contribuição
  - 11.5.1 Nomenclatura do benefício
  - 11.5.2 Inexistência de contingência social
  - 11.5.3 Espécies de aposentadoria por tempo de contribuição
  - 11.5.4 Aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais
  - 11.5.5 Data de início do benefício
  - 11.5.6 Valor do benefício
- 11.6 Aposentadoria especial
  - 11.6.1 Fundamento constitucional
  - 11.6.2 Requisitos legais
  - 11.6.3 Conversão de tempo especial
  - 11.6.4 Contribuição para a aposentadoria especial
  - 11.6.5 Contagem recíproca e atividade especial
  - 11.6.6 Data de início do benefício
  - 11.6.7 Valor do benefício
  - 11.6.8 Cessação do benefício
- 11.7 Aposentadoria da pessoa com deficiência
  - 11.7.1 Fundamento constitucional e Lei Complementar n. 142/2013
  - 11.7.2 Requisitos legais
  - 11.7.3 Conversão de tempo de serviço
  - 11.7.4 Valor do benefício
  - 11.7.5 Outras regras
- 11.8 Salário-maternidade
  - 11.8.1 Licença à gestante x salário-maternidade
  - 11.8.2 Qualidade de segurada(o)
  - 11.8.3 Carência do salário-maternidade
  - 11.8.4 Fato gerador do salário-maternidade
  - 11.8.5 Falecimento do(a) segurado(a) que fizer jus ao salário-maternidade
  - 11.8.6 Sistemática de pagamento do benefício
  - 11.8.7 Valor do benefício
  - 11.8.8 Requerimento administrativo e prazo prescricional



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- 11.8.9 Programa Empresa Cidadã
- 11.8.10 Proteção da Empregada Gestante e Lactante em Face de Atividade Insalubre
- 11.9 Salário-família
  - 11.9.1 Fundamento constitucional
  - 11.9.2 Requisitos legais
  - 11.9.3 Valor do salário-família
  - 11.9.4 Deveres do beneficiário e termo inicial
  - 11.9.5 Sistemática de pagamento
  - 11.9.6 Cessação do benefício
- 11.10 Pensão por morte
  - 11.10.1 Requisitos legais
  - 11.10.2 Termo inicial do benefício e habilitação tardia
  - 11.10.3 Valor do benefício
- 11.11 Auxílio-reclusão
  - 11.11.1 Requisitos legais do benefício
  - 11.11.2 Manutenção do auxílio-reclusão
  - 11.11.3 Suspensão do auxílio-reclusão
  - 11.11.4 Valor do benefício
- 11.12 Acumulação de benefícios previdenciários
  - 11.12.1 Acumulações vedadas envolvendo as aposentadorias
  - 11.12.2 Acumulações vedadas envolvendo o auxílio-acidente
  - 11.12.3 Acumulações vedadas envolvendo o auxílio-doença
  - 11.12.4 Acumulações vedadas envolvendo a pensão por morte
  - 11.12.5 Acumulações vedadas envolvendo o seguro-desemprego
  - 11.12.6 Acumulação de pensão por morte e pensão civil ex delicto

## AVALIAÇÃO

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO ESCRITA	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO ESCRITA	10,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
ATIVIDADE DE EXTENSÃO	5,0
AVALIAÇÃO ESCRITA	5,0

## REFERÊNCIAS BÁSICAS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

BRAGA, Francisco. **Direito Previdenciário Público Grifado**. Salvador: Juspodivm, 2023.

MARTINS, S. P. **Direito da Seguridade Social**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819031> (Biblioteca Virtual)

SANTOS, M. F. D.; LENZA, P. **Direito Previdenciário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818392> (Biblioteca Virtual)

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 13. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209349> (Biblioteca Virtual).

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MARTINEZ, Wladimir N. **Princípios de direito previdenciário**. São Paulo: LTr. 2022.

SANTOS, M. F. D. **Previdência Social**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/765058> (Biblioteca Virtual)

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. **Manual de Direito Previdenciário em Esquemas**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209350> (Biblioteca Virtual)

BRAMANTE, Simone. **Dependentes da previdência social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208143> (Biblioteca Virtual)

BARBOZA, Heloisa Helena et al. **Direito Previdenciário - O Futuro do Direito**. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205044> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA do Ministério Público. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 83, jan-mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 84, abr-jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 85, jul-set. 2022.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO
DIREITO DIGITAL	DIR - 068	OBRIGATÓRIA	10º	2023
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA			
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES
	36h	04h		40h
PROFESSOR RESPONSÁVEL				
Prof. Thais de Faro				
EMENTA				
<p>Letramento Digital. Direito e a Nova Tecnologia de Informação: Informação Eletrônica como Bem Jurídico. Processo Eletônico. Relações de Consumo nos Meios Eletrônicos. Legislação Brasileira sobre Negócios Eletrônicos. Contratos Digitais. Legislação sobre Internet e Direito do Autor. Diplomas Legislativos sobre Comércio Eletrônico e Serviços na Internet. Delitos e Responsabilidade na Rede de Internet. Responsabilidade Civil na Internet. Internet e Privacidade: a Prova Informática no Direito Brasileiro. Direito Cibernético. Proteção de Dados. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).</p>				
OBJETIVO GERAL				
<p>Proporcionar ao estudante uma visão geral do Direito Virtual em cotejo com os demais ramos do direito, observando, para tanto, o impacto das tecnologias de informação nas relações jurídicas. Propiciar a compreensão científica dos institutos do Direito Digital, de sua história, sua evolução, seus fundamentos e a importância de sua divulgação e aplicação profissional, verificando sua inserção num microsistema jurídico próprio. Valorizar o espírito crítico no estudo e manipulação dos temas ligados à matéria. Capacitar os alunos a buscar soluções eficazes, a partir dos conhecimentos teóricos adquiridos, bem como a lidar com situações novas ou imprevistas, encarando o direito como garantia e como meio, e não como um fim em si mesmo.</p>				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS				
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentar uma visão crítica sobre o uso das modernas tecnologias da informação e seu impacto na sociedade;</li> <li>- Preparar o profissional do Direito para a utilização das técnicas e da informática nas atividades jurídicas nos mais diversos ramos do Direito;</li> <li>- Identificar e apontar soluções para os principais problemas jurídicos surgidos com o uso crescente da tecnologia da informação;</li> <li>- Enfatizar os benefícios que o uso da tecnologia trouxe à prática judiciária.</li> </ul>				



## METODOLOGIA

- Aulas discursivas e participativas.
- Análise de casos concretos.
- Debates e exercícios que demandem a leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa, elaboração de relatórios.
- Leituras atualizadas e debates sobre temas atuais.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE

#### 1 - Introdução

- 1.1 - A evolução para uma sociedade digital.
- 1.2 - Mudança de paradigmas e crise de gerações.
- 1.3 - A consolidação de um Direito Digital.
- 1.4 - A história da Internet e sua arquitetura: IP, Logs, URL, DNS, Provedores de Conexão e Aplicações, Cloud computing.
- 1.5 - Deep Web/Darknet e Criptomoedas.

#### 2 – Letramento Digital.

#### 3 - Dados pessoais, Privacidade e Intimidade na Internet

- 3.1 - Espécies de dados : Armazenados (estanques), Fluxo (Em trânsito) e Metadados.
- 3.2 - Conceito de dados pessoais. Princípios e abrangência.
- 3.3 - Valor social, político e econômico dos dados pessoais. Novo conceito de privacidade.
- 3.4 - Modelo econômico do uso dos dados pessoais e seus limites legais. Termos de uso ou de Serviço.
- 3.5 - Direitos e garantias do usuários x atuação do Estado.
- 3.6 - A privacidade no Marco Civil e o direito ao esquecimento.

### II UNIDADE:

#### 3 - Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet

- 3.1 - Conceitos e pressupostos da Lei.
- 3.2 - Neutralidade
- 3.2.1 - Zero Rating e Traffic Shaping. O embate legal.
- 3.3 - Liberdade de Expressão.
- 3.3.1 - Limites constitucionais e legais.
- 3.3.2 - Teoria da Harmonização dos Princípios.



- 3.3.3 - Discursos preconceituosos e Doutrina no Shouting Fire.
- 3.3.4 - Proteção Jurídica na reserva de jurisdição.
- 3.4 - Privacidade.
- 3.4.1 - Limites constitucionais e legais. Anonimato: direito x vedação.
- 3.4.2 - Obrigações impostas aos provedores de aplicações e de conexão.
- 3.5 - Responsabilidade Civil pelo conteúdo próprio e de terceiros à luz do Marco Civil e do CDC.
- 3.5.1 - Evolução da doutrina e a jurisprudência.
- 3.5.2 - Responsabilidade dos provedores de conexão e aplicações e por pornografia de vingança.
- 3.5.3 - Conteúdo gerado por terceiros. Liberdade de expressão x exclusão. Notice and take down x Controle pelo Poder Judiciário.
- 3.6 - Guarda e acesso dos dados pessoais, dos dados armazenados e dos dados em fluxo . Tipos e formas de quebra de sigilo telemático. Marco Civil x Lei 9.296/96.
- 3.7 - Criptografia, armazenamento de dados e acesso aos dados pelo Estado. Mensageiros instantâneos e redes sociais.
- 4 - Crimes Cibernéticos – Visão Geral. Evolução. Crimes em espécie. Novos paradigmas.
- 4.1 - Conceito e pressupostos da Lei. Crimes Cibernéticos Próprios (puros) e Impróprios (impuros).
- 4.2 - Cibercrimes em espécie:
- 4.2.1 - Crimes contra o patrimônio e suas especificidades ( Ataques ransomware, phishing scam, fraude nigeriana);
- 4.2.2 - Crimes contra a Honra ( Sexting, Revenge Porn, Viralização, Fakes);
- 4.3.3 - Lei 12.737/2012 – Lei Carolina Dieckman – Análise crítica dos tipos penais.
- 4.3.4 - Crimes eleitorais na Internet.
- 4.3.5 - Cyberbullying e a Lei 13.185/2015
- 4.2.6 - Crimes contra a dignidade sexual (Modalidades de constrangimento cibernético);
- 4.3.7 - Crimes de tráfico de drogas e afins (Redes sociais de negócios; Facções virtuais e recrutamento de soldados do crime)
- 4.3.8 - Divulgação de segredo - art. 153, §1º-A, CP ; Lei 8.137/90 - art. 2º, V ; Lei 9.504/97 - art. 72 ; informações - art. 313-A do CP ; Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações - art. 313-B, CP;
- 4.3.9 - Ciberterrorismo. Ataques cibernéticos a infraestruturas críticas.
- 4.3.10 - Ataques de Negação de Serviço – DDOS. Bootnets.
- 4.3.11 - Defacing. Invasão. Intrusão. Cibersabotagem. Ciberespionagem.

### **III UNIDADE:**

- 5 - Investigação de ilícitos cibernéticos. Aspectos Teóricos e práticos. Produção de prova em processos e procedimentos cibernéticos cíveis e criminais.
- 5.1 - Investigação em Ilícitos Cibernéticos.
- 5.1.1 - Requisitos e pressupostos.
- 5.1.2 - Identificação de sites e hospedagem. Remoção de conteúdo à luz da legislação em vigor. Treinamento prático.
- 5.1.3 - Fases investigativas técnicas e tradicional. Passo a passo. Treinamento prático.
- 5.1.4 - Estudo de casos: Redes e Mídias Sociais; Crimes Patrimoniais; Fraudes por e-mail.
- 5.2 - Perícia Forense Computacional.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

5.3 - Intercepção telemática. Infiltração de agentes. Man at the Middle.

5.4 - Produção da prova para os ilícitos cíveis e ações penais privadas. Passo a passo para o advogado e a parte.

5.5 - Competência processual nos ilícitos cibernéticos. A evolução jurisprudencial.

6 - Direito do Consumidor na Internet

6.1 - Conceitos e pressupostos.

6.2 - E-Commerce. Características das relações jurídicas na internet.

6.3 - Proteção do consumidor no Marco Civil. Termos de Uso ou de Serviço

6.4- Fraudes em homebanking;

6.5 - Falhas de segurança;

6.6 - Modalidades de compras online: Leilões; Compras coletivas; Crowdfunding; In app purchases

7 - Processo Judicial Eletrônico

7.1 - Introdução e características

7.2 - Certificação digital

7.3 - Princípios do Processo Eletrônico

7.4 - Publicidade do Processo Eletrônico

7.5 – A Lei 11.419/2006.

## AVALIAÇÃO

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	10,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade em grupo: atividade de análise crítica de jurisprudência atualizada a ser realizada em grupo. O trabalho tem como objetivo o estudo dos fatos, a contextualização do caso, o exame dos argumentos jurídicos e dos dispositivos legais utilizados na decisão analisada. A atividade, que deverá ser apresentada de forma escrita, como estudo de caso, e de forma oral, no formato de seminário, privilegiará a oralidade, a pontualidade, a capacidade de organização e distribuição de tarefas, a promoção do debate, a construção de teses em um espaço dialético, propício ao antagonismo de ideias e que comporte diversas visões de mundo. As apresentações dos alunos com o resultado dos trabalhos instiga o debate na turma e oportuniza à turma a conhecer a visão de mundo dos colegas, por meio das opiniões trazidas nos seminários.	Parte escrita: 5.0 Avaliação oral: 5.0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova escrita	10,0



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DONNINI, Rogério; DONNINI, Oduvaldo. Responsabilidade Civil dos Meios De Comunicação: Imprensa Livre, Mídias Sociais, Pós-Verdade, Fake News E Deepfake. 3ª ed. Salvador: JUSPODIVM: 2023.

TEIXEIRA, T. Direito Digital e Processo Eletrônico. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/818238> (Biblioteca Virtual)

PINHEIRO, P. P. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/764044> (Biblioteca Virtual)

SOUZA, Allan Rocha de et al. Direito Digital: Direito Privado e Internet. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211390> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PINHEIRO, Patricia Pick. Direito digital 7ed. São Paulo: Saraivajur, 2023, 756p.

SILVA, Fábio Gomes da et al. (org.). Letramento digital: o futuro da educação, de professor para professor. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206311> (Biblioteca Virtual)

GODINHO, A. M. et al. Tutela jurídica do corpo eletrônico: novos desafios ao direito digital. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208844> (Biblioteca Virtual)

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado (coord.). Direito e inteligência artificial: o que os algoritmos têm a ensinar sobre interpretação, valores e justiça. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208865> (Biblioteca Virtual)

COELHO, Júlia Costa de Oliveira. Direito ao esquecimento e seus mecanismos de tutela na internet: como alcançar uma proteção real no universo virtual. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208891> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

Revista de Direito Civil Contemporâneo. Out- dez, 2017.Abr-jun; jul-set; out-dez, 2018.

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDOFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Mediação, Arbitragem e Justiça Restaurativa	DIR – 064	Obrigatória	10º	2023	
<b>PRÉ - REQUISITO</b>	<b>CARGA HORARIA</b>				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-	36	-	4	-	40
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
<b>LARAH CAROLINA CAVALCANTE LIMA SILVA</b>					
<b>EMENTA</b>					
<p>Mediação e arbitragem e princípio do amplo acesso à justiça. Princípios e conceitos fundamentais da mediação e arbitragem. Mediação e conciliação. Teoria geral da arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro: nos juizados especiais; no comércio; no direito do trabalho; arbitragem internacional. Lei de Mediação e Arbitragem.</p>					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar aos discentes instrumentos para a efetiva compreensão e aprendizagem sobre a mediação, arbitragem e justiça restaurativa, procurando oferecê-los uma visão lógico-formal e prática dos instrumentos jurídicos e extrajurídicos capazes de solucionar os conflitos sociais.</li> </ul>					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar as noções básicas dos métodos extrajudiciais de resolução dos conflitos.</li> <li>- Analisar as formas alternativas na resolução de litígios quer no âmbito interno, quer no âmbito internacional.</li> <li>- Compreender através de uma análise crítica os mecanismos diversos da forma judicial e entender as características, peculiaridades desses métodos: negociação, mediação e arbitragem.</li> <li>- Fomentar a pesquisa e a elaboração de trabalhos acadêmicos nessa área.</li> </ul>					
<b>METODOLOGIA</b>					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

- Aulas discursivas e participativas.
- Estudo de casos práticos em grupo.
- Apresentação de seminários.
- Análise de casos concretos.
- Debates e exercícios que demandem a leitura e pesquisa do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.
- Pesquisa sobre temas propostos em sala de aula. Apresentação, oral e escrita, da pesquisa, elaboração de relatórios.
- Leituras atualizadas e debates sobre temas atuais.
- Fichamentos, resumos e resenhas de textos jurídicos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### I UNIDADE:

##### 1. CONFLITOS DE INTERESSES

- 1.1. Origem
  - 1.2. Elementos
  - 1.3. Fatos e percepções
  - 1.4. Estratégias
- ##### 2. MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
- 2.1. Negociação
  - 2.2. Conciliação
  - 2.3. Mediação
  - 2.4. Arbitragem

#### II UNIDADE:

##### 2. MEDIAÇÃO

- 2.1. Mudança de paradigma
- 2.2. Princípios da mediação
- 2.3. Atitudes do mediador
- 2.4. Aplicabilidade da mediação
- 2.5. O procedimento da mediação
- 2.6. A mediação familiar
- 2.7. Simulado de mediação

##### 3. ARBITRAGEM

- 3.1. Conceito
- 3.2. Arbitragem obrigatória
- 3.3. Capacidade para contratar
- 3.4. Direito patrimonial disponível
- 3.5. Direito do Trabalho e arbitragem
- 3.6. Estado e a arbitragem
- 3.7. Relações de consenso
- 3.8. Arbitragem e seus efeitos jurídicos
- 3.9. Convenção de arbitragem
  - 3.9.1. Conceito
  - 3.9.2. Efeitos da convenção
- 3.10. Dos árbitros
- 3.11. Do procedimento arbitral
- 3.5. Da sentença arbitral
- 3.6. Execução de sentenças arbitrais estrangeiras.

#### III UNIDADE:

##### 4. ACESSO À JUSTIÇA E PARTICIPAÇÃO: MUDANÇA DE PARADIGMA NA COMPOSIÇÃO JUDICIAL DE CONFLITOS

- 4.1 Mudança de paradigma



- 4.2 Princípios e fundamentos
- 4.3 A tutela jurídica brasileira – o marco constitucional
- 5. A JUSTIÇA RESTAURATIVA E A MUDANÇA DE LENTES E PARADIGMA.
  - 5.1 O campo de projeção teórico e prático da justiça restaurativa.
  - 5.2 A justiça restaurativa no Brasil.
  - 5.3 Práticas restaurativas – os círculos restaurativos e os círculos da paz.
  - 5.4 A comunicação não violenta.
    - a. Expressão
    - b. Escuta empática
- 4. Processos circulares
  - a. Elementos essenciais
  - b. Procedimento
  - c. Hipóteses de utilização
  - d. Espécies de círculos restaurativos
  - e. Perguntas norteadoras.

**AVALIAÇÃO****1º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação	7,0
Teste	3,0

**2º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação	6,0
Teste	2,0
Simulado OAB	2,0

**3º UNIDADE**

Atividades	Nota máxima da atividade
Simulação de mediação	6,0
Teste	4,0

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. Mediação e Arbitragem: Alternativas à Jurisdição. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

GUILHERME, L. F. D. V. . A. Manual de Arbitragem e Mediação. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794302> (Biblioteca Virtual)

PINHO, H. D. B. D.; MAZZOLA, M. Manual de Mediação e Arbitragem. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/774226> (Biblioteca Virtual)

ELLWANGER, Carolina; GARCIA, Evandro Carlos (org.). Mediação e justiça restaurativa: a efetividade da justiça multiportas para o tratamento dos conflitos. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206837> (Biblioteca Virtual)

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. Teoria Geral do Processo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/794310> (Biblioteca Virtual)

RE, A. I. M. R.; GOMES, M. V. M. L.; GOMES, M. V. M. L. Direito Processual Civil - Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/661280> (Biblioteca Virtual)

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Lei de Mediação Comentada Artigo por Artigo. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208821> (Biblioteca Virtual)

BARCELLAR, R. P.; BIANCHINI, A.; GOMES, L. F. Saberes do Direito 53 - Mediação e Arbitragem. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/604683> (Biblioteca Virtual)

MARCONDES, Ana Cláudia Bitencourt et al. Mediação judicial - ensaios sobre uma experiência. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204464> (Biblioteca Virtual)

#### PERIÓDICOS

- RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GONÇALVES, Jéssica; LAHOZ, Maria Alice Trentini. MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO CNJ N.º 125/2010 E NA LEI N.º 13.105/2015 (NCPC): UMA ANÁLISE CRÍTICA. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas, v. 6 n. 1 (2018). Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/issue/view/25>.

- Revista Brasileira de Arbitragem - RBA. São Paulo, Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr, v. 71 n. 18 (2021). Disponível em: <http://www.rba.cbar.org.br/index.php/rba/issue/view/11>.



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
Prática Jurídica IV – Simulada (Constitucional e Administrativo)	DIR – 063	Obrigatória	10°	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
Prática Jurídica III	36	35h	8h	X	80h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
Bárbara Moraes Mendes da Silva					
EMENTA					
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, com ênfase na área Constitucional e Administrativo					
OBJETIVO GERAL					
Desenvolver estudos sobre conhecimentos relativos à matéria, proporcionando também, conhecimento sobre as formas de prática real, de modo a fundamentar as questões pertinentes ao desenvolvimento de um raciocínio lógico capaz de compreender as nuances do direito processual junto à sociedade e ao meio jurídico.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer a importância da prática no direito processual, bem como a composição e o nascer de procedimentos processuais.</li> <li>• Estimular o desenvolvimento de capacidade na elaboração de peças processuais e saber fazer a ligação entre a teoria e a prática - legislação, doutrina jurisprudência e de outras fontes do direito a fim de que possa compreender o direito processual.</li> <li>• Identificar a forma de prática jurídica processual, bem como compreender os casos simulados que poderão ser a realidade do dia a dia da atividade acadêmica.</li> </ul>					
METODOLOGIA					



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

O conteúdo programático será ministrado integralmente em ambiente físico. As atividades/peças processuais serão lançadas em sala de aula e na plataforma virtual da Instituição, ficando disponíveis para os alunos acessarem a qualquer momento.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula inaugural: apresentação do professor e metodologia de trabalho.

- I – PEÇAS PROCESSUAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Parte Introdutória (considerações processuais iniciais) 2. Habeas Data 3. Habeas Corpus 4. Mandado de Segurança (individual e coletivo) 5. Ação Popular 6. Ação Civil Pública 7. Ação Direta de Inconstitucionalidade 8. Ação Declaratória de Constitucionalidade 9. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 10. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

- II - PEÇAS PROCESSUAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Apelação 2. Ação Anulatória 3. Mandado de Segurança 4. Ação Indenizatória 5. Contestação

- III- AUDIÊNCIAS SIMULADAS NO NPJ

- IV- AÇÕES SOCIAIS JUNTO AO NPJ

- Os conteúdos serão trabalhados, privilegiando:

- levantamento do conhecimento prévio dos acadêmicos

- Exposição oral / dialogada

- Leituras e estudos dirigidos

### AVALIAÇÃO

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova prático-processual da disciplina de Direito Constitucional	10

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Prova prático-processual da disciplina de Direito Administrativo	10

#### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Núcleo de Prática Jurídica	10

### REFERÊNCIAS BÁSICAS



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BARROSO, D.; LAMOUNIER, D.; JUNIOR, M. A. A.; PAIVA, R.; CHALITA, S. Prática Constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819373> (Biblioteca Virtual)

ROCHA, M. H. D. Passe na OAB - 2a Fase - Completaçõ® - Prática Constitucional. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642055> (Biblioteca Virtual)

VICTALINO, A. C.; BARROSO, D.; LAMOUNIER, D.; JUNIOR, M. A. A.; OLIVEIRA, M. Prática Administrativa. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819252> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MEIRELLES, Hely Lopes, WALD, Arnaldo, MENDES, Gilmar Ferreira. Mandado de segurança e ações constitucionais. 39 ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Pareceres de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. 2015.

COSTA, E. P. D. Teoria e Prática Administrativa para OAB - 1ª e 2ª Fases. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/646819> (Biblioteca Virtual)

OLIVEIRA, A. G. D.; ROCHA, M. H. D.; ROCHA, M. H. D. Completaço - Prática Administrativa. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642054> (Biblioteca Virtual)

NISHIYAMA, Adolfo et al. OAB Segunda Fase: prática constitucional. 8. ed. Indaiatuba: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208899> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

REVISTA dos Tribunais. São Paulo, Thomson Reuters, v. 991, maio. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 992, junho. 2018.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 999, janeiro. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1000, fevereiro. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1001, março. 2019.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Thomson Reuters, v. 1002, abril. 2019.





REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

**PLANO DE ENSINO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
DIREITO FINANCEIRO	DIR-062	Obrigatória	10°	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
-----	36h		4h		40h
PROFESSOR RESPONSÁVEL					
<b>MARIA MIDLEJ BASTOS</b>					
EMENTA					
Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.					
OBJETIVO GERAL					
A disciplina objetiva a compreensão das atividades de regulamentação, entrada e saída de receitas públicas, no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Dessa forma, conhecer os conceitos de Receita, Orçamento, Crédito e Despesas Públicas, e os procedimentos que devem ser atendidos pela Administração Pública no desenvolvimento de suas atividades e objetivos constitucionalmente estabelecidos.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"><li>• Referenciar a disciplina no curso de Direito e sua importância teórico-prática</li><li>• Contextualizar e Conceituar a Atividade Financeira do Estado</li><li>• Descrever Receita Pública, Orçamento Público, Despesa Pública e Crédito Público.</li><li>• Ler e interpretar o a Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Normas Gerais do Direito Financeiro (4.320/64)</li><li>• Expor e Descrever as Limitações dos Gastos Públicos</li></ul>					



- Expor exemplos práticos e seus reflexos na sociedade, a depender da configuração histórica, econômica e política.

## METODOLOGIA

Contemplar contextos, conceitos e mais relevantes tópicos atinentes aos temas abordados em sala, construindo uma cadeia lógica para fixação a partir dos seguintes recursos;

22. Exposições dialogadas em sala de aula, mesclando aula e discussões do cotidiano
23. Resolução de Questões de OAB e Concursos Públicos ao final de todas as aulas, para criação de familiaridade com a abordagem técnica dos pontos expostos;
24. Leitura e fichamento para fixação ao final de cada Unidade.
25. Mesclar teoria e prática, a partir do debate de casos concretos;
26. Avaliação escrita, estimulando pensamento crítico e articulação de argumentos;
27. Avaliação objetiva, estimulando interpretação e exercício lógico;
28. 7. Pesquisa, Seminários, debates e avaliação subjetiva de exposição oral.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### I UNIDADE:

#### 1. CONCEITO E OBJETO DO DIREITO FINANCEIRO

Direito Financeiro e Áreas Afins  
Ingressos Públicos  
Objeto do Direito Financeiro  
Fontes do Direito Financeiro  
Disposições Normativas do Direito Financeiro  
A lei 4320/64

#### 2. PRINCÍPIOS DO DIREITO FINANCEIRO

Premissas: Escolhas Trágicas x Escassez de Recursos  
Legalidade, Economicidade, Transparência e Responsabilidade Fiscal

#### 3. RECEITAS PÚBLICAS

Definição e Classificação  
Receitas Originárias, Derivadas e Transferidas  
Receitas Correntes e Receitas de Capital  
Previsão da arrecadação das receitas públicas (art 11 a 13 da LRF)  
Renúncia de Receitas (art. 14 LRF)

### II UNIDADE

#### 4. ORÇAMENTO PÚBLICO

Conceito e Natureza Jurídica  
Funções: Política, Técnica, Jurídica e Econômica



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

Princípios Orçamentários  
Legalidade  
Anualidade  
Programação  
Equilíbrio  
Especialidade  
Exclusividade  
Universalidade  
Unidade  
Transparência  
Não-afetação dos Impostos

LEIS ORÇAMENTÁRIAS – Conceito, Conteúdo, Prazo e Vigência.

Plano Plurianual

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Lei Orçamentária Anual

Leis Orçamentárias e Lei de Responsabilidade Fiscal (reflexos)

Vedações Orçamentárias

Execução Orçamentária

## **5. DESPESAS PÚBLICAS**

Definição e Classificação

Despesas e Lei de Responsabilidade Fiscal (art 15 a 24)

Regras Gerais de Despesas Públicas

Despesas com Pessoal

Despesas com Seguridade Social

Fases da Despesa Pública

Empenho

Liquidação

Pagamento

Regime Contábil da Despesa Pública

## **6. PRECATORIOS E DÍVIDA PÚBLICA**

Definição e considerações

Disciplina Legal (Ec 94/2016 e 62/2009)

Regimes Especiais de Precatórios

Dívida Pública Externa

O papel do Senado Federal

Dívida Pública e LRF

## **III – UNIDADE**

### **7. CRÉDITO PÚBLICO**

Conceito e histórico

Natureza Jurídica

Classificação do Crédito Público

Crédito Forçado x Crédito Voluntário

Crédito Externo



Pedaladas Fiscais - abertura de credito suplementar sem autorização

## 8. CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

Controle Interno e Externo

Os Tribunais de Contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Banco Central na Constituição e na LRF

Emissão de Moeda

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS RECENTES DE DIREITO FINANCEIRO

### AVALIAÇÃO

Espera-se que os discentes consigam identificar as ferramentas interpretativas, práticas e legislativas disponíveis no Direito Financeiro e consigam compreendê-las e manipulá-las adequadamente, assimilando, inclusive, os reflexos de tal manipulação na prática (enquanto futuros políticos, advogados, juízes, promotores e juristas em geral). Para tanto, a partir de diagnóstico realizado na primeira aula (buscando identificar os objetivos de cada discente na escolha do Curso de Graduação), pretende-se incentivar os estudos e apreensão a partir de avaliação contínua constituída de:

- Exposição dos conceitos e posterior análise crítica a partir da realidade municipal, estadual e nacional;
- Debates em sala de aula;
- Confecção de textos acerca de CASOS PRÁTICOS envolvendo o cotidiano do Direito Tributário (notícias e polêmicas recentes, por exemplo);
- Resolução de Questões de concurso, especialmente INTERDISCIPLINARES, destacando a importância do estudo da disciplina de maneira geral e específica;

Neste sentido, tendo em vista a necessidade de averiguar o desempenho individual e coletivo dos discentes, serão utilizados os seguintes instrumentos avaliativos:

#### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
REVISÃO AV I – Prova da OAB 2ª Fase Os discentes irão responder às questões de OAB 2ª Fase, selecionadas de acordo com o tema da Unidade.	2,0
AVALIAÇÃO OBJETIVA – 10 QUESTÕES	8.0

#### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
AVALIAÇÃO SUBJETIVA: ORÇAMENTO PÚBLICO E DESPESAS PÚBLICAS	10,00
Avaliação Qualitativa continuada como incentivo: Em todos os encontros da 2ª Unidade serão realizadas atividades (resolução de questões, discussões de casos)	Ao fim pode ser atribuída a pontuação de até 2,0 (extra) para cada aluno, considerando o nível sua participação nas atividades.



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Estudo de Caso: Discentes devem se reunir em grupos e elaborar análise escrita e oral, de casos <b>recentes</b> que envolveram RESPONSABILIDADE FISCAL, trazendo os aspectos conceituais da disciplina e um exercício crítico do Direito vigente. Ex: <i>impeachment</i> de Dilma Roussef por pedaladas fiscais.	10,00

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 9ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2022.
- LENZA, P.; MORAES, C. A. D. Direito Financeiro e Econômico Esquematizado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/820201> (Biblioteca Virtual)
- CARNEIRO, C. Curso de Direito Tributário e Financeiro. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/716268> (Biblioteca Virtual)
- JARDIM, E. M. F. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/642178> (Biblioteca Virtual)

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- MARTINS, F. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/819268> (Biblioteca Virtual)
- FILHO, C. A. D. M. R. Direito Financeiro Esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/621648> (Biblioteca Virtual)
- PASIN, J. B. C.; F, I. G. D. S. M. Direito Financeiro e Tributário Comparado - Estudos em Homenagem a Eusébio Gonzáles García. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/581156> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

MARTINS, I. G. D. S.; NASCIMENTO, C. V. D.; MENDES, G. F. Tratado de Direito Financeiro - Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/581399> (Biblioteca Virtual)

NASCIMENTO, C. V. D.; MENDES, G. F.; F, I. G. D. S. M. Tratado de Direito Financeiro - Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/581400> (Biblioteca Virtual)



## PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÓDIGO	NATUREZA	SEMESTRE	ANO	
LIBRAS	DIR - 059	Obrigatória	10º semestre	2023	
PRÉ - REQUISITO	CARGA HORARIA				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ATIVIDADE EXTENSÃO	OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL SEMESTRAL
	36HS		04h		40 HS
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>					
Dilcinea Dos Santos Reis					
<b>EMENTA</b>					
Línguas de Sinais e minoria linguística; as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no Brasil; cultura surda; organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico.					
<b>OBJETIVO GERAL</b>					
Aquisição do vocabulário básico de Libras, compreendendo as particularidades culturais e linguísticas das comunidades surdas, além de desenvolver habilidades comunicativas que contribua para a inclusão da pessoa surda no âmbito social.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>					
Compreender a LIBRAS como uma língua natural; <input checked="" type="checkbox"/> Adquirir vocabulário básico geral; <input checked="" type="checkbox"/> Reconhecer a imagem do sujeito surdo e suas particularidades culturais e linguísticas; <input checked="" type="checkbox"/> Reconhecer a importância da comunicação de forma correta e segura no atendimento ao sujeito surdo assim como convivência no ambiente de trabalho com o mesmo.					



### METODOLOGIA

As aulas serão todas teórico e prática, tendo a participação dos discentes em sala, contarão com contatos com surdos, com participação em vídeos e conversação entre os discentes para promover o desenvolvimento e interesse na comunicação em libras, além de atividades avaliativas práticas, em PDF e vídeos com o intuito de estimular e verificar o desenvolvimento do aprendizado.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### UNIDADE I –

- Introdução à Libras;
  - Aquisição de vocabulário: saudações, alfabeto e Libras;
  - Parâmetros da Língua de Sinais
  - Conhecendo amigos, alfabeto;
  - Filosofias da educação de surdos;
  - Aquisição de vocabulário: números, dias da semana e meses do ano em Libras;
  - Família;
  - Cores e tonalidades e profissões
- Avaliação com um vídeo músicas infantis sinalizadas.

#### UNIDADE II –

- Aquisição de vocabulário: Alimentos e transportes em Libras;
- Pronomes pessoais, possessivos e interrogativos em Libras;
- Materiais escolares e de trabalho;
- Aquisição de vocabulário: animais;
- Pronomes demonstrativos e advérbios em Libras
- Verbos de afirmação e negação;

#### UNIDADE III –

- Verbos e iniciação em frases curtas sinalizadas;
- Adjetivos em Libras;
- Advérbios em Libras;
- Criação de um vídeo em dupla contendo um diálogo contextualizando os conteúdos expostos.

### AVALIAÇÃO



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

### 1º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Em PDF	3,0
Em vídeo de diálogo curto	7,0

### 2º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Em PDF	4,0
Em vídeo de música sinalizada	6,0

### 3º UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Tradução escrita do vídeo sinalizado	5,0
Vídeo relato de experiência em Libras	5,0

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.

SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. Libras. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186507> (Biblioteca Virtual)

SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177963> (Biblioteca Virtual)

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (org.); SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Libras: aspectos fundamentais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745> (Biblioteca Virtual)

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004.

BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. Libras. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129456> (Biblioteca Virtual)

SILVA, Rafael Dias (org.). Língua brasileira de sinais: libras. São Paulo: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534> (Biblioteca Virtual)



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. Libras: conhecimento além dos sinais. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658> (Biblioteca Virtual)

GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3103> (Biblioteca Virtual)

### PERIÓDICOS

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/> (RECDUFSM - ISSN 1981-3694)

Revista Eletrônica Direito e Sociedade (REDES) <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes> ISSN 2318-8081

Interfaces Científicas – Direito (Universidade Tiradentes) <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito> ISSN: 2316-381X



REDE EDUCAMISSAMI

**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**

ALAGOINHAS-BA